



AVALIAÇÃO DA OPERACIONALIZAÇÃO DA **ABORDAGEM TERRITORIAL DO PORTUGAL 2020** NO CONTEXTO DA CONVERGÊNCIA E COESÃO TERRITORIAL

Relatório Final
Anexo II. Resultados

22 Novembro 2019

Cofinanciado por:

(Esta página foi deixada propositadamente em branco)

AVALIAÇÃO DA OPERACIONALIZAÇÃO DA ABORDAGEM TERRITORIAL DO PORTUGAL 2020 NO CONTEXTO DA CONVERGÊNCIA E COESÃO TERRITORIAL

RELATÓRIO FINAL

ANEXO II. RESULTADOS

22 NOVEMBRO.19

(Esta página foi deixada propositadamente em branco)

ÍNDICE

1.	RESULTADOS DO PROCESSO DE INQUIRIRÃO.....	11
1.1.	INDICADORES DE RESULTADO DA APLICAÇÃO DO INQUÉRITO ÀS ENTIDADES LÍDERES DE INSTRUMENTOS DE BASE TERRITORIAL (PROVERE, PEDU, PDCT E DLBC) (PORTUGAL CONTINENTAL)	12
1.2.	INDICADORES DE RESULTADO DA APLICAÇÃO DO INQUÉRITO AOS MUNICÍPIOS SOBRE A SUA APRECIÇÃO AO PDCT (PORTUGAL CONTINENTAL)	27
1.3.	INDICADORES DE RESULTADO DA APLICAÇÃO DO INQUÉRITO AOS BENEFICIÁRIOS DE MEDIDAS DE DIFERENCIAÇÃO POSITIVA (TERRITÓRIOS DE BAIXA DENSIDADE) (PORTUGAL CONTINENTAL)	34
1.4.	INDICADORES DE RESULTADO DA APLICAÇÃO DO INQUÉRITO AOS EXECUTORES DE OPERAÇÕES APOIADAS NOS INSTRUMENTOS DE BASE TERRITORIAL (PROVERE, PEDU, PDCT, PARUS/MUS/PAICD E DLBC) E NOS INSTRUMENTOS SETORIAIS TERRITORIALIZADOS (ESCOLHAS, CLDS E TEIP) (ESTUDOS DE CASO: 5 NUTS III)	49
2.	NÍVEIS DE RESPOSTA AO PROCESSO DE INQUIRIRÃO	103
3.	EXERCÍCIO DE ANÁLISE À QA 6	106
4.	VERIFICAÇÃO DOS PRESSUPOSTOS E RISCOS DA TEORIA DA MUDANÇA	115

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1. Avaliação da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial (EIDT)	19
Quadro 2. Avaliação do Instrumento e do seu processo de preparação	20
Quadro 3. Avaliação do grau de complementaridade do Instrumento com outros Instrumentos do PT 2020, em implementação na região, concelho ou sub-regiões.....	21
Quadro 4. Causas para a ausência de complementaridade entre os Instrumentos	23
Quadro 5. Avaliação da redundância ou conflito (p. e. nos objetivos, nos resultados que pretendem alcançar, nos públicos-alvo, nos recursos mobilizados, etc.) entre instrumentos do PT 2020	24
Quadro 6. Avaliação do grau de intensidade da relação entre os parceiros	25
Quadro 7. Avaliação das principais dificuldades sentidas no envolvimento dos parceiros relevantes, na fase de configuração do Instrumento	25
Quadro 8. Avaliação dos Avisos de Concurso que enquadram a implementação do Instrumento	26
Quadro 9. Avaliação do contributo esperado do Instrumento para diversos resultados e impactes ...	26
Quadro 10. Avaliação da existência de obstáculo à implementação do Instrumento que possa impedir que venham a ser alcançados os objetivos / resultados.....	27
Quadro 11. Avalie a Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial (EIDT) do seu território, nos seguintes aspetos:	27
Quadro 12. Avalie o PDCT do seu território e o seu processo de preparação, segundo os seguintes parâmetros.....	28
Quadro 70. Avalie o grau de complementaridade do PDCT do seu território com outros Instrumentos do PT2020, que estejam a ser implementados na sua região, concelho ou sub-regiões: ...	29
Quadro 71. Nas situações em que não existe complementaridade entre Instrumentos, tal não foi possível porquê?	30
Quadro 72. Em seu entender existe algum tipo de redundância ou conflito (p.e. nos objetivos, nos resultados que pretendem alcançar, nos públicos-alvo, nos recursos mobilizados, etc.) entre o PDCT e algum outro(s) instrumento(s) do PT2020?	30
Quadro 73. Identifique o tipo de parcerias surgidas no âmbito do PDCT do seu território e avalie o grau de intensidade da relação entre os parceiros:	31
Quadro 74. Avalie as principais dificuldades sentidas pela Entidade no envolvimento dos parceiros relevantes, na fase de configuração do PDCT:	31
Quadro 75. Considerando a experiência da sua Entidade na implementação do PDCT, indique o seu grau de concordância com cada uma das seguintes afirmações relacionadas com os Avisos de Concurso que enquadram a sua implementação:.....	32
Quadro 76. Considerando a experiência da sua Entidade na implementação do PDCT, avalie qual o contributo esperado do PDCT para os seguintes resultados e impactes	32
Quadro 77. Em seu entender existe algum tipo de obstáculo à implementação do PDCT que possa impedir que venham a ser alcançados os objetivos / resultados enunciados no quadro anterior?	33
Quadro 22. Tipologia de Beneficiário.....	34
Quadro 23. Área de atividade económica (se empresa)	34
Quadro 24. Número de trabalhadores (se empresa)	34
Quadro 25. Entre 2007 e 2013, apresentou candidatura para obtenção de financiamento pelos fundos comunitários no âmbito do QREN	35
Quadro 26. Desde 2014, quantas candidaturas apresentou aos instrumentos de apoio a financiamento comunitário do Portugal 2020	36
Quadro 27. Considerando a experiência da entidade com o Portugal 2020, em que medida sentiu dificuldade em apresentar candidaturas em concursos abertos para a tipologia de beneficiário)	36
Quadro 28. Principais dificuldades que têm condicionado a apresentação de candidaturas ao Portugal 2020	36
Quadro 29. Ponto de situação atual das candidaturas apresentadas ao Portugal 2020	37

Quadro 30. Submeteu candidatura a algum Concurso Específico para os “territórios de baixa densidade” no âmbito do Portugal 2020.....	37
Quadro 31. No momento da decisão da apresentação dessa(s) candidatura(s), tinha conhecimento de que se tratava de um concurso em que estava implícita uma diferenciação positiva pelo facto da entidade se localizar num “território de baixa densidade”	37
Quadro 32. Na ausência deste tipo de Concursos Específicos para os “territórios de baixa densidade”, a entidade teria apresentado candidatura(s) a financiamento comunitário	38
Quadro 33. Tem candidaturas aprovadas apresentadas a Concurso(s) Específico(s) para “territórios de baixa densidade” no âmbito do Portugal 2020	38
Quadro 34. N.º de candidaturas aprovadas.....	39
Quadro 35. Caso a(s) candidatura(s) a Concurso(s) Específico(s) para “territórios de baixa densidade” não tivesse(m) sido aprovada(s), o que teria acontecido ao(s) respetivo(s) projeto(s).....	39
Quadro 36. Tem candidaturas não aprovadas apresentadas pela entidade a Concurso(s) Específico(s) para “territórios de baixa densidade” no âmbito do Portugal 2020	39
Quadro 37. N.º de candidaturas não aprovadas:.....	39
Quadro 38. O que aconteceu aos projetos no caso da(s) candidatura(s) que não foi(ram) aprovada(s)	40
Quadro 39. Face às necessidades da entidade, considera suficiente o número de Concursos Específicos já abertos para os “territórios de baixa densidade”	40
Quadro 40. Considera que as tipologias de elegibilidade presentes nesses Concursos Específicos para os “territórios de baixa densidade”, respondem às suas necessidades	40
Quadro 41. Principais vantagens atribuídas à existência de Concursos Específicos para os “territórios de baixa densidade”	40
Quadro 42. Submeteu alguma Candidatura a Concursos com bonificações na apreciação da Candidatura pelo facto da entidade estar localizada em “territórios de baixa densidade? ...	41
Quadro 43. No momento de decisão da apresentação da(s) candidatura(s) ao(s) Concurso(s) com bonificações na apreciação da Candidatura para entidades localizadas em “territórios de baixa densidade”, a entidade tinha conhecimento de que se tratava de um concurso em que estava implícita uma diferenciação positiva pelo facto da entidade se localizar num “território de baixa densidade”?	41
Quadro 44. Na ausência de Concursos com estas características, a entidade teria apresentado candidatura(s) a financiamento comunitário.....	41
Quadro 45. Tem candidaturas aprovadas em Concurso(s) com bonificações na apreciação da Candidatura para entidades localizadas em “territórios de baixa densidade”	42
Quadro 46. N.º de candidaturas aprovadas.....	42
Quadro 47. Caso a(s) candidatura(s) a Concurso(s) com bonificações na apreciação da Candidatura para entidades localizadas em “territórios de baixa densidade” não tivesse(m) sido aprovada(s), o que teria acontecido ao(s) respetivo(s) projeto(s)	42
Quadro 48. Tem candidaturas não aprovadas em Concurso(s) com bonificações na apreciação da Candidatura para entidades localizadas em “territórios de baixa densidade”	42
Quadro 49. N.º de candidaturas não aprovadas.....	43
Quadro 50. O que aconteceu ao(s) projeto(s) no caso da(s) candidatura(s) que não foi(ram) aprovada(s).....	43
Quadro 51. Face às necessidades da entidade, considera suficiente o número de Concursos com bonificações na apreciação da Candidatura para entidades localizadas em “territórios de baixa densidade”	43
Quadro 52. Considera que as tipologias de elegibilidade presentes nesses Concursos com bonificações na apreciação da Candidatura para entidades localizadas em “territórios de baixa densidade”, respondem às necessidades da entidade	44
Quadro 53. Principais vantagens atribuídas à existência de Concursos com bonificações na apreciação da Candidatura para entidades localizadas em “territórios de baixa densidade”	44
Quadro 54. Submeteu alguma num Concurso em que estivesse prevista a majoração da taxa de apoio, pelo facto da entidade estar localizada em “territórios de baixa densidade”	44

Quadro 55. No momento de decisão da apresentação da(s) candidatura(s) ao(s) Concurso(s) que previam a majoração da taxa de apoio a entidades localizadas em “territórios de baixa densidade”, a entidade tinha conhecimento de que se tratava de um concurso em que estava implícita uma diferenciação positiva pelo facto da entidade se localizar num “território de baixa densidade”	45
Quadro 56. Na ausência destas majorações, apresentaria candidatura(s) a financiamento comunitário	45
Quadro 57. Tem candidaturas aprovadas em Concurso(s) que previam a majoração da taxa de apoio a entidades localizadas em “territórios de baixa densidade”	45
Quadro 58. N.º de candidaturas aprovadas.....	46
Quadro 59. Caso a(s) candidatura(s) a Concurso(s) com majoração da taxa de apoio a entidades localizadas em “territórios de baixa densidade” não tivesse(m) sido aprovada(s), o que teria acontecido ao(s) respetivo(s) projeto(s)	46
Quadro 60. Tem candidaturas não aprovadas em Concurso(s) que previam a majoração da taxa de apoio a entidades localizadas em “territórios de baixa densidade”	46
Quadro 61. N.º de candidaturas não aprovadas.....	47
Quadro 62. O que aconteceu ao(s) projeto(s) no caso da(s) candidatura(s) que não foi(ram) aprovada(s).....	47
Quadro 63. Face às necessidades da entidade, considera suficiente o número de Concursos com majoração da taxa de apoio a entidades localizadas em “territórios de baixa densidade” ...	47
Quadro 64. Considera que as tipologias de elegibilidade presentes nesses Concursos com majoração da taxa de apoio a entidades localizadas em “territórios de baixa densidade”, respondem às necessidades da entidade	48
Quadro 65. Caso as majorações das taxas de apoio fossem superiores, passaria a apresentar ou apresentaria mais candidaturas	48
Quadro 66. Principais vantagens que atribui à existência de Concursos que atribuem majoração da taxa de apoio a entidades localizadas em “territórios de baixa densidade”	48
Quadro 67. Em que medida considera pertinente/ muito pertinente cada uma das medidas de diferenciação positiva existentes no Portugal 2020 para entidade localizadas em “territórios de baixa densidade” para melhorar o acesso aos fundos comunitários por parte das entidades localizadas nestes territórios.....	48
Quadro 11. Avaliação da influência de planos ou estratégias na definição do(s) projeto(s) aprovado(s) no âmbito do Instrumento, ao nível da sua incidência territorial, objetivos e grupo-alvo.....	55
Quadro 12. Avaliação do grau de complementaridade do(s) projeto(s) aprovado(s) no âmbito do Instrumento com outro(s), também aprovado(s) no PT 2020, que estão a ser implementados no concelho ou sub-região em dimensões como os grupos-alvo ou os objetivos.....	60
Quadro 13. Causas que justificam a ausência (ou reduzida) complementaridade entre projetos	62
Quadro 14. Avaliação da redundância de projetos entre instrumentos.....	69
Quadro 15. Avaliação do contributo do Instrumento para a afirmação da entidade que o lidera	71
Quadro 16. Avaliação do grau de relevância de alguns constrangimentos no estabelecimento de parcerias, na fase de configuração e implementação do(s) projeto(s) enquadrado(s) no Instrumento	78
Quadro 17. Avaliação da capacidade de atuação da Entidade Líder, na configuração e implementação do Instrumento	82
Quadro 18. Avaliação das vantagens de o(s) projeto(s) estar(em) integrado(s) no Instrumento	86
Quadro 19. Avaliação dos Avisos de Concurso enquadrados no Instrumento	91
Quadro 20. Avaliação dos impactes que o Instrumento pode vir a alcançar em diversas dimensões	94
Quadro 21. Avaliação da existência de problemas na execução dos projetos que possam impedir a concretização dos resultados esperados	100
Quadro 78. As Diferenças nas Características dos Municípios de Portugal Continental, Segundo as Oscilações nas Classificações Territoriais de Outras Abordagens (2011)	112
Quadro 79. As Diferenças nas Características dos Territórios de Baixa Densidade do PT2020, Segundo as Oscilações nas Classificações Territoriais de Outras Abordagens, por NUTS III (2011).....	112

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Territórios de Baixa Densidade (Municípios e Freguesias).....	108
Figura 2. Freguesias predominantemente urbanas.....	109
Figura 3. Freguesias Predominantemente Urbanas, em Territórios Classificados de “Baixa Densidade”	110
Figura 4. A oscilação de Classificação do Perfil dos Territórios Portugueses Entre Diferentes Abordagens	111
Figura 5. Matriz-síntese de Verificação dos Pressupostos e Riscos da Teoria da Mudança	116

ACRÓNIMOS

CEDRU	Centro de Estudos e Desenvolvimento Regional e Urbano
CIM	Comunidades Intermunicipais
CLDS	Contrato Local de Desenvolvimento Social
COMPETE	Programa Operacional Competitividade e Internacionalização
DGE	Direção-Geral da Educação
DGPC	Direção-Geral do Património Cultural
DGT	Direção-Geral do Território
DLBC	Desenvolvimento Local de Base Comunitária
EIDT	Estratégias Integradas de Desenvolvimento Territorial
EY-AM&A	Ernst & Young - Augusto Mateus & Associados
FEEI	Fundos Europeus Estruturais e de Investimento
MAR2020	Programa Operacional MAR 2020
MUS	Mobilidade Urbana Sustentável
PAICD	Planos de Ação Integrada para as Comunidades Desfavorecidas
PAMUS	Planos de Ação para a Mobilidade Urbana Sustentável
PARU	Planos de Ação de Regeneração Urbana
PDCT	Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial
PEDU	Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano
PNPOT	Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território
PO	Programas Operacionais
POCH	Programa Operacional Capital Humano
POISE	Programa Operacional Inclusão Social e Emprego
POSEUR	Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos
PROVERE	Programas de Valorização Económica de Recursos Endógenos
TEIP	Territórios Educativos de Intervenção Prioritária
UE	União Europeia

1. RESULTADOS DO PROCESSO DE INQUIRIRIÇÃO

1. RESULTADOS DO PROCESSO DE INQUIRIRÃO

Apresenta-se neste ponto os sistemas de indicadores de avaliação da Abordagem Territorial do Portugal 2020 segundo os vários critérios chave da Teoria de Mudança. Os indicadores são apresentados por tipologia de inquérito realizado e, posteriormente, desdobrados por tipologia de instrumento.

1.1. Indicadores de resultado da aplicação do inquérito às entidades líderes de instrumentos de base territorial (PROVERE, PEDU, PDCT e DLBC) (Portugal Continental)

Quadro A. Sistema de Indicadores, (relação com a Questão de Avaliação)

	QA1	QA2	QA3	QA4	QA5	QA6
1.1. % de atores que considera elevado / muito elevado o grau de envolvimento dos atores territoriais relevantes na fase de preparação do instrumento						
1.2. % de atores que considera elevado / muito elevado o grau de envolvimento de atores da administração central na fase de preparação do instrumento						
1.3. % de atores que considera elevada / muito elevada a adequação da escala NUTS III para promover a integração dos instrumentos de política						
1.4. % de atores que considera elevada / muito elevada a adequação da estratégia para responder às oportunidades e necessidades do seu território						
1.5. % de atores que considera elevada / muito elevada a capacidade de espelhar as especificidades do território						
1.6. % de atores que considera elevada / muito elevada a capacidade de valorizar os recursos endógenos						
1.7. % de atores que considera elevada / muito elevada a capacidade da configuração poder vir a promover a integração de diferentes fundos comunitários						
1.8. % de atores que considera elevada / muito elevada a capacidade de promover a integração de diferentes políticas setoriais						
1.9. % de atores que considera elevada / muito elevada a capacidade de promover a integração de diferentes subterritórios						
1.10. % de atores que considera elevado / muito elevado o contributo para o surgimento de projetos intermunicipais						
1.11. % de atores que considera elevada / muito elevada a capacidade de enquadrar o seu instrumento						

	QA1	QA2	QA3	QA4	QA5	QA6
2.1. % de atores que considera elevado / muito elevado o grau de envolvimento dos atores territoriais relevantes na fase de preparação						
2.2. % de atores que considera elevado / muito elevado o grau de envolvimento de atores da administração central na fase de preparação						
2.3. % de atores que considera elevado / muito elevado o grau de alinhamento dos objetivos do instrumento com os objetivos da EIDT						
2.4. % de atores que considera elevada / muito elevada a adequação da escala territorial para responder às oportunidades e necessidades do seu território						
2.5. % de atores que considera elevada / muito elevada a adequação da estratégia para responder às oportunidades e necessidades do seu território						
2.6. % de atores que considera elevada / muito elevada a capacidade de promover a integração de diferentes fundos comunitários						
2.7. % de atores que considera elevada / muito elevada a capacidade de promover a integração de diferentes políticas setoriais						
2.8. % de atores que considera elevada / muito elevada a capacidade de promover a integração de diferentes territórios						
2.9. % de atores que considera elevado / muito elevado o contributo para o surgimento de projetos intermunicipais						
2.10.% de atores que considera elevado / muito elevado o contributo para integrar projetos financiados por Fundos Comunitários diferentes, concorrendo para um mesmo objetivo territorial						
2.11.% de atores que considera elevado / muito elevado o contributo para implementar de forma articulada operações financiadas por Fundos Comunitários diferentes						
3.1. % de atores que considera existir uma complementaridade elevada / muito elevada do PROVERE/PADRE com os Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (PDCT)						
3.2. % de atores que considera existir uma complementaridade elevada / muito elevada do PROVERE/PADRE com os Planos Estratégicos Desenvolvimento Urbanos						
3.3. % de atores que considera existir uma complementaridade elevada / muito elevada do PROVERE/PADRE com os PARUS / MUS / PAICD						
3.4. % de atores que considera existir uma complementaridade elevada / muito elevada do PROVERE/PADRE com os DLBC Urbana						

	QA1	QA2	QA3	QA4	QA5	QA6
3.5. % de atores que considera existir uma complementaridade elevada / muito elevada do PROVERE/PADRE com os DLBC Rural						
3.6. % de atores que considera existir uma complementaridade elevada / muito elevada do PROVERE/PADRE com os DLBC Costeira						
3.7. % de atores que considera existir uma complementaridade elevada / muito elevada do PROVERE/PADRE com os CLDS						
3.8. % de atores que considera existir uma complementaridade elevada / muito elevada do PROVERE/PADRE com os TEIP						
3.9. % de atores que considera existir uma complementaridade elevada / muito elevada do PROVERE/PADRE com o Escolhas						
3.10.% de atores que considera existir uma complementaridade elevada / muito elevada do PROVERE/PADRE com a RIS3						
3.11.% de atores que considera existir uma complementaridade elevada / muito elevada do PROVERE/PADRE com os Clusters						
3.12.% de atores que considera existir uma complementaridade elevada / muito elevada do PEDU com o Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (PDCT)						
3.13.% de atores que considera existir uma complementaridade elevada / muito elevada do PEDU com o PROVERE/PADRE						
3.14.% de atores que considera existir uma complementaridade elevada / muito elevada do PEDU com os PARUS / MUS / PAICD						
3.15.% de atores que considera existir uma complementaridade elevada / muito elevada do PEDU com os DLBC Urbana						
3.16.% de atores que considera existir uma complementaridade elevada / muito elevada do PEDU com os DLBC Rural						
3.17.% de atores que considera existir uma complementaridade elevada / muito elevada do PEDU com os DLBC Costeira						
3.18.% de atores que considera existir uma complementaridade elevada / muito elevada do PEDU com os CLDS						
3.19.% de atores que considera existir uma complementaridade elevada / muito elevada do PEDU com os TEIP						

	QA1	QA2	QA3	QA4	QA5	QA6
3.20.% de atores que considera existir uma complementaridade elevada / muito elevada do PEDU com o Escolhas						
3.21.% de atores que considera existir uma complementaridade elevada / muito elevada do PEDU com a RIS3						
3.22.% de atores que considera existir uma complementaridade elevada / muito elevada do PEDU com os Clusters						
3.23.% de atores que considera existir uma complementaridade elevada / muito elevada do PDCT com os Planos Estratégicos Desenvolvimento Urbanos						
3.24.% de atores que considera existir uma complementaridade elevada / muito elevada do PDCT com os PROVERE/PADRE						
3.25.% de atores que considera existir uma complementaridade elevada / muito elevada do PDCT com os PARUS / MUS / PAICD						
3.26.% de atores que considera existir uma complementaridade elevada / muito elevada do PDCT com os DLBC Urbana						
3.27.% de atores que considera existir uma complementaridade elevada / muito elevada do PDCT com os DLBC Rural						
3.28.% de atores que considera existir uma complementaridade elevada / muito elevada do PDCT com os DLBC Costeira						
3.29.% de atores que considera existir uma complementaridade elevada / muito elevada do PDCT com os CLDS						
3.30.% de atores que considera existir uma complementaridade elevada / muito elevada do PDCT com os TEIP						
3.31.% de atores que considera existir uma complementaridade elevada / muito elevada do PDCT com o Escolhas						
3.32.% de atores que considera existir uma complementaridade elevada / muito elevada do PDCT com a RIS3						
3.33.% de atores que considera existir uma complementaridade elevada / muito elevada do PDCT com os Clusters						
3.34.% de atores que considera existir uma complementaridade elevada / muito elevada da DLBC com os Planos Estratégicos Desenvolvimento Urbanos						
3.35.% de atores que considera existir uma complementaridade elevada / muito elevada da DLBC						

	QA1	QA2	QA3	QA4	QA5	QA6
com os Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (PDCT)						
3.36.% de atores que considera existir uma complementaridade elevada / muito elevada da DLBC com os PROVERE/PADRE						
3.37.% de atores que considera existir uma complementaridade elevada / muito elevada da DLBC com os PARUS / MUS / PAICD						
3.38.% de atores que considera existir uma complementaridade elevada / muito elevada da DLBC com os CLDS						
3.39.% de atores que considera existir uma complementaridade elevada / muito elevada da DLBC com os TEIP						
3.40.% de atores que considera existir uma complementaridade elevada / muito elevada da DLBC com o Escolhas						
3.41.% de atores que considera existir uma complementaridade elevada / muito elevada da DLBC com a RIS3						
3.42.% de atores que considera existir uma complementaridade elevada / muito elevada da DLBC com os Clusters						
4.1. % de atores que está de acordo/totalmente de acordo que não foi possível estabelecer complementaridades entre instrumentos porque não se justificava explorar essa possibilidade						
4.2. % de atores que está de acordo/totalmente de acordo que não foi possível estabelecer complementaridades entre instrumentos porque não tiveram interesse em a estabelecer						
4.3. % de atores que está de acordo/totalmente de acordo que não foi possível estabelecer complementaridades entre instrumentos porque não sabiam como concretizar essa possibilidade						
4.4. % de atores que está de acordo/totalmente de acordo que não foi possível estabelecer complementaridades entre instrumentos porque não houve disponibilidade dos promotores de outros instrumentos						
4.5. % de atores que está de acordo/totalmente de acordo que não foi possível estabelecer complementaridades entre instrumentos porque não houve disponibilidade das autarquias da CIM/AM						
4.6. % de atores que está de acordo/totalmente de acordo que não foi possível estabelecer complementaridades entre instrumentos porque não houve disponibilidade da CIM/AM						
4.7. % de atores que está de acordo/totalmente de acordo que não foi possível estabelecer complementaridades entre						

	QA1	QA2	QA3	QA4	QA5	QA6
instrumentos porque não houve disponibilidade de entidades da administração central						
4.8. % de atores que está de acordo/totalmente de acordo que não foi possível estabelecer complementaridades entre instrumentos porque não se conheciam os outros instrumentos						
4.9. % de atores que está de acordo/totalmente de acordo que não foi possível estabelecer complementaridades entre instrumentos porque não se conheciam os outros promotores						
4.10.% de atores que está de acordo/totalmente de acordo que não foi possível estabelecer complementaridades entre instrumentos porque os prazos de preparação das candidaturas foram demasiado curtos						
4.11.% de atores que está de acordo/totalmente de acordo que não foi possível estabelecer complementaridades entre instrumentos porque os Avisos de Concurso e as tipologias de operações elegíveis não o permitiram						
4.12.% de atores que está de acordo/totalmente de acordo que não foi possível estabelecer complementaridades entre instrumentos porque os momentos de lançamento dos Avisos de Concurso não o permitiram						
5.1. % de atores que considera existir redundância ou conflito entre o PROVERE/PADRE e algum outro(s) instrumento(s) do PT 2020						
5.2. % de atores que considera existir redundância ou conflito entre o PEDU e algum outro(s) instrumento(s) do PT 2020						
5.3. % de atores que considera existir redundância ou conflito entre o PDCT e algum outro(s) instrumento(s) do PT 2020						
5.4. % de atores que considera existir redundância ou conflito entre a DLBC e algum outro(s) instrumento(s) do PT 2020						
6.1. % de atores que considera elevada / muito elevada a relação de parceria entre as autarquias						
6.2. % de atores que considera elevada / muito elevada a relação de parceria entre as autarquias e outras entidades locais						
6.3. % de atores que considera elevada / muito elevada a relação de parceria entre as autarquias da CIM /AM e autarquias de outras CIM / AM						
5.4. % de atores que considera elevada / muito elevada a relação de parceria entre as autarquias da CIM /AM e entidades da administração central						
6.5.% de atores que considera elevada / muito elevada a relação de parceria entre as autarquias da CIM /AM e autarquias de outras regiões da União Europeia						

	QA1	QA2	QA3	QA4	QA5	QA6
6.6.% de atores que considera elevada / muito elevada a relação de parceria entre a entidade líder e outros parceiros locais						
6.7. % de atores que considera elevada / muito elevada a relação de parceria entre a entidade líder e outros parceiros regionais						
6.8. % de atores que considera elevada / muito elevada a relação de parceria entre a entidade líder e outros parceiros nacionais						
7.1. % de atores que considera elevada / muito elevada a ausência de pensamento crítico estruturado, dos outros atores						
7.2. % de atores que considera elevada / muito elevada a falta de experiência de trabalho em parceria, dos outros atores						
7.3. % de atores que considera elevada / muito elevada a falta de recursos internos						
7.4. % de atores que considera elevada / muito elevada a desconfiança entre parceiros						
7.5. % de atores que considera elevada / muito elevada a falta de cultura e de experiências de governação multinível						
7.6. % de atores que considera elevada / muito elevada a indisponibilidade dos atores setoriais em moldar as intervenções ao território						
8.1. % de atores que está de acordo/totalmente de acordo que as tipologias de projetos elegíveis eram adequadas para responder às oportunidades e necessidades do meu território						
8.2. % de atores que está de acordo/totalmente de acordo que as tipologias de projetos elegíveis eram adequadas para responder às necessidades dos grupos-alvo a que se dirigem						
8.3. % de atores que está de acordo/totalmente de acordo que as regras de acesso ao financiamento eram as adequadas						
8.4. % de atores que está de acordo/totalmente de acordo que as taxas de cofinanciamento eram as adequadas face à capacidade dos executores						
8.5. % de atores que está de acordo/totalmente de acordo que os volumes de investimento disponibilizados eram os adequados para o promover a coesão territorial no meu território						
8.6. % de atores que está de acordo/totalmente de acordo que os volumes de investimento eram os adequados para reduzir as disparidades regionais no meu território						
9.1. % de atores que considera elevada / muito elevada o contributo para a melhoria da acessibilidade interna e externa						
9.2. % de atores que considera elevada / muito elevada o contributo para a melhoria da eficiência no uso dos recursos						
9.3. % de atores que considera elevado / muito elevado o contributo para o aumento da competitividade						

	QA1	QA2	QA3	QA4	QA5	QA6
9.4 % de atores que considera elevado / muito elevado o contributo para o fortalecimento do capital social						
9.5.% de atores que considera elevada / muito elevada o contributo para a valorização do património natural						
9.6. % de atores que considera elevada / muito elevada o contributo para a valorização do património cultural						
9.7. % de atores que considera elevado / muito elevado o contributo para o aumento da criatividade						
9.8. % de atores que considera elevada / muito elevada o contributo para a melhoria do acesso a serviços e equipamentos públicos						
9.9. % de atores que considera elevado / muito elevado o contributo para o aumento da qualidade de vida						
9.10.% de atores que considera elevado / muito elevado o contributo para o aumento da utilização do potencial económico local						
9.11. % de atores que considera elevada / muito elevada o contributo para a maior participação dos atores que transformam recursos em valor						
9.12. % de atores que considera elevado / muito elevado o contributo para o aumento da coesão territorial						
9.13. % de atores que considera elevada / muito elevada o contributo para a redução das disparidades regionais						
10.1. % de atores que considera existir algum tipo de obstáculo à implementação do PROVERE/PADRE que possa impedir que venham a ser alcançados os objetivos / resultados						
10.2.% de atores que considera existir algum tipo de obstáculo à implementação do PEDU que possa impedir que venham a ser alcançados os objetivos / resultados						
10.3. % de atores que considera existir algum tipo de obstáculo à implementação do PDCT que possa impedir que venham a ser alcançados os objetivos / resultados						
10.4. % de atores que considera existir algum tipo de obstáculo à implementação da DLBC que possa impedir que venham a ser alcançados os objetivos / resultados						

Quadro 1. Avaliação da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial (EIDT)

Indicador	Entidade líder			
	PROVERE/PADRE	PEDU	PDCT	DLBC
1.1. % de atores que considera elevado / muito elevado o grau de envolvimento dos atores territoriais relevantes na fase de preparação do instrumento	58,3	47,8	91,7	56,8
1.2. % de atores que considera elevado / muito elevado o grau de envolvimento de atores da administração central na fase de preparação do instrumento	50,0	26,0	66,7	29,5

Indicador	Entidade líder			
	PROVERE/PADRE	PEDU	PDCT	DLBC
1.3. % de atores que considera elevada / muito elevada a adequação da escala NUTS III para promover a integração dos instrumentos de política	66,6	55,0	91,6	43,2
1.4. % de atores que considera elevada / muito elevada a adequação da estratégia para responder às oportunidades e necessidades do seu território	58,4	49,2	83,4	47,7
1.5. % de atores que considera elevada / muito elevada a capacidade de espelhar as especificidades do território	50,0	46,3	83,3	52,2
1.6. % de atores que considera elevada / muito elevada a capacidade de valorizar os recursos endógenos	66,7	47,8	75,0	50,0
1.7. % de atores que considera elevada / muito elevada a capacidade da configuração poder vir a promover a integração de diferentes fundos comunitários	75,0	46,4	75,0	40,9
1.8. % de atores que considera elevada / muito elevada a capacidade de promover a integração de diferentes políticas setoriais	66,7	50,7	75,0	43,2
1.9. % de atores que considera elevada / muito elevada a capacidade de promover a integração de diferentes subterritórios	75,0	31,9	83,4	34,1
1.10. % de atores que considera elevado / muito elevado o contributo para o surgimento de projetos intermunicipais	83,4	43,4	83,3	40,9
1.11. % de atores que considera elevada / muito elevada a capacidade de enquadrar o seu instrumento	66,6	62,3	91,7	50,0

Quadro 2. Avaliação do Instrumento e do seu processo de preparação

Indicador	Entidade líder			
	PROVERE/ PADRE	PEDU	PDCT	DLBC
2.1. % de atores que considera elevado / muito elevado o grau de envolvimento dos atores territoriais relevantes na fase de preparação	58,4	44,9	91,7	81,8
2.2. % de atores que considera elevado / muito elevado o grau de envolvimento de atores da administração central na fase de preparação	50,0	29,0	75,0	29,6
2.3. % de atores que considera elevado / muito elevado o grau de alinhamento dos objetivos do instrumento com os objetivos da EIDT	83,3	60,8	83,3	61,3
2.4. % de atores que considera elevada / muito elevada a adequação da escala territorial para responder às oportunidades e necessidades do seu território	83,4	63,7	75,0	56,8

Indicador	Entidade líder			
	PROVERE/ PADRE	PEDU	PDCT	DLBC
2.5. % de atores que considera elevada / muito elevada a adequação da estratégia para responder às oportunidades e necessidades do seu território	83,4	60,8	66,6	63,7
2.6. % de atores que considera elevada / muito elevada a capacidade de promover a integração de diferentes fundos comunitários	41,6	40,5	83,4	50,0
2.7. % de atores que considera elevada / muito elevada a capacidade de promover a integração de diferentes políticas setoriais	41,7	53,6	75,0	43,2
2.8. % de atores que considera elevada / muito elevada a capacidade de promover a integração de diferentes territórios	58,3	36,2	66,7	54,5
2.9. % de atores que considera elevado / muito elevado o contributo para o surgimento de projetos intermunicipais	75,0	23,1	83,4	31,8
2.10. % de atores que considera elevado / muito elevado o contributo para integrar projetos financiados por Fundos Comunitários diferentes, concorrendo para um mesmo objetivo territorial	58,3	36,2	75,0	45,5
2.11. % de atores que considera elevado / muito elevado o contributo para implementar de forma articulada operações financiadas por Fundos Comunitários diferentes	58,4	36,2	75,0	43,2

Quadro 3. Avaliação do grau de complementaridade do Instrumento com outros Instrumentos do PT 2020, em implementação na região, concelho ou sub-regiões

Indicador	%
3.1. % de atores que considera existir uma complementaridade elevada / muito elevada do PROVERE/PADRE com os Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (PDCT)	58,3
3.2. % de atores que considera existir uma complementaridade elevada / muito elevada do PROVERE/PADRE com os Planos Estratégicos Desenvolvimento Urbanos	16,7
3.3. % de atores que considera existir uma complementaridade elevada / muito elevada do PROVERE/PADRE com os PARUS / MUS / PAICD	25,0
3.4. % de atores que considera existir uma complementaridade elevada / muito elevada do PROVERE/PADRE com os DLBC Urbana	8,3
3.5. % de atores que considera existir uma complementaridade elevada / muito elevada do PROVERE/PADRE com os DLBC Rural	66,6
3.6. % de atores que considera existir uma complementaridade elevada / muito elevada do PROVERE/PADRE com os DLBC Costeira	8,3
3.7. % de atores que considera existir uma complementaridade elevada / muito elevada do PROVERE/PADRE com os CLDS	0
3.8. % de atores que considera existir uma complementaridade elevada / muito elevada do PROVERE/PADRE com os TEIP	0
3.9. % de atores que considera existir uma complementaridade elevada / muito elevada do PROVERE/PADRE com o Escolhas	8,3

Indicador	%
3.10.% de atores que considera existir uma complementaridade elevada / muito elevada do PROVERE/PADRE com a RIS3	41,6
3.11.% de atores que considera existir uma complementaridade elevada / muito elevada do PROVERE/PADRE com os Clusters	41,7
3.12.% de atores que considera existir uma complementaridade elevada / muito elevada do PEDU com o Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (PDCT)	60,9
3.13.% de atores que considera existir uma complementaridade elevada / muito elevada do PEDU com o PROVERE/PADRE	13,0
3.14.% de atores que considera existir uma complementaridade elevada / muito elevada do PEDU com os PARUS / MUS / PAICD	69,5
3.15.% de atores que considera existir uma complementaridade elevada / muito elevada do PEDU com os DLBC Urbana	24,6
3.16.% de atores que considera existir uma complementaridade elevada / muito elevada do PEDU com os DLBC Rural	21,7
3.17.% de atores que considera existir uma complementaridade elevada / muito elevada do PEDU com os DLBC Costeira	10,1
3.18.% de atores que considera existir uma complementaridade elevada / muito elevada do PEDU com os CLDS	29,0
3.19.% de atores que considera existir uma complementaridade elevada / muito elevada do PEDU com os TEIP	10,1
3.20.% de atores que considera existir uma complementaridade elevada / muito elevada do PEDU com o Escolhas	14,4
3.21.% de atores que considera existir uma complementaridade elevada / muito elevada do PEDU com a RIS3	14,5
3.22.% de atores que considera existir uma complementaridade elevada / muito elevada do PEDU com os Clusters	7,2
3.23.% de atores que considera existir uma complementaridade elevada / muito elevada do PDCT com os Planos Estratégicos Desenvolvimento Urbanos	41,7
3.24.% de atores que considera existir uma complementaridade elevada / muito elevada do PDCT com os PROVERE/PADRE	41,7
3.25.% de atores que considera existir uma complementaridade elevada / muito elevada do PDCT com os PARUS / MUS / PAICD	41,7
3.26.% de atores que considera existir uma complementaridade elevada / muito elevada do PDCT com os DLBC Urbana	16,7
3.27.% de atores que considera existir uma complementaridade elevada / muito elevada do PDCT com os DLBC Rural	50,0
3.28.% de atores que considera existir uma complementaridade elevada / muito elevada do PDCT com os DLBC Costeira	25,0
3.29.% de atores que considera existir uma complementaridade elevada / muito elevada do PDCT com os CLDS	25,0
3.30.% de atores que considera existir uma complementaridade elevada / muito elevada do PDCT com os TEIP	16,7
3.31.% de atores que considera existir uma complementaridade elevada / muito elevada do PDCT com o Escolhas	8,3
3.32.% de atores que considera existir uma complementaridade elevada / muito elevada do PDCT com a RIS3	50,0

Indicador	%
3.33.% de atores que considera existir uma complementaridade elevada / muito elevada do PDCT com os Clusters	33,3
3.34.% de atores que considera existir uma complementaridade elevada / muito elevada da DLBC com os Planos Estratégicos Desenvolvimento Urbanos	20,5
3.35.% de atores que considera existir uma complementaridade elevada / muito elevada da DLBC com os Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (PDCT)	38,6
3.36.% de atores que considera existir uma complementaridade elevada / muito elevada da DLBC com os PROVERE/PADRE	27,3
3.37.% de atores que considera existir uma complementaridade elevada / muito elevada da DLBC com os PARUS / MUS / PAICD	20,5
3.38.% de atores que considera existir uma complementaridade elevada / muito elevada da DLBC com os CLDS	36,4
3.39.% de atores que considera existir uma complementaridade elevada / muito elevada da DLBC com os TEIP	11,3
3.40.% de atores que considera existir uma complementaridade elevada / muito elevada da DLBC com o Escolhas	18,2
3.41.% de atores que considera existir uma complementaridade elevada / muito elevada da DLBC com a RIS3	34,1
3.42.% de atores que considera existir uma complementaridade elevada / muito elevada da DLBC com os Clusters	6,8

Quadro 4. Causas para a ausência de complementaridade entre os Instrumentos

Indicador	Entidade líder			
	PROVERE/ PADRE	PEDU	PDCT	DLBC
4.1. % de atores que está de acordo/totalmente de acordo que não foi possível estabelecer complementaridades entre instrumentos porque não se justificava explorar essa possibilidade	25,0	11,5	16,6	9,1
4.2. % de atores que está de acordo/totalmente de acordo que não foi possível estabelecer complementaridades entre instrumentos porque não tiveram interesse em a estabelecer	0,0	5,7	8,3	0,0
4.3. % de atores que está de acordo/totalmente de acordo que não foi possível estabelecer complementaridades entre instrumentos porque não sabiam como concretizar essa possibilidade	0,0	2,8	0,0	15,9
4.4. % de atores que está de acordo/totalmente de acordo que não foi possível estabelecer complementaridades entre instrumentos porque não houve disponibilidade dos promotores de outros instrumentos	8,3	10,1	16,7	18,2
4.5. % de atores que está de acordo/totalmente de acordo que não foi possível estabelecer complementaridades entre instrumentos porque não houve disponibilidade das autarquias da CIM/AM	0,0	1,4	0,0	9,1
4.6. % de atores que está de acordo/totalmente de acordo que não foi possível estabelecer complementaridades entre instrumentos porque não houve disponibilidade da CIM/AM	0,0	1,4	0,0	4,5

Indicador	Entidade líder			
	PROVERE/ PADRE	PEDU	PDCT	DLBC
4.7. % de atores que está de acordo/totalmente de acordo que não foi possível estabelecer complementaridades entre instrumentos porque não houve disponibilidade de entidades da administração central	16,7	11,5	8,3	22,7
4.8. % de atores que está de acordo/totalmente de acordo que não foi possível estabelecer complementaridades entre instrumentos porque não se conheciam os outros instrumentos	0,0	7,2	8,3	11,3
4.9. % de atores que está de acordo/totalmente de acordo que não foi possível estabelecer complementaridades entre instrumentos porque não se conheciam os outros promotores	0,0	13,0	8,3	9,1
4.10.% de atores que está de acordo/totalmente de acordo que não foi possível estabelecer complementaridades entre instrumentos porque os prazos de preparação das candidaturas foram demasiado curtos	25	24,6	16,6	9,1
4.11.% de atores que está de acordo/totalmente de acordo que não foi possível estabelecer complementaridades entre instrumentos porque os Avisos de Concurso e as tipologias de operações elegíveis não o permitiram	50,0	33,3	33,3	38,7
4.12.% de atores que está de acordo/totalmente de acordo que não foi possível estabelecer complementaridades entre instrumentos porque os momentos de lançamento dos Avisos de Concurso não o permitiram	41,7	27,5	8,3	13,6

Quadro 5. Avaliação da redundância ou conflito (p. e. nos objetivos, nos resultados que pretendem alcançar, nos públicos-alvo, nos recursos mobilizados, etc.) entre instrumentos do PT 2020

Indicador	%
5.1. % de atores que considera existir redundância ou conflito entre o PROVERE/PADRE e algum outro(s) instrumento(s) do PT 2020	0
5.2. % de atores que considera existir redundância ou conflito entre o PEDU e algum outro(s) instrumento(s) do PT 2020	4,3
5.3. % de atores que considera existir redundância ou conflito entre o PDCT e algum outro(s) instrumento(s) do PT 2020	25,0
5.4. % de atores que considera existir redundância ou conflito entre a DLBC e algum outro(s) instrumento(s) do PT 2020	25,0

Quadro 6. Avaliação do grau de intensidade da relação entre os parceiros

Indicador	Entidade Líder			
	PROVERE/ PADRE	PEDU	PDCT	DLBC
6.1. % de atores que considera elevada / muito elevada a relação de parceria entre as autarquias	83,4	-	66,7	61,4
6.2. % de atores que considera elevada / muito elevada a relação de parceria entre as autarquias e outras entidades locais	66,7	-	66,7	72,7
6.3. % de atores que considera elevada / muito elevada a relação de parceria entre as autarquias da CIM /AM e autarquias de outras CIM / AM	50,0	30,4	50,0	27,3
5.4. % de atores que considera elevada / muito elevada a relação de parceria entre as autarquias da CIM /AM e entidades da administração central	33,3	23,2	50,0	20,4
6.5.% de atores que considera elevada / muito elevada a relação de parceria entre as autarquias da CIM /AM e autarquias de outras regiões da União Europeia	8,3	2,9	0,0	11,4
6.6.% de atores que considera elevada / muito elevada a relação de parceria entre a entidade líder e outros parceiros locais	83,3	36,2	58,3	81,8
6.7. % de atores que considera elevada / muito elevada a relação de parceria entre a entidade líder e outros parceiros regionais	75,0	20,2	50,0	68,2
6.8. % de atores que considera elevada / muito elevada a relação de parceria entre a entidade líder e outros parceiros nacionais	50,0	11,6	41,6	43,1

Quadro 7. Avaliação das principais dificuldades sentidas no envolvimento dos parceiros relevantes, na fase de configuração do Instrumento

Indicador	Entidade Líder			
	PROVERE/ PADRE	PEDU	PDCT	DLBC
7.1. % de atores que considera elevada / muito elevada a ausência de pensamento crítico estruturado, dos outros atores	41,7	23,1	8,3	29,5
7.2. % de atores que considera elevada / muito elevada a falta de experiência de trabalho em parceria, dos outros atores	50,0	21,7	8,3	31,8
7.3. % de atores que considera elevada / muito elevada a falta de recursos internos	25,0	23,1	33,3	20,4
7.4. % de atores que considera elevada / muito elevada a desconfiança entre parceiros	8,3	4,3	8,3	22,8
7.5. % de atores que considera elevada / muito elevada a falta de cultura e de experiências de governação multinível	41,7	37,7	16,6	20,4
7.6. % de atores que considera elevada / muito elevada a indisponibilidade dos atores setoriais em moldar as intervenções ao território	33,0	20,3	25,0	13,7

Quadro 8. Avaliação dos Avisos de Concurso que enquadram a implementação do Instrumento

Indicador	Entidade Líder			
	PROVERE/ PADRE	PEDU	PDCT	DLBC
8.1. % de atores que está de acordo/totalmente de acordo que as tipologias de projetos elegíveis eram adequadas para responder às oportunidades e necessidades do meu território	58,3	42,0	16,7	29,5
8.2. % de atores que está de acordo/totalmente de acordo que as tipologias de projetos elegíveis eram adequadas para responder às necessidades dos grupos-alvo a que se dirigem	66,6	36,2	25,0	31,8
8.3. % de atores que está de acordo/totalmente de acordo que as regras de acesso ao financiamento eram as adequadas	41,7	39,1	0,0	20,4
8.4. % de atores que está de acordo/totalmente de acordo que as taxas de cofinanciamento eram as adequadas face à capacidade dos executores	50,0	49,3	41,6	22,8
8.5. % de atores que está de acordo/totalmente de acordo que os volumes de investimento disponibilizados eram os adequados para o promover a coesão territorial no meu território	0,0	18,8	0,0	20,4
8.6. % de atores que está de acordo/totalmente de acordo que os volumes de investimento eram os adequados para reduzir as disparidades regionais no meu território	0,0	15,9	0,0	13,7

Quadro 9. Avaliação do contributo esperado do Instrumento para diversos resultados e impactes

Indicador	Entidade Líder			
	PROVERE/ PADRE	PEDU	PDCT	DLBC
9.1. % de atores que considera elevada / muito elevada o contributo para a melhoria da acessibilidade interna e externa	25,0	52,2	8,3	11,3
9.2. % de atores que considera elevada / muito elevada o contributo para a melhoria da eficiência no uso dos recursos	58,3	59,4	50,0	43,1
9.3. % de atores que considera elevado / muito elevado o contributo para o aumento da competitividade	50,0	42,0	25,0	56,9
9.4. % de atores que considera elevado / muito elevado o contributo para o fortalecimento do capital social	33,3	31,8	25,0	43,2
9.5. % de atores que considera elevada / muito elevada o contributo para a valorização do património natural	83,3	29,0	33,3	31,8
9.6. % de atores que considera elevada / muito elevada o contributo para a valorização do património cultural	75,0	52,1	25,0	31,8
9.7. % de atores que considera elevado / muito elevado o contributo para o aumento da criatividade	75,0	28,9	16,6	36,3
9.8. % de atores que considera elevada / muito elevada o contributo para a melhoria do acesso a serviços e equipamentos públicos	41,7	65,2	50,0	9,1
9.9. % de atores que considera elevado / muito elevado o contributo para o aumento da qualidade de vida	75,0	72,5	33,4	54,6
9.10. % de atores que considera elevado / muito elevado o contributo para o aumento da utilização do potencial económico local	66,6	55,1	33,3	71,4

Indicador	Entidade Líder			
	PROVERE/ PADRE	PEDU	PDCT	DLBC
9.11. % de atores que considera elevada / muito elevada o contributo para a maior participação dos atores que transformam recursos em valor	75,0	33,3	25,0	52,3
9.12. % de atores que considera elevado / muito elevado o contributo para o aumento da coesão territorial	50,0	46,4	25,0	47,7
9.13. % de atores que considera elevada / muito elevada o contributo para a redução das disparidades regionais	41,6	33,3	25,0	34,1

Quadro 10. Avaliação da existência de obstáculo à implementação do Instrumento que possa impedir que venham a ser alcançados os objetivos / resultados

	%
10.1. % de atores que considera existir algum tipo de obstáculo à implementação do PROVERE/PADRE que possa impedir que venham a ser alcançados os objetivos / resultados	50,0
10.2. % de atores que considera existir algum tipo de obstáculo à implementação do PEDU que possa impedir que venham a ser alcançados os objetivos / resultados	20,3
10.3. % de atores que considera existir algum tipo de obstáculo à implementação do PDCT que possa impedir que venham a ser alcançados os objetivos / resultados	66,7
10.4. % de atores que considera existir algum tipo de obstáculo à implementação da DLBC que possa impedir que venham a ser alcançados os objetivos / resultados	72,7

1.2. Indicadores de resultado da aplicação do inquérito aos municípios sobre a sua apreciação ao PDCT (Portugal Continental)

Quadro 11. Avalie a Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial (EIDT) do seu território, nos seguintes aspetos:

	%
Grau de envolvimento dos atores territoriais relevantes na fase de preparação	45,6
Grau de envolvimento de atores da administração central na fase de preparação	36,5
Adequação da escala NUTS III para promover a integração dos instrumentos de política	45,5
Adequação da estratégia para responder às oportunidades e necessidades do seu território	39,3
Capacidade de espelhar as especificidades do território	34,4
Capacidade de valorizar os recursos endógenos	41,4

Capacidade da configuração poder vir a promover a integração de diferentes fundos comunitários	37,3
Capacidade de promover a integração de diferentes políticas setoriais	37,2
Capacidade de promover a integração de diferentes subterritórios	27,6
Contributo para o surgimento de projetos intermunicipais	40,7
Capacidade de enquadrar o seu PDCT	46,2

Quadro 12. Avalie o PDCT do seu território e o seu processo de preparação, segundo os seguintes parâmetros

	%
Grau de envolvimento dos atores territoriais relevantes na fase de preparação	46,2
Grau de envolvimento de atores da administração central na fase de preparação	31,0
Grau de alinhamento dos objetivos do PDCT com os objetivos da EIDT	46,9
Adequação da escala territorial para responder às oportunidades e necessidades do seu território	39,3
Adequação da estratégia para responder às oportunidades e necessidades do seu território	35,8
Capacidade de promover a integração de diferentes fundos comunitários	40,0
Capacidade de promover a integração de diferentes políticas setoriais	40,7
Capacidade de promover a integração de diferentes territórios	33,1
Contributo para o surgimento de projetos intermunicipais	41,4
Contributo para integrar projetos financiados por Fundos Comunitários diferentes, concorrendo para um mesmo objetivo territorial	41,4
Contributo para implementar de forma articulada operações financiadas por Fundos Comunitários diferentes	39,3

Quadro 13. Avalie o grau de complementaridade do PDCT do seu território com outros Instrumentos do PT2020, que estejam a ser implementados na sua região, concelho ou sub-regiões:

	%
Planos Estratégicos para o Desenvolvimento Urbano (PEDU)	41,4
PROVERE	32,4
PARUS / MUS / PAICD	53,8
DLBC Urbana	17,9
DLBC Rural	35,9
DLBC Costeira	9,7
CLDS	25,5
TEIP	15,8
Escolhas	15,1
RIS3	17,9
Clusters	12,4

Quadro 14. Nas situações em que não existe complementaridade entre Instrumentos, tal não foi possível porquê?

	%
... não se justificava explorar essa possibilidade	14,5
... não tivemos interesse em a estabelecer	8,2
... não sabíamos como concretizar essa possibilidade	9,0
... não houve disponibilidade dos promotores de outros instrumentos	18,6
... não houve disponibilidade das autarquias da CIM/AM	8,3
... não houve disponibilidade da CIM/AM	8,3
... não houve disponibilidade de entidades da administração central	18,6
... não se conheciam os outros instrumentos	13,1
... não se conheciam os outros promotores	11,1
... os prazos de preparação das candidaturas foram demasiado curtos	24,2
... os Avisos de Concurso e as tipologias de operações elegíveis não o permitiram	26,2
... os momentos de lançamento dos Avisos de Concurso não permitiram	22,1

Quadro 15. Em seu entender existe algum tipo de redundância ou conflito (p.e. nos objetivos, nos resultados que pretendem alcançar, nos públicos-alvo, nos recursos mobilizados, etc.) entre o PDCT e algum outro(s) instrumento(s) do PT2020?

	%
Sim	4,1
Não	65,5
NS/NR	30,3

Quadro 16. Identifique o tipo de parcerias surgidas no âmbito do PDCT do seu território e avalie o grau de intensidade da relação entre os parceiros:

	%
... entre as autarquias	41,4
... entre as autarquias e outras entidades locais	35,9
... entre as autarquias da CIM /AM e autarquias de outras CIM / AM	28,9
... entre as autarquias da CIM /AM e entidades da administração central	20,7
... entre as autarquias da CIM /AM e autarquias de outras regiões da União Europeia	6,9
... entre a entidade líder e outros parceiros locais	20,6
... entre a entidade líder e outros parceiros regionais	15,2
... entre a entidade líder e outros parceiros nacionais	9,7

Quadro 17. Avalie as principais dificuldades sentidas pela Entidade no envolvimento dos parceiros relevantes, na fase de configuração do PDCT:

	%
Ausência de pensamento crítico estruturado, dos outros atores	22,0
Falta de experiência de trabalho em parceria, dos outros atores	24,1
Falta de recursos internos	33,1
Desconfiança entre parceiros	11,1
Falta de cultura e de experiências de governação multinível	34,7
Indisponibilidade dos atores setoriais em moldar as intervenções ao território	21,4

Quadro 18. Considerando a experiência da sua Entidade na implementação do PDCT, indique o seu grau de concordância com cada uma das seguintes afirmações relacionadas com os Avisos de Concurso que enquadram a sua implementação:

	%
... as tipologias de projetos elegíveis eram adequadas para responder às oportunidades e necessidades do meu território	29,6
.... as tipologias de projetos elegíveis eram adequadas para responder às necessidades dos grupos-alvo a que se dirigem	30,3
... as regras de acesso ao financiamento eram as adequadas	30,3
... as taxas de cofinanciamento eram as adequadas face à capacidade dos executores	41,4
...os volumes de investimento disponibilizados eram os adequados para o promover a coesão territorial no meu território	13,8
... os volumes de investimento eram os adequados para reduzir as disparidades regionais no meu território	9,0

Quadro 19. Considerando a experiência da sua Entidade na implementação do PDCT, avalie qual o contributo esperado do PDCT para os seguintes resultados e impactes

	%
Melhoria da acessibilidade interna e externa	26,2
Melhoria da eficiência no uso dos recursos	37,2
Aumento da competitividade	32,4
Fortalecimento do capital social	26,2
Valorização do património natural	40,0
Valorização do património cultural	44,8
Aumento da criatividade	21,3
Melhoria do acesso a serviços e equipamentos públicos	51,7
Aumento da qualidade de vida	52,4
Aumento da utilização do potencial económico local	38,6

	%
Maior participação dos atores que transformam recursos em valor	29,6
Aumento da coesão territorial	40,0
Redução das disparidades regionais	29,0

Quadro 20. Em seu entender existe algum tipo de obstáculo à implementação do PDCT que possa impedir que venham a ser alcançados os objetivos / resultados enunciados no quadro anterior?

	%
Sim	21,4
Não	51,7
NS/NR	26,9

1.3. Indicadores de resultado da aplicação do inquérito aos beneficiários de medidas de diferenciação positiva (territórios de baixa densidade) (Portugal Continental)

Caracterização do Beneficiário

Quadro 21. Tipologia de Beneficiário

	%	N.º
Câmara Municipal	3.3	4
Empresa	93.5	115
Outros	3.3	4

Quadro 22. Área de atividade económica (se empresa)

	%	N.º
Agricultura	7.0	8
Indústria extrativa	0.9	1
Indústria	35.7	41
Comércio/Serviços	32.2	37
Turismo	16.5	19
Outra	7.8	9
Total	100	115

Quadro 23. Número de trabalhadores (se empresa)

	%	N.º
1-2	19.1	22
3-10	31.3	36
11-20	19.1	22
21-50	16.5	19
51 ou +	13.9	16

Avaliação geral do processo de candidaturas e aprovações

Quadro 24. Entre 2007 e 2013, apresentou candidatura para obtenção de financiamento pelos fundos comunitários no âmbito do QREN

	%	N.º
Sim	39.0	48
mas não foi aprovada	8.3	4
Porque não possuía mérito suficiente	50.0	2
Porque não cumpria os critérios de admissibilidade	50.0	2
foi aprovada, mas não consegui executar	4.2	2
foi aprovada e executei totalmente	87.5	42
Não. Porque	61.0	75
A entidade ainda não existia nessa data	58.7	44
A entidade tinha limitações financeiras próprias (não conseguia assegurar a contrapartida nacional)	8.0	6
A entidade tinha dificuldade de acesso ao crédito e à banca comercial	1.3	1
A entidade tinha incapacidade técnica na preparação de candidaturas	4.0	3
A entidade desconhecia os apoios existentes	18.7	14
Outra	12.0	9

Quadro 25. Desde 2014, quantas candidaturas apresentou aos instrumentos de apoio a financiamento comunitário do Portugal 2020

	N.º	%
0	5	4,1
1	52	42,3
2	28	22,8
3	22	17,9
4-10	12	9,8
>11	4	3,3

Quadro 26. Considerando a experiência da entidade com o Portugal 2020, em que medida sentiu dificuldade em apresentar candidaturas em concursos abertos para a tipologia de beneficiário)

	%	N.º
1 - Nenhuma	15.4	19
2	17.9	22
3	39.8	49
4	18.7	23
5 - Muita dificuldade	8.1	10

Quadro 27. Principais dificuldades que têm condicionado a apresentação de candidaturas ao Portugal 2020

	%	N.º
Dificuldade em estar informado sobre a abertura de concursos pertinentes para a entidade	36.5	38
Carga burocrática na preparação das candidaturas	77.9	81
Impossibilidade de cumprimento dos prazos de execução previstos nos Avisos	18.3	19
Dificuldade de cumprir os critérios de elegibilidade das operações	22.1	23
Dificuldade de cumprir os critérios de elegibilidade do beneficiário	8.7	9
Dificuldade de cumprir o grau de maturidade mínimo exigido às operações	8.7	9
Incapacidade para apresentar candidaturas com elevado mérito	16.3	17
Limitações financeiras (robustez financeira)	22.1	23
Morosidade na decisão de aprovação	54.8	57
Forte concorrência por parte de entidades mais experientes / melhor capacitadas	12.5	13

	%	N.º
Elevada procura por parte das entidades face ao volume de apoios financeiros a Concurso	18.3	19
Valor dos apoios previstos insuficientes face ao retorno expectável	16.3	17
Outra	11.5	12

Quadro 28. Ponto de situação atual das candidaturas apresentadas ao Portugal 2020

	N.º
Aprovadas	120
Em apreciação	60
Não aprovadas	58

Avaliação do processo de candidaturas e aprovações a Concurso Específico para os “territórios de baixa densidade”**Quadro 29. Submeteu candidatura a algum Concurso Específico para os “territórios de baixa densidade” no âmbito do Portugal 2020**

	%	N.º
Sim	39.0	48
Não	50.4	62
Não sabe	10.6	13

Quadro 30. No momento da decisão da apresentação dessa(s) candidatura(s), tinha conhecimento de que se tratava de um concurso em que estava implícita uma diferenciação positiva pelo facto da entidade se localizar num “território de baixa densidade”

	%	N.º
Sim	93.8	45
Não	4.2	2
NS/NR	2.1	1

Quadro 31. Na ausência deste tipo de Concursos Específicos para os “territórios de baixa densidade”, a entidade teria apresentado candidatura(s) a financiamento comunitário

	%	N.º
Sim	79.2	38
Não	20.8	10
Não, porque:	%	
Os Concursos que não são específicos para os “territórios de baixa densidade” não respondem às especificidades do território onde se localiza a entidade		30.0
Os Concursos que não são específicos para os “territórios de baixa densidade” não respondem às necessidades e especificidades do setor		20.0
Nos Concursos que não são específicos para os “territórios de baixa densidade” a procura é muito elevada e dificilmente a entidade seria apoiada face ao volume de apoios financeiros a Concurso		50.0
Nos Concursos que não são específicos para os “territórios de baixa densidade” existe uma forte concorrência por parte de entidades mais experientes / melhor capacitadas e dificilmente a entidade seria apoiada		30.0
Nos Concursos que não são específicos para os “territórios de baixa densidade” existe uma maior dificuldade de cumprir os critérios de elegibilidade das operações		30.0
Nos Concursos que não são específicos para os “territórios de baixa densidade” existe uma maior dificuldade de cumprir os critérios de elegibilidade do beneficiário		10.0
Nos Concursos que não são específicos para os “territórios de baixa densidade” existe uma maior dificuldade de cumprir o grau de maturidade mínimo exigido às operações		20.0
Nos Concursos que não são específicos para os “territórios de baixa densidade” existe uma maior dificuldade em apresentar candidaturas com elevado mérito		30.0
Outra		10.

Quadro 32. Tem candidaturas aprovadas apresentadas a Concurso(s) Específico(s) para “territórios de baixa densidade” no âmbito do Portugal 2020

	%	N.º
Sim	83.3	40
Não	16.7	8

Quadro 33. N.º de candidaturas aprovadas

	n.º de respostas	Total de candidaturas aprovadas
1 candidatura aprovada	32	32
2 candidaturas aprovadas	5	10
3 candidaturas aprovadas	3	9

Quadro 34. Caso a(s) candidatura(s) a Concurso(s) Específico(s) para “territórios de baixa densidade” não tivesse(m) sido aprovada(s), o que teria acontecido ao(s) respetivo(s) projeto(s)

	%	N.º
Seria excluído do plano de investimentos da entidade	20.0	8
Aguardaria por novo procedimento concursal a fundos comunitários onde pudesse ser submetida a candidatura	35.0	14
Implementaria o projeto, mesmo que parcialmente, com recursos a outra fonte de financiamento	40.0	16
Outra	5.0	2
Total	100	40

Quadro 35. Tem candidaturas não aprovadas apresentadas pela entidade a Concurso(s) Específico(s) para “territórios de baixa densidade” no âmbito do Portugal 2020

	%	N.º
Sim	12.5	6
Não	87.5	42

Quadro 36. N.º de candidaturas não aprovadas:

	N.º de respostas	Total de candidaturas não aprovadas
1 candidatura não aprovada	5	5
2 candidaturas não aprovadas	1	2

Quadro 37. O que aconteceu aos projetos no caso da(s) candidatura(s) que não foi(ram) aprovada(s)

	%	N.º
Foi excluído do plano de investimentos da entidade	50.0	3
Outra	50.0	3
Total	100	6

Quadro 38. Face às necessidades da entidade, considera suficiente o número de Concursos Específicos já abertos para os “territórios de baixa densidade”

	%	N.º
Muito suficiente	4.2	2
Suficiente	25.0	12
Insuficiente	50.0	24
Totalmente insuficiente	14.6	7
Não sabe	6.3	3

Quadro 39. Considera que as tipologias de elegibilidade presentes nesses Concursos Específicos para os “territórios de baixa densidade”, respondem às suas necessidades

	%	N.º
Totalmente	22.9	11
Parcialmente	77.1	37

Quadro 40. Principais vantagens atribuídas à existência de Concursos Específicos para os “territórios de baixa densidade”

	%	N.º
Aumentam a probabilidade de vir a ter uma candidatura aprovada	54.2	26
O tipo de elegibilidades é mais adequado às necessidades do meu setor	20.8	10
O tipo de elegibilidades é mais adequado às necessidades da minha entidade	22.9	11
O tipo de elegibilidades é mais adequado às necessidades do meu território	56.3	27
Permite viabilizar a realização dos investimentos planeados	45.8	22
Outra	6.3	3

Avaliação do processo de candidaturas e aprovações a Concursos com bonificações na apreciação da Candidatura pelo facto da entidade estar localizada em “territórios de baixa densidade

Quadro 41. Submeteu alguma Candidatura a Concursos com bonificações na apreciação da Candidatura pelo facto da entidade estar localizada em “territórios de baixa densidade?”

	%	N.º
Sim	26.8	33
Não	46.3	57
Não sabe	26.8	33

Quadro 42. No momento de decisão da apresentação da(s) candidatura(s) ao(s) Concurso(s) com bonificações na apreciação da Candidatura para entidades localizadas em “territórios de baixa densidade”, a entidade tinha conhecimento de que se tratava de um concurso em que estava implícita uma diferenciação positiva pelo facto da entidade se localizar num “território de baixa densidade”?

	%	N.º
Sim	87.9	29
Não	9.1	3
NS/NR	3.0	1
Total	100	33

Quadro 43. Na ausência de Concursos com estas características, a entidade teria apresentado candidatura(s) a financiamento comunitário

	%	N.º
Sim	69.7	23
Não	30.3	10
Não, porque	%	N.º
Nos Concursos sem bonificação não conseguiria ter mérito suficiente para ser alvo de aprovação, pelo que não iria investir na preparação da candidatura	40.0%	4
Nos Concursos sem bonificação existe uma forte concorrência por parte de entidades mais experientes / melhor capacitadas e dificilmente a entidade seria apoiada	70.0%	7
Outra	10.0%	1

Quadro 44. Tem candidaturas aprovadas em Concurso(s) com bonificações na apreciação da Candidatura para entidades localizadas em “territórios de baixa densidade”

	%	N.º
Sim	84.8	28
Não	15.2	5
Total	100	33

Quadro 45. N.º de candidaturas aprovadas

	Nº de respostas	Total de candidaturas aprovadas
1 candidatura aprovada	19	19
2 candidaturas aprovadas	6	12
3 candidaturas aprovadas	3	9

Quadro 46. Caso a(s) candidatura(s) a Concurso(s) com bonificações na apreciação da Candidatura para entidades localizadas em “territórios de baixa densidade” não tivesse(m) sido aprovada(s), o que teria acontecido ao(s) respetivo(s) projeto(s)

	%	N.º
Seria excluído do plano de investimentos da entidade	10.7	3
Aguardaria por novo procedimento concursal a fundos comunitários onde pudesse ser submetida a candidatura	39.3	11
Implementaria o projeto, mesmo que parcialmente, com recursos a outra fonte de financiamento	50.0	14
Outra situação	3.6	1

Quadro 47. Tem candidaturas não aprovadas em Concurso(s) com bonificações na apreciação da Candidatura para entidades localizadas em “territórios de baixa densidade”

	%	N.º
Sim	18.2	6
Não	81.8	27
Total	100	33

Quadro 48. N.º de candidaturas não aprovadas

	N.º de respostas	Total de candidaturas não aprovadas
1 candidatura não aprovada	4	4
2 candidaturas não aprovadas	1	2
3 candidaturas não aprovadas	1	3

Quadro 49. O que aconteceu ao(s) projeto(s) no caso da(s) candidatura(s) que não foi(ram) aprovada(s)

	%	N.º
Foi excluído do plano de investimentos da entidade	33.3	2
Aguarda por novo procedimento concursal a fundos comunitários onde possa ser submetida a candidatura	16.7	1
Avançou-se para a implementação do projeto (mesmo que parcialmente) com recursos a outra fonte de financiamento	33.3	2
Outra situação	16.7	1

Quadro 50. Face às necessidades da entidade, considera suficiente o número de Concursos com bonificações na apreciação da Candidatura para entidades localizadas em “territórios de baixa densidade”

	%	N.º
Muito suficiente	3.0	1
Suficiente	18.2	6
Insuficiente	48.5	16
Totalmente insuficiente	18.2	6
Não sabe	12.1	4
Total	100	33

Quadro 51. Considera que as tipologias de elegibilidade presentes nesses Concursos com bonificações na apreciação da Candidatura para entidades localizadas em “territórios de baixa densidade”, respondem às necessidades da entidade

	%	N.º
Totalmente	12.1	4
Parcialmente	75.8	25
Nada	12.1	4
Total	100	33

Quadro 52. Principais vantagens atribuídas à existência de Concursos com bonificações na apreciação da Candidatura para entidades localizadas em “territórios de baixa densidade”

	%	N.º
Estimular o aparecimento de mais candidaturas	45.5	15
Estimular o aparecimento de outros atores (aumento da procura)	21.2	7
Permite viabilizar a realização dos investimentos planeados	60.6	20
Outra	6.1	2

Avaliação do processo de candidaturas e aprovações a Concursos com a majoração da taxa de apoio

Quadro 53. Submeteu alguma num Concurso em que estivesse prevista a majoração da taxa de apoio, pelo facto da entidade estar localizada em “territórios de baixa densidade

	%	N.º
Sim	36.6	45
Não	37.4	46
Não sabe	26.0	32
Total	100	123

Quadro 54. No momento de decisão da apresentação da(s) candidatura(s) ao(s) Concurso(s) que previam a majoração da taxa de apoio a entidades localizadas em “territórios de baixa densidade”, a entidade tinha conhecimento de que se tratava de um concurso em que estava implícita uma diferenciação positiva pelo facto da entidade se localizar num “território de baixa densidade”

	%	N.º
Sim	97.8	44
Não	2.2	1
Total	100	45

Quadro 55. Na ausência destas majorações, apresentaria candidatura(s) a financiamento comunitário

	%	N.º
Sim	82.2	37
Não	17.8	8
Não, porque	%	N.º
Possui limitações financeiras e não conseguiria assegurar a contrapartida nacional	75.0	6
Possui limitações de recursos humanos e não investiria na preparação de uma candidatura em que os benefícios posteriores fossem significativos (importante redução nos custos de investimentos prioritários)	25.0	2

Quadro 56. Tem candidaturas aprovadas em Concurso(s) que previam a majoração da taxa de apoio a entidades localizadas em “territórios de baixa densidade”

	%	N.º
Sim	86.7	39
Não	13.3	6
Total	100	45

Quadro 57. N.º de candidaturas aprovadas

	Nº de respostas	Total de candidaturas aprovadas
1 candidatura aprovada	33	33
2 candidaturas aprovadas	3	6
3 candidaturas aprovadas	3	9

Quadro 58. Caso a(s) candidatura(s) a Concurso(s) com majoração da taxa de apoio a entidades localizadas em “territórios de baixa densidade” não tivesse(m) sido aprovada(s), o que teria acontecido ao(s) respetivo(s) projeto(s)

	%	N.º
Seria excluído do plano de investimentos da entidade	15.4	6
Aguardaria por novo procedimento concursal a fundos comunitários onde pudesse ser submetida a candidatura	30.8	12
Implementaria o projeto, mesmo que parcialmente, com recursos a outra fonte de financiamento	56.4	22
Outra situação.	2.6	1

Quadro 59. Tem candidaturas não aprovadas em Concurso(s) que previam a majoração da taxa de apoio a entidades localizadas em “territórios de baixa densidade”

	%	N.º
Sim	26.7	12
Não	73.3	33
Total	100	45

Quadro 60. N.º de candidaturas não aprovadas

	N.º de respostas	Total de candidaturas aprovadas
0 candidaturas não aprovadas	2	0
1 candidatura não aprovadas	8	8
2 candidaturas não aprovadas	2	4

Quadro 61. O que aconteceu ao(s) projeto(s) no caso da(s) candidatura(s) que não foi(ram) aprovada(s)

	%	N.º
Foi excluído do plano de investimentos da entidade	41.7	5
Aguarda por novo procedimento concursal a fundos comunitários onde possa ser submetida a candidatura	16.7	2
Avançou-se para a implementação do projeto (mesmo que parcialmente) com recursos a outra fonte de financiamento	16.7	2
Outra situação	25.0	3

Quadro 62. Face às necessidades da entidade, considera suficiente o número de Concursos com majoração da taxa de apoio a entidades localizadas em “territórios de baixa densidade”

	%	N.º
Muito suficiente	2.2	1
Suficiente	40.0	18
Insuficiente	37.8	17
Totalmente insuficiente	13.3	6
Não sabe	6.7	3
Total	100	45

Quadro 63. Considera que as tipologias de elegibilidade presentes nesses Concursos com majoração da taxa de apoio a entidades localizadas em “territórios de baixa densidade”, respondem às necessidades da entidade

	%	N.º
Totalmente	24.4	11
Parcialmente	71.1	32
Nada	4.4	2
Total	100	45

Quadro 64. Caso as majorações das taxas de apoio fossem superiores, passaria a apresentar ou apresentaria mais candidaturas

	%	N.º
Sim	68.9	31
Não	20.0	9
NS/NR	11.1	5
Total	100	45

Quadro 65. Principais vantagens que atribui à existência de Concursos que atribuem majoração da taxa de apoio a entidades localizadas em “territórios de baixa densidade”

	%	N.º
Estímulo o aparecimento de mais Candidaturas	44.4	20
Incentivo ao aparecimento de outros atores (aumento da procura)	37.8	17
Redução significativa do custo do investimento (redução da contrapartida nacional)	20.0	9
Permite viabilizar a realização dos investimentos planeados	66.7	30
Outra	8.9	4

Quadro 66. Em que medida considera pertinente/ muito pertinente cada uma das medidas de diferenciação positiva existentes no Portugal 2020 para entidade localizadas em “territórios de baixa densidade” para melhorar o acesso aos fundos comunitários por parte das entidades localizadas nestes territórios

	%
Abertura de Concursos Específicos para entidades localizadas em “territórios de baixa densidade”	81,3
Atribuição de Bonificações na fase de apreciação das candidaturas de entidades localizadas em “territórios de baixa densidade”	77,2
Atribuição de majoração das taxas de apoio com a aprovação das candidaturas entidades localizadas em “territórios de baixa densidade”	80,5

1.4. Indicadores de resultado da aplicação do inquérito aos executores de operações apoiadas nos instrumentos de base territorial (PROVERE, PEDU, PDCT, PARUS/MUS/PAICD e DLBC) e nos instrumentos setoriais territorializados (Escolhas, CLDS e TEIP) (Estudos de Caso: 5 NUTS III)

Quadro B. Sistema de Indicadores (relação com a Questão de Avaliação)

Indicador	QA1	QA2	QA3	QA4	QA5	QA6
11.1.% de executores que consideram que o Plano Regional de Ordenamento do Território influenciou/influenciou totalmente a definição do(s) projeto(s) aprovado(s) no âmbito do Instrumento						
11.2.% de executores que consideram que o Plano de Ação Regional 2014-2020 influenciou/influenciou totalmente a definição do(s) projeto(s) aprovado(s) no âmbito do Instrumento						
11.3.% de executores que consideram que a Estratégia Regional de Especialização Inteligente influenciou/influenciou totalmente a definição do(s) projeto(s) aprovado(s) no âmbito do Instrumento						
11.4.% de executores que consideram que a Estratégia de Eficiência Coletiva de um Cluster influenciou/influenciou totalmente a definição do(s) projeto(s) aprovado(s) no âmbito do Instrumento						
11.5.% de executores que consideram que a Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial influenciou/influenciou totalmente a definição do(s) projeto(s) aprovado(s) no âmbito do Instrumento						
11.6.% de executores que consideram que o Plano Diretor Municipal influenciou/influenciou totalmente a definição do(s) projeto(s) aprovado(s) no âmbito do Instrumento						
11.7.% de executores que consideram que o Plano de Desenvolvimento Social influenciou/influenciou totalmente a definição do(s) projeto(s) aprovado(s) no âmbito do Instrumento						
11.8.% de executores que consideram que o Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano influenciou/influenciou totalmente a definição do(s) projeto(s) aprovado(s) no âmbito do Instrumento						
11.9.% de executores que consideram que o Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (PDCT) influenciou/influenciou totalmente a definição do(s) projeto(s) aprovado(s) no âmbito do Instrumento						
11.10. % de executores que consideram que a Estratégia de Eficiência Coletiva PROVERE / PADRE influenciou/influenciou totalmente a definição do(s) projeto(s) aprovado(s) no âmbito do Instrumento						
11.11. % de executores que consideram que a Estratégia de Desenvolvimento Local (DLBC Urbana, Rural ou Costeira) influenciou/influenciou totalmente a definição do(s) projeto(s) aprovado(s) no âmbito do Instrumento						
12.1.% de executores que consideram os projetos do Instrumento complementares/ totalmente complementares com Projetos de outras políticas setoriais						
12.2.% de executores que consideram os projetos do Instrumento complementares/ totalmente complementares com projetos que ocorrem noutra Município						
12.3.% de executores que consideram os projetos do Instrumento complementares/ totalmente complementares com Projetos enquadrados no Pacto						
12.4.% de executores que consideram os projetos do Instrumento complementares/ totalmente complementares com Projetos do PEDU						
12.5.% de executores que consideram os projetos do Instrumento complementares/ totalmente complementares com projetos do PARUS / MUS / PAICD						

Indicador	QA1	QA2	QA3	QA4	QA5	QA6
12.6.% de executores que consideram os projetos do Instrumento complementares/ totalmente complementares com projetos do PROVERE / PADRE						
12.7.% de executores que consideram os projetos do Instrumento complementares/ totalmente complementares com projetos da DLBC Urbana						
12.8.% de executores que consideram os projetos do Instrumento complementares/ totalmente complementares com projetos da DLBC Rural						
12.9.% de executores que consideram os projetos do Instrumento complementares/ totalmente complementares com projetos da DLBC Costeira						
12.10. % de executores que consideram os projetos do Instrumento complementares/ totalmente complementares com projetos CLDS						
12.11. % de executores que consideram os projetos do Instrumento complementares/ totalmente complementares com projetos TEIP						
12.12. % de executores que consideram os projetos do Instrumento complementares/ totalmente complementares com projetos Escolhas						
12.13. % de executores que consideram os projetos do Instrumento complementares/ totalmente complementares com projetos financiados por outros Fundos Comunitários						
12.14. % de executores que consideram os projetos do Instrumento complementares/ totalmente complementares com projetos no Domínio da Competitividade e Internacionalização						
12.15. % de executores que consideram os projetos do Instrumento complementares/ totalmente complementares com projetos no Domínio da Inclusão Social e Emprego						
12.16. % de executores que consideram os projetos do Instrumento complementares/ totalmente complementares com projetos no Domínio da Qualificação do Capital Humano						
12.17. % de executores que consideram os projetos do Instrumento complementares/ totalmente complementares com projetos no Domínio da Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos						
13.1.% de executores que concordam/estão totalmente de acordo que não existe complementaridade entre projetos porque não se justificava explorar essa possibilidade						
13.2.% de executores que concordam/estão totalmente de acordo que não existe complementaridade entre projetos porque não tiveram interesse em a estabelecer						
13.3.% de executores que concordam/estão totalmente de acordo que não existe complementaridade entre projetos porque não sabíamos como concretizar essa possibilidade						
13.4.% de executores que concordam/estão totalmente de acordo que não existe complementaridade entre projetos porque não houve disponibilidade de outros atores locais						
13.5.% de executores que concordam/estão totalmente de acordo que não existe complementaridade entre projetos porque não houve disponibilidade da CIM/AM						
13.6.% de executores que concordam/estão totalmente de acordo que não existe complementaridade entre projetos porque não houve disponibilidade das outras autarquias da CIM/AM						
13.7.% de executores que concordam/estão totalmente de acordo que não existe complementaridade entre projetos porque não houve disponibilidade das entidades da administração central						
13.8.% de executores que concordam/estão totalmente de acordo que não existe complementaridade entre projetos porque a liderança intermunicipal não promoveu a articulação entre atores						

Indicador	QA1	QA2	QA3	QA4	QA5	QA6
13.9.% de executores que concordam/estão totalmente de acordo que não existe complementaridade entre projetos porque não se conheciam os outros instrumentos						
13.10. % de executores que concordam/estão totalmente de acordo que não existe complementaridade entre projetos porque não se conheciam os outros promotores						
13.11. % de executores que concordam/estão totalmente de acordo que não existe complementaridade entre projetos porque os prazos de preparação das candidaturas foram demasiado curtos						
13.12. % de executores que concordam/estão totalmente de acordo que não existe complementaridade entre projetos porque os Avisos de Concurso e as tipologias de operações elegíveis não o permitiram						
13.13. % de executores que concordam/estão totalmente de acordo que não existe complementaridade entre projetos porque os momentos de lançamento dos Avisos de Concurso não o permitiram						
14.1.% de executores que consideram haver redundância entre projetos do PDCT e outros aprovados no âmbito do PT2020						
14.2.% de executores que consideram haver redundância entre projetos do PEDU e outros aprovados no âmbito do PT2020						
14.3.% de executores que consideram haver redundância entre projetos do PARUS/MUS/PAICD e outros aprovados no âmbito do PT2020						
14.4.% de executores que consideram haver redundância entre projetos do DLBC e outros aprovados no âmbito do PT2020						
14.5.% de executores que consideram haver redundância entre projetos do PROVERE/PADRE e outros aprovados no âmbito do PT2020						
14.6.% de executores que consideram haver redundância entre projetos do Programa Escolhas e outros aprovados no âmbito do PT2020						
14.7.% de executores que consideram haver redundância entre projetos do CLDS e outros aprovados no âmbito do PT2020						
14.8.% de executores que consideram haver redundância entre projetos do Programa TEIP e outros aprovados no âmbito do PT2020						
15.1.% de executores que consideram elevado / muito elevado o contributo do Instrumento para a afirmação da entidade como ator líder na respetiva área de intervenção perante as autarquias locais						
15.2.% de executores que consideram elevado / muito elevado o contributo do Instrumento para a afirmação da entidade como ator líder na respetiva área de intervenção perante outras entidades locais (empresas, IPSS, ...)						
15.3.% de executores que consideram elevado / muito elevado o contributo do Instrumento para a afirmação da entidade como ator líder na respetiva área de intervenção perante as entidades da administração central						
15.4.% de executores que consideram elevado / muito elevado o contributo do Instrumento para a afirmação da entidade como ator líder na respetiva área de intervenção em processos de tomada de decisão						
15.5.% de executores que consideram elevado / muito elevado o contributo do Instrumento para a afirmação da entidade como ator chave na gestão delegada de Fundos Comunitários						
15.6.% de executores que consideram elevado / muito elevado o contributo do Instrumento para a afirmação da entidade como ator chave na conceção e implementação de projetos intermunicipais						
15.7.% de executores que consideram elevado / muito elevado o contributo do Instrumento para a afirmação da entidade como ator chave na exploração de sinergias intermunicipais e abordagens em rede						

Indicador	QA1	QA2	QA3	QA4	QA5	QA6
15.8.% de executores que consideram elevado / muito elevado o contributo do Instrumento para a afirmação da entidade como ator chave na concertação institucional multi-escala						
15.9.% de executores que consideram elevado / muito elevado o contributo do Instrumento para a afirmação da entidade como ator chave para o aparecimento de parcerias informais no processo de implementação						
15.10. % de executores que consideram elevado / muito elevado o contributo do Instrumento para a afirmação da entidade como ator chave na promoção de uma maior capacitação dos atores/parceiros						
15.11. % de executores que consideram elevado / muito elevado o contributo do Instrumento para a afirmação da entidade como ator chave na promoção de um maior envolvimento dos parceiros na fase de conceção e acompanhamento dos projetos						
15.12. % de executores que consideram elevado / muito elevado o contributo do Instrumento para a afirmação da entidade como ator chave na construção de um clima de confiança em processos integrados e de parceria						
16.1.% de executores que consideram a desconfiança entre autarquias um constrangimento relevante / muito relevante						
16.2.% de executores que consideram a falta de experiência de trabalho em parceria entre as autarquias um constrangimento relevante / muito relevante						
16.3.% de executores que consideram a desconfiança entre autarquias e a administração central um constrangimento relevante / muito relevante						
16.4.% de executores que consideram a falta de experiência de trabalho em parceria entre as autarquias e a administração central um constrangimento relevante / muito relevante						
16.5.% de executores que consideram a indisponibilidade da administração central em adaptar as suas intervenções ao território um constrangimento relevante / muito relevante						
16.6.% de executores que consideram a falta de competência dos diversos atores em desenhar projetos em parceria um constrangimento relevante / muito relevante						
16.7.% de executores que consideram a faltam mecanismos de governação colaborativa um constrangimento relevante / muito relevante						
16.8.% de executores que consideram a desvalorização das abordagens territoriais integradas pelos vários atores um constrangimento relevante / muito relevante						
17.1.% de executores que consideram elevada / muito elevada a capacidade de atuação da Entidade Líder na liderança dos processos de tomada de decisão						
17.2.% de executores que consideram elevada / muito elevada a capacidade de atuação da Entidade Líder na criação de um clima de confiança entre as autarquias						
17.3.% de executores que consideram elevada / muito elevada a capacidade de atuação da Entidade Líder na criação de projetos em parceira entre as autarquias						
17.4.% de executores que consideram elevada / muito elevada a capacidade de atuação da Entidade Líder no estabelecimento articulações com as outras entidades locais						
17.5.% de executores que consideram elevada / muito elevada a capacidade de atuação da Entidade Líder no estabelecimento de articulações com outras entidades sub-regionais e regionais						
17.6.% de executores que consideram elevada / muito elevada a capacidade de atuação da Entidade Líder no estabelecimento de articulações com entidades da administração central						

Indicador	QA1	QA2	QA3	QA4	QA5	QA6
17.7.% de executores que consideram elevada / muito elevada a capacidade de atuação da Entidade Líder no estabelecimento de articulações com a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional						
17.8.% de executores que consideram elevada / muito elevada a capacidade de atuação da Entidade Líder no estabelecimento de articulações com as Autoridades de Gestão de Programas Operacionais Temáticos						
18.1.% de executores que concordam /concordam totalmente que a integração no Instrumento facilitou a preparação do projeto (definição de objetivos, grupo-alvo, ações...)						
18.2.% de executores que concordam /concordam totalmente que a integração no Instrumento facilitou a instrução da(s) candidatura(s)						
18.3.% de executores que concordam /concordam totalmente que a integração no Instrumento facilitou a submissão da(s) candidatura(s)						
18.4.% de executores que concordam /concordam totalmente que a integração no Instrumento facilitou a aprovação da(s) candidatura(s)						
18.5.% de executores que concordam /concordam totalmente que a integração no Instrumento facilitou a submissão do(s) pedido(s) de pagamento						
18.6.% de executores que concordam /concordam totalmente que a integração no Instrumento aumentou a celeridade dos reembolsos						
18.7.% de executores que concordam /concordam totalmente que a integração no Instrumento facilitou a superação de problemas de financiamento						
18.8.% de executores que concordam /concordam totalmente que a integração no Instrumento permitiu um melhor acompanhamento das operações						
18.9.% de executores que concordam /concordam totalmente que a integração no Instrumento permitiu uma maior flexibilidade na aplicação dos critérios de admissibilidade						
19.1.% de executores que concordam /concordam totalmente que as tipologias de projetos elegíveis eram adequadas para responder às oportunidades e necessidades do meu território						
19.2.% de executores que concordam /concordam totalmente que as tipologias de projetos elegíveis eram adequadas para responder às necessidades dos grupos-alvo a que se dirigem						
19.3.% de executores que concordam /concordam totalmente que as regras de acesso ao financiamento eram as adequadas						
19.4.% de executores que concordam /concordam totalmente que as taxas de cofinanciamento eram as adequadas face à capacidade dos executores						
19.5.% de executores que concordam /concordam totalmente que os volumes de investimento disponibilizados eram os adequados para o promover a coesão territorial no meu território						
19.6.% de executores que concordam /concordam totalmente que os volumes de investimento eram os adequados para reduzir as disparidades regionais no meu território						
20.1.% de executores que consideram que os projetos no âmbito do Instrumento têm impactes elevados / muito elevados na melhoria da acessibilidade interna e externa						
20.2.% de executores que consideram que os projetos no âmbito do Instrumento têm impactes elevados / muito elevados na melhoria da eficiência no uso dos recursos						
20.3.% de executores que consideram que os projetos no âmbito do Instrumento têm impactes elevados / muito elevados no aumento da competitividade						
20.4.% de executores que consideram que os projetos no âmbito do Instrumento têm impactes elevados / muito elevados no fortalecimento do capital social						

Indicador	QA1	QA2	QA3	QA4	QA5	QA6
20.5.% de executores que consideram que os projetos no âmbito do Instrumento têm impactes elevados / muito elevados na valorização do património natural						
20.6.% de executores que consideram que os projetos no âmbito do Instrumento têm impactes elevados / muito elevados na valorização do património cultural						
20.7.% de executores que consideram que os projetos no âmbito do Instrumento têm impactes elevados / muito elevados no aumento da criatividade						
20.8.% de executores que consideram que os projetos no âmbito do Instrumento têm impactes elevados / muito elevados na melhoria do acesso a serviços e equipamentos públicos						
20.9.% de executores que consideram que os projetos no âmbito do Instrumento têm impactes elevados / muito elevados no aumento da qualidade de vida						
20.10. % de executores que consideram que os projetos no âmbito do Instrumento têm impactes elevados / muito elevados no aumento da utilização do potencial económico local						
20.11. % de executores que consideram que os projetos no âmbito do Instrumento têm impactes elevados / muito elevados na maior participação dos atores que transformam recursos em valor						
20.12. % de executores que consideram que os projetos no âmbito do Instrumento têm impactes elevados / muito elevados no aumento da coesão territorial						
20.13. % de executores que consideram que os projetos no âmbito do Instrumento têm impactes elevados / muito elevados na redução das disparidades regionais						
21.1.% de executores que consideram que existem problemas na execução dos projetos que podem impedir a concretização dos resultados esperados do PDCT						
21.2.% de executores que consideram que existem problemas na execução dos projetos que podem impedir a concretização dos resultados esperados do PEDU						
21.3.% de executores que consideram que existem problemas na execução dos projetos que podem impedir a concretização dos resultados esperados do PARUS/MUS/PAICD						
21.4.% de executores que consideram que existem problemas na execução dos projetos que podem impedir a concretização dos resultados esperados da DLBC						
21.5.% de executores que consideram que existem problemas na execução dos projetos que podem impedir a concretização dos resultados esperados do PROVERE/PADRE						
21.6.% de executores que consideram que existem problemas na execução dos projetos que podem impedir a concretização dos resultados esperados do Programa Escolhas						
21.7.% de executores que consideram que existem problemas na execução dos projetos que podem impedir a concretização dos resultados esperados do CLDS						
21.8.% de executores que consideram que existem problemas na execução dos projetos que podem impedir a concretização dos resultados esperados do Programa TEIP						

Quadro 67. Avaliação da influência de planos ou estratégias na definição do(s) projeto(s) aprovado(s) no âmbito do Instrumento, ao nível da sua incidência territorial, objetivos e grupo-alvo.

ALTO MINHO (Estudo de Caso da Região Norte)

Indicador	PDCT	PEDU	PARUS/ MUS/ PAICD	DLBC	PROVERE/ PADRE	Programa Escolhas	CLDS	Programa TEIP
11.1. % de executores que consideram que o Plano Regional de Ordenamento do Território influenciou/influenciou totalmente a definição do(s) projeto(s) aprovado(s) no âmbito do Instrumento	30,8	27,3	33,3	11,1	37,5	0	0	0
11.2. % de executores que consideram que o Plano de Ação Regional 2014-2020 influenciou/influenciou totalmente a definição do(s) projeto(s) aprovado(s) no âmbito do Instrumento	34,6	45,5	33,3	33,3	62,5	0	0	0
11.3. % de executores que consideram que a Estratégia Regional de Especialização Inteligente influenciou/influenciou totalmente a definição do(s) projeto(s) aprovado(s) no âmbito do Instrumento	15,4	18,2	16,7	11,1	25,0	0	0	0
11.4. % de executores que consideram que a Estratégia de Eficiência Coletiva de um Cluster influenciou/influenciou totalmente a definição do(s) projeto(s) aprovado(s) no âmbito do Instrumento	15,4	9,1	8,3	22,2	25,0	0	0	0
11.5. % de executores que consideram que a Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial influenciou/influenciou totalmente a definição do(s) projeto(s) aprovado(s) no âmbito do Instrumento	61,5	54,5	25,0	44,4	50,0	0	33,3	0
11.6. % de executores que consideram que o Plano Diretor Municipal influenciou/influenciou totalmente a definição do(s) projeto(s) aprovado(s) no âmbito do Instrumento	46,2	81,8	66,7	11,1	37,5	0	0	0
11.7. % de executores que consideram que o Plano de Desenvolvimento Social influenciou/influenciou totalmente a definição do(s) projeto(s) aprovado(s) no âmbito do Instrumento	34,6	36,4	33,3	11,1	12,5	100,0	66,7	0
11.8. % de executores que consideram que o Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano influenciou/influenciou totalmente a definição do(s) projeto(s) aprovado(s) no âmbito do Instrumento	38,5	-	41,7	22,2	25,0	0	0	0
11.9. % de executores que consideram que o Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (PDCT) influenciou/influenciou totalmente a definição do(s) projeto(s) aprovado(s) no âmbito do Instrumento	-	45,5	50,0	22,2	50,0	0	0	50,0
11.10. % de executores que consideram que a Estratégia de Eficiência Coletiva PROVERE / PADRE influenciou/influenciou totalmente a definição do(s) projeto(s) aprovado(s) no âmbito do Instrumento	30,8	18,2	16,7	22,2	-	0	0	0

Indicador	PDCT	PEDU	PARUS/ MUS/ PAICD	DLBC	PROVERE/ PADRE	Programa Escolhas	CLDS	Programa TEIP
11.11. % de executores que consideram que a Estratégia de Desenvolvimento Local (DLBC Urbana, Rural ou Costeira) influenciou/influenciou totalmente a definição do(s) projeto(s) aprovado(s) no âmbito do Instrumento	30,8	18,2	8,3	-	25,0	0	0	0

VISEU/DÃO-LAFÕES (Estudo de Caso da Região Centro)

Indicador	PDCT	PEDU	PARUS/ MUS/ PAICD	DLBC	PROVERE/ PADRE	Programa Escolhas	CLDS	Programa TEIP
11.12. % de executores que consideram que o Plano Regional de Ordenamento do Território influenciou/influenciou totalmente a definição do(s) projeto(s) aprovado(s) no âmbito do Instrumento	0	-	0	33,3	0	-	-	-
11.13. % de executores que consideram que o Plano de Ação Regional 2014-2020 influenciou/influenciou totalmente a definição do(s) projeto(s) aprovado(s) no âmbito do Instrumento	50,0	-	66,7	66,7	0	-	-	-
11.14. % de executores que consideram que a Estratégia Regional de Especialização Inteligente influenciou/influenciou totalmente a definição do(s) projeto(s) aprovado(s) no âmbito do Instrumento	0	-	0	33,3	0	-	-	-
11.15. % de executores que consideram que a Estratégia de Eficiência Coletiva de um Cluster influenciou/influenciou totalmente a definição do(s) projeto(s) aprovado(s) no âmbito do Instrumento	0	-	0	0	0	-	-	-
11.16. % de executores que consideram que a Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial influenciou/influenciou totalmente a definição do(s) projeto(s) aprovado(s) no âmbito do Instrumento	50,0	-	66,7	66,7	100,0	-	-	-
11.17. % de executores que consideram que o Plano Diretor Municipal influenciou/influenciou totalmente a definição do(s) projeto(s) aprovado(s) no âmbito do Instrumento	25,0	-	0	0	0	-	-	-
11.18. % de executores que consideram que o Plano de Desenvolvimento Social influenciou/influenciou totalmente a definição do(s) projeto(s) aprovado(s) no âmbito do Instrumento	25,0	-	0	0	0	-	-	-
11.19. % de executores que consideram que o Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano influenciou/influenciou totalmente a definição do(s) projeto(s) aprovado(s) no âmbito do Instrumento	0	-	0	0	0	-	-	-
11.20. % de executores que consideram que o Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (PDCT)	-	-	66,7	33,3	0	-	-	-

Indicador	PDCT	PEDU	PARUS/ MUS/ PAICD	DLBC	PROVERE/ PADRE	Programa Escolhas	CLDS	Programa TEIP
influenciou/influenciou totalmente a definição do(s) projeto(s) aprovado(s) no âmbito do Instrumento								
11.21. % de executores que consideram que a Estratégia de Eficiência Coletiva PROVERE / PADRE influenciou/influenciou totalmente a definição do(s) projeto(s) aprovado(s) no âmbito do Instrumento	50,0	-	33,3	0	-	-	-	-
11.22. % de executores que consideram que a Estratégia de Desenvolvimento Local (DLBC Urbana, Rural ou Costeira) influenciou/influenciou totalmente a definição do(s) projeto(s) aprovado(s) no âmbito do Instrumento	0	-	0	-	0	-	-	-

Área Metropolitana de Lisboa (Estudo de Caso da Região de Lisboa)

Indicador	PDCT	PEDU	PARUS/ MUS/ PAICD	DLBC	PROVERE/ PADRE	Programa Escolhas	CLDS	Programa TEIP
11.23. % de executores que consideram que o Plano Regional de Ordenamento do Território influenciou/influenciou totalmente a definição do(s) projeto(s) aprovado(s) no âmbito do Instrumento	25,0	36,4	41,7	25,0	-	0	12,5	0
11.24. % de executores que consideram que o Plano de Ação Regional 2014-2020 influenciou/influenciou totalmente a definição do(s) projeto(s) aprovado(s) no âmbito do Instrumento	50,0	63,6	58,3	50,0	-	11,1	25,0	28,6
11.25. % de executores que consideram que a Estratégia Regional de Especialização Inteligente influenciou/influenciou totalmente a definição do(s) projeto(s) aprovado(s) no âmbito do Instrumento	15,0	18,2	8,3	0	-	0	12,5	0
11.26. de executores que consideram que a Estratégia de Eficiência Coletiva de um Cluster influenciou/influenciou totalmente a definição do(s) projeto(s) aprovado(s) no âmbito do Instrumento	10,0	9,1	8,3	0	-	0	12,5	14,3
11.27. % de executores que consideram que a Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial influenciou/influenciou totalmente a definição do(s) projeto(s) aprovado(s) no âmbito do Instrumento	60,0	72,7	75,0	50,0	-	11,1	25,0	14,3
11.28. % de executores que consideram que o Plano Diretor Municipal influenciou/influenciou totalmente a definição do(s) projeto(s) aprovado(s) no âmbito do Instrumento	25,0	45,5	58,3	50,0	-	16,7	12,5	0
11.29. % de executores que consideram que o Plano de Desenvolvimento Social influenciou/influenciou totalmente a definição do(s) projeto(s) aprovado(s) no âmbito do Instrumento	55,0	54,5	58,3	62,5	-	72,2	75,0	0

Indicador	PDCT	PEDU	PARUS/ MUS/ PAICD	DLBC	PROVERE/ PADRE	Programa Escolhas	CLDS	Programa TEIP
11.30. % de executores que consideram que o Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano influenciou/influenciou totalmente a definição do(s) projeto(s) aprovado(s) no âmbito do Instrumento	40,0	-	91,7	25,0	-	11,1	12,5	0
11.31. % de executores que consideram que o Pacto para o Desenvolvimento e Coesão	-	63,6	58,3	12,5	-	11,1	12,5	0
11.32. Territorial (PDCT) influenciou/influenciou totalmente a definição do(s) projeto(s) aprovado(s) no âmbito do Instrumento	-	63,6	58,3	12,5	-	11,1	12,5	0
11.33. % de executores que consideram que a Estratégia de Eficiência Coletiva PROVERE / PADRE influenciou/influenciou totalmente a definição do(s) projeto(s) aprovado(s) no âmbito do Instrumento	5,0	0	0	0	-	16,7	12,5	0
11.34. % de executores que consideram que a Estratégia de Desenvolvimento Local (DLBC Urbana, Rural ou Costeira) influenciou/influenciou totalmente a definição do(s) projeto(s) aprovado(s) no âmbito do Instrumento	25,0	27,3	33,3	-	-	0	12,5	0

BAIXO ALENTEJO (Estudo de Caso da Região Alentejo)

Indicador	PDCT	PEDU	PARUS/ MUS/ PAICD	DLBC	PROVERE/ PADRE	Programa Escolhas	CLDS	Programa TEIP
11.35. % de executores que consideram que o Plano Regional de Ordenamento do Território influenciou/influenciou totalmente a definição do(s) projeto(s) aprovado(s) no âmbito do Instrumento	8,3	50,0	0	14,3	100,0	0	0	0
11.36. % de executores que consideram que o Plano de Ação Regional 2014-2020 influenciou/influenciou totalmente a definição do(s) projeto(s) aprovado(s) no âmbito do Instrumento	41,7	50,0	0	42,9	100,0	0	0	0
11.37. % de executores que consideram que a Estratégia Regional de Especialização Inteligente influenciou/influenciou totalmente a definição do(s) projeto(s) aprovado(s) no âmbito do Instrumento	41,7	0	50,0	0	0	0	0	0
11.38. de executores que consideram que a Estratégia de Eficiência Coletiva de um Cluster influenciou/influenciou totalmente a definição do(s) projeto(s) aprovado(s) no âmbito do Instrumento	8,3	0	0	14,3	100,0	0	0	0
11.39. % de executores que consideram que a Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial influenciou/influenciou totalmente a definição do(s) projeto(s) aprovado(s) no âmbito do Instrumento	41,7	50,0	0	28,6	100,0	0	0	0

Indicador	PDCT	PEDU	PARUS/ MUS/ PAICD	DLBC	PROVERE/ PADRE	Programa Escolhas	CLDS	Programa TEIP
11.40. % de executores que consideram que o Plano Diretor Municipal influenciou/influenciou totalmente a definição do(s) projeto(s) aprovado(s) no âmbito do Instrumento	33,3	50,0	50,0	0	100,0	0	0	0
11.41. % de executores que consideram que o Plano de Desenvolvimento Social influenciou/influenciou totalmente a definição do(s) projeto(s) aprovado(s) no âmbito do Instrumento	25,0	0	0	28,6	100,0	50,0	100,0	0
11.42. % de executores que consideram que o Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano influenciou/influenciou totalmente a definição do(s) projeto(s) aprovado(s) no âmbito do Instrumento	33,3	-	0	14,3	0	0	0	0
11.43. % de executores que consideram que o Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (PDCT) influenciou/influenciou totalmente a definição do(s) projeto(s) aprovado(s) no âmbito do Instrumento	-	50,0	0	28,6	0	0	0	0
11.44. % de executores que consideram que a Estratégia de Eficiência Coletiva PROVERE / PADRE influenciou/influenciou totalmente a definição do(s) projeto(s) aprovado(s) no âmbito do Instrumento	8,3	0	0	14,3	-	0	50,0	0
11.45. % de executores que consideram que a Estratégia de Desenvolvimento Local (DLBC Urbana, Rural ou Costeira) influenciou/influenciou totalmente a definição do(s) projeto(s) aprovado(s) no âmbito do Instrumento	16,7	25,0	0	-	0	0	0	0

ALGARVE (Estudo de Caso da Região Algarve)

Indicador	PDCT	PEDU	PARUS/ MUS/ PAICD	DLBC	PROVERE/ PADRE	Programa Escolhas	CLDS	Programa TEIP
11.46. % de executores que consideram que o Plano Regional de Ordenamento do Território influenciou/influenciou totalmente a definição do(s) projeto(s) aprovado(s) no âmbito do Instrumento	50,0	-	20,0	0	14,3	0	-	-
11.47. % de executores que consideram que o Plano de Ação Regional 2014-2020 influenciou/influenciou totalmente a definição do(s) projeto(s) aprovado(s) no âmbito do Instrumento	50,0	-	40,0	44,4	57,1	0	-	-
11.48. % de executores que consideram que a Estratégia Regional de Especialização Inteligente influenciou/influenciou totalmente a definição do(s) projeto(s) aprovado(s) no âmbito do Instrumento	0	-	40,0	55,6	57,1	0	-	-
11.49. de executores que consideram que a Estratégia de Eficiência Coletiva de um Cluster influenciou/influenciou	0	-	0	11,1	0	0	-	-

Indicador	PDCT	PEDU	PARUS/ MUS/ PAICD	DLBC	PROVERE/ PADRE	Programa Escolhas	CLDS	Programa TEIP
totalmente a definição do(s) projeto(s) aprovado(s) no âmbito do Instrumento								
11.50. % de executores que consideram que a Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial influenciou/influenciou totalmente a definição do(s) projeto(s) aprovado(s) no âmbito do Instrumento	0	-	40,0	55,6	57,1	0	-	-
11.51. % de executores que consideram que o Plano Diretor Municipal influenciou/influenciou totalmente a definição do(s) projeto(s) aprovado(s) no âmbito do Instrumento	50,0	-	80,0	11,1	14,3	0	-	-
11.52. % de executores que consideram que o Plano de Desenvolvimento Social influenciou/influenciou totalmente a definição do(s) projeto(s) aprovado(s) no âmbito do Instrumento	0	-	20,0	0	0	66,7	-	-
11.53. % de executores que consideram que o Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano influenciou/influenciou totalmente a definição do(s) projeto(s) aprovado(s) no âmbito do Instrumento	0	-	20,0	0	0	0	-	-
11.54. % de executores que consideram que o Pacto para o Desenvolvimento e Coesão								
11.55. Territorial (PDCT) influenciou/influenciou totalmente a definição do(s) projeto(s) aprovado(s) no âmbito do Instrumento	-	-	0	0	0	0	-	-
11.56. % de executores que consideram que a Estratégia de Eficiência Coletiva PROVERE / PADRE influenciou/influenciou totalmente a definição do(s) projeto(s) aprovado(s) no âmbito do Instrumento	50,0	-	40,0	22,2	-	33,3	-	-
11.57. % de executores que consideram que a Estratégia de Desenvolvimento Local (DLBC Urbana, Rural ou Costeira) influenciou/influenciou totalmente a definição do(s) projeto(s) aprovado(s) no âmbito do Instrumento	50,0	40,0	40,0	-	71,4	0	-	-

Quadro 68. Avaliação do grau de complementaridade do(s) projeto(s) aprovado(s) no âmbito do Instrumento com outro(s), também aprovado(s) no PT 2020, que estão a ser implementados no concelho ou sub-região em dimensões como os grupos-alvo ou os objetivos

Indicador	PDCT	PEDU	PARUS/ MUS/ PAICD	DLBC	PROVERE/ PADRE	Programa Escolhas	CLDS	Programa TEIP
12.1.% de executores que consideram os projetos do Instrumento complementares/ totalmente complementares com Projetos de outras políticas setoriais	21,9	34,6	41,2	19,5	17,6	33,4	6,7	10,0

Indicador	PDCT	PEDU	PARUS/ MUS/ PAICD	DLBC	PROVERE/ PADRE	Programa Escolhas	CLDS	Programa TEIP
12.2.% de executores que consideram os projetos do Instrumento complementares/ totalmente complementares com projetos que ocorrem noutra Município	32,9	34,6	23,5	27,8	23,5	29,1	13,3	0
12.3.% de executores que consideram os projetos do Instrumento complementares/ totalmente complementares com Projetos enquadrados no Pacto	48,4	42,3	38,3	19,5	23,6	4,2	13,3	10,0
12.4.% de executores que consideram os projetos do Instrumento complementares/ totalmente complementares com Projetos do PEDU	31,3	73,1	55,9	19,5	23,5	0	0	0
12.5.% de executores que consideram os projetos do Instrumento complementares/ totalmente complementares com projetos do PARUS / MUS / PAICD	39,1	69,3	91,1	22,2	35,3	0	0	0
12.6.% de executores que consideram os projetos do Instrumento complementares/ totalmente complementares com projetos do PROVERE / PADRE	21,9	15,3	17,7	22,2	76,5	0	0	0
12.7.% de executores que consideram os projetos do Instrumento complementares/ totalmente complementares com projetos da DLBC Urbana	12,5	19,2	11,8	19,4	11,8	12,5	0	0
12.8.% de executores que consideram os projetos do Instrumento complementares/ totalmente complementares com projetos da DLBC Rural	23,5	19,2	14,7	44,4	41,2	0	6,7	0
12.9.% de executores que consideram os projetos do Instrumento complementares/ totalmente complementares com projetos da DLBC Costeira	9,4	3,8	11,7	25,0	17,7	0	0	0
12.10. % de executores que consideram os projetos do Instrumento complementares/ totalmente complementares com projetos CLDS	21,9	23,1	20,5	25,0	5,9	29,2	40,0	10,0
12.11. % de executores que consideram os projetos do Instrumento complementares/ totalmente complementares com projetos TEIP	12,6	7,6	8,8	11,1	5,9	54,2	26,7	60,0
12.12. % de executores que consideram os projetos do Instrumento complementares/ totalmente complementares com projetos Escolhas	14,1	19,2	11,7	13,9	5,9	66,6	20,0	20,0
12.13. % de executores que consideram os projetos do Instrumento complementares/ totalmente complementares com projetos financiados por outros Fundos Comunitários	29,7	38,5	44,2	33,3	47,0	33,3	13,3	0

Indicador	PDCT	PEDU	PARUS/ MUS/ PAICD	DLBC	PROVERE/ PADRE	Programa Escolhas	CLDS	Programa TEiP
12.14. % de executores que consideram os projetos do Instrumento complementares/ totalmente complementares com projetos no Domínio da Competitividade e Internacionalização	15,6	15,4	14,7	16,7	29,4	0	0	0
12.15. % de executores que consideram os projetos do Instrumento complementares/ totalmente complementares com projetos no Domínio da Inclusão Social e Emprego	34,4	23,1	23,5	38,9	29,4	41,7	53,3	0
12.16. % de executores que consideram os projetos do Instrumento complementares/ totalmente complementares com projetos no Domínio da Qualificação do Capital Humano	18,8	11,5	14,7	27,7	17,6	29,2	26,7	10,0
12.17. % de executores que consideram os projetos do Instrumento complementares/ totalmente complementares com projetos no Domínio da Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos	34,4	42,3	32,4	25,0	35,2	4,2	6,7	0

Quadro 69. Causas que justificam a ausência (ou reduzida) complementaridade entre projetos**ALTO MINHO (Estudo de Caso da Região Norte)**

Indicador	PDCT	PEDU	PARUS/ MUS/ PAICD	DLBC	PROVERE/ PADRE	Programa Escolhas	CLDS	Programa TEiP
13.1.% de executores que concordam/estão totalmente de acordo que não existe complementaridade entre projetos porque não se justificava explorar essa possibilidade	19,2	0	25,0	22,2	0	0	33,3	50,0
13.2.% de executores que concordam/estão totalmente de acordo que não existe complementaridade entre projetos porque não tiveram interesse em a estabelecer	11,5	9,1	8,3	11,1	0	0	33,3	50,0
13.3.% de executores que concordam/estão totalmente de acordo que não existe complementaridade entre projetos porque não sabíamos como concretizar essa possibilidade	3,8	0	8,3	11,1	0	0	0	0
13.4.% de executores que concordam/estão totalmente de acordo que não existe complementaridade entre projetos porque não houve disponibilidade de outros atores locais	11,5	0	0	11,1	0	0	0	0
13.5.% de executores que concordam/estão totalmente de acordo que não existe	15,4	0	0	22,2	0	0	0	0

Indicador	PDCT	PEDU	PARUS/ MUS/ PAICD	DLBC	PROVERE/ PADRE	Programa Escolhas	CLDS	Programa TEIP
complementaridade entre projetos porque não houve disponibilidade da CIM/AM								
13.6.% de executores que concordam/estão totalmente de acordo que não existe complementaridade entre projetos porque não houve disponibilidade das outras autarquias da CIM/AM	15,4	0	0	22,2	0	0	0	0
13.7.% de executores que concordam/estão totalmente de acordo que não existe complementaridade entre projetos porque não houve disponibilidade das entidades da administração central	19,2	0	8,3	11,1	0	0	0	0
13.8.% de executores que concordam/estão totalmente de acordo que não existe complementaridade entre projetos porque a liderança intermunicipal não promoveu a articulação entre atores	23,1	0	0	22,2	0	0	66,7	0
13.9.% de executores que concordam/estão totalmente de acordo que não existe complementaridade entre projetos porque não se conheciam os outros instrumentos	15,4	0	0	44,4	0	0	0	0
13.10. % de executores que concordam/estão totalmente de acordo que não existe complementaridade entre projetos porque não se conheciam os outros promotores	15,4	0	0	33,3	12,5	0	0	0
13.11. % de executores que concordam/estão totalmente de acordo que não existe complementaridade entre projetos porque os prazos de preparação das candidaturas foram demasiado curtos	34,6	18,2	8,3	33,3	12,5	0	66,7	0
13.12. % de executores que concordam/estão totalmente de acordo que não existe complementaridade entre projetos porque os Avisos de Concurso e as tipologias de operações elegíveis não o permitiram	26,9	18,2	33,3	33,3	12,5	0	66,7	0
13.13. % de executores que concordam/estão totalmente de acordo que não existe complementaridade entre projetos porque os momentos de lançamento dos Avisos de Concurso não o permitiram	26,9	9,1	8,3	33,3	0	0	66,7	0

VISEU/DÃO-LAFÕES (Estudo de Caso da Região Centro)

Indicador	PDCT	PEDU	PARUS/ MUS/ PAICD	DLBC	PROVERE/ PADRE	Programa Escolhas	CLDS	Programa TEIP
13.14. % de executores que concordam/estão totalmente de acordo que não existe complementaridade entre projetos porque não se justificava explorar essa possibilidade	25	-	0	0	100,0	-	0	-
13.15. % de executores que concordam/estão totalmente de acordo que não existe complementaridade entre projetos porque não tiveram interesse em a estabelecer	0	-	0	0	0	-	0	-
13.16. % de executores que concordam/estão totalmente de acordo que não existe complementaridade entre projetos porque não sabíamos como concretizar essa possibilidade	0	-	0	0	0	-	0	-
13.17. % de executores que concordam/estão totalmente de acordo que não existe complementaridade entre projetos porque não houve disponibilidade de outros atores locais	0	-	0	0	0	-	0	-
13.18. % de executores que concordam/estão totalmente de acordo que não existe complementaridade entre projetos porque não houve disponibilidade da CIM/AM	0	-	0	33,3	0	-	0	-
13.19. % de executores que concordam/estão totalmente de acordo que não existe complementaridade entre projetos porque não houve disponibilidade das outras autarquias da CIM/AM	0	-	0	33,3	0	-	0	-
13.20. % de executores que concordam/estão totalmente de acordo que não existe complementaridade entre projetos porque não houve disponibilidade das entidades da administração central	25,0	-	0	0	0	-	50,0	-
13.21. % de executores que concordam/estão totalmente de acordo que não existe complementaridade entre projetos porque a liderança intermunicipal não promoveu a articulação entre atores	0	-	0		0	-	0	-
13.22. % de executores que concordam/estão totalmente de acordo que não existe complementaridade entre projetos porque não se conheciam os outros instrumentos	0	-	0		0	-	0	-
13.23. % de executores que concordam/estão totalmente de acordo que não existe complementaridade entre projetos porque não se conheciam os outros promotores	0	-	0		0	-	0	-

Indicador	PDCT	PEDU	PARUS/ MUS/ PAICD	DLBC	PROVERE/ PADRE	Programa Escolhas	CLDS	Programa TEIP
13.24. % de executores que concordam/estão totalmente de acordo que não existe complementaridade entre projetos porque os prazos de preparação das candidaturas foram demasiado curtos	25,0	-	33,3	0	0	-	50,0	-
13.25. % de executores que concordam/estão totalmente de acordo que não existe complementaridade entre projetos porque os Avisos de Concurso e as tipologias de operações elegíveis não o permitiram	25,0	-	33,3	0	0	-	50,0	-
13.26. % de executores que concordam/estão totalmente de acordo que não existe complementaridade entre projetos porque os momentos de lançamento dos Avisos de Concurso não o permitiram	0	-	33,3	0	0	-	50,0	-

Área Metropolitana de Lisboa (Estudo de Caso da Região de Lisboa)

Indicador	PDCT	PEDU	PARUS/ MUS/ PAICD	DLBC	PROVERE/ PADRE	Programa Escolhas	CLDS	Programa TEIP
13.27. % de executores que concordam/estão totalmente de acordo que não existe complementaridade entre projetos porque não se justificava explorar essa possibilidade	15,0	36,4	25,0	25,0	-	16,7	37,5	14,3
13.28. % de executores que concordam/estão totalmente de acordo que não existe complementaridade entre projetos porque não tiveram interesse em a estabelecer	5,0	0	0	0	-	5,6	12,5	0
13.29. % de executores que concordam/estão totalmente de acordo que não existe complementaridade entre projetos porque não sabíamos como concretizar essa possibilidade	25,0	9,1	8,3	25,0	-	22,2	12,5	28,6
13.30. % de executores que concordam/estão totalmente de acordo que não existe complementaridade entre projetos porque não houve disponibilidade de outros atores locais	15,0	9,1	0	0	-	5,6	0	14,3
13.31. % de executores que concordam/estão totalmente de acordo que não existe complementaridade entre projetos porque não houve disponibilidade da CIM/AM	5,0	0	0	0	-	0	0	0
13.32. % de executores que concordam/estão totalmente de acordo que não existe complementaridade entre projetos	5,0	0	0	0	-	0	0	0

Indicador	PDCT	PEDU	PARUS/ MUS/ PAICD	DLBC	PROVERE/ PADRE	Programa Escolhas	CLDS	Programa TEIP
porque não houve disponibilidade das outras autarquias da CIM/AM								
13.33. % de executores que concordam/estão totalmente de acordo que não existe complementaridade entre projetos porque não houve disponibilidade das entidades da administração central	5,0	0	0	0	-	5,6	0	14,3
13.34. % de executores que concordam/estão totalmente de acordo que não existe complementaridade entre projetos porque a liderança intermunicipal não promoveu a articulação entre atores	5,0	9,1	0	0	-	22,2	0	14,3
13.35. % de executores que concordam/estão totalmente de acordo que não existe complementaridade entre projetos porque não se conheciam os outros instrumentos	25,0	9,1	0	12,5	-	33,3	12,5	42,9
13.36. % de executores que concordam/estão totalmente de acordo que não existe complementaridade entre projetos porque não se conheciam os outros promotores	25,0	9,1	8,3	12,5	-	22,2	12,5	42,9
13.37. % de executores que concordam/estão totalmente de acordo que não existe complementaridade entre projetos porque os prazos de preparação das candidaturas foram demasiado curtos	15,0	9,1	8,3	0	-	22,2	0	42,9
13.38. % de executores que concordam/estão totalmente de acordo que não existe complementaridade entre projetos porque os Avisos de Concurso e as tipologias de operações elegíveis não o permitiram	15,0	18,2	8,3	0	-	11,1	0	28,6
13.39. % de executores que concordam/estão totalmente de acordo que não existe complementaridade entre projetos porque os momentos de lançamento dos Avisos de Concurso não o permitiram	5,0	9,1	8,3	0	-	11,1	0	28,6

BAIXO ALENTEJO (Estudo de Caso da Região Alentejo)

Indicador	PDCT	PEDU	PARUS/ MUS/ PAICD	DLBC	PROVERE/ PADRE	Programa Escolhas	CLDS	Programa TEIP
13.40. % de executores que concordam/estão totalmente de acordo que não existe complementaridade entre projetos porque não se justificava explorar essa possibilidade	16,7	25,0	0	0	0	0	50,0	0

Indicador	PDCT	PEDU	PARUS/ MUS/ PAICD	DLBC	PROVERE/ PADRE	Programa Escolhas	CLDS	Programa TEIP
13.41. % de executores que concordam/estão totalmente de acordo que não existe complementaridade entre projetos porque não tiveram interesse em a estabelecer	16,7	0	0	0	0	0	0	0
13.42. % de executores que concordam/estão totalmente de acordo que não existe complementaridade entre projetos porque não sabíamos como concretizar essa possibilidade	8,3	0	0	14,3	0	0	0	0
13.43. % de executores que concordam/estão totalmente de acordo que não existe complementaridade entre projetos porque não houve disponibilidade de outros atores locais	8,3	0	0	14,3	0	0	50,0	0
13.44. % de executores que concordam/estão totalmente de acordo que não existe complementaridade entre projetos porque não houve disponibilidade da CIM/AM	16,7	0	50,0	14,3	0	0	50,0	0
13.45. % de executores que concordam/estão totalmente de acordo que não existe complementaridade entre projetos porque não houve disponibilidade das outras autarquias da CIM/AM	16,7	0	0	14,3	0	0	50,0	0
13.46. % de executores que concordam/estão totalmente de acordo que não existe complementaridade entre projetos porque não houve disponibilidade das entidades da administração central	8,3	0	0	14,3	0	0	0	0
13.47. % de executores que concordam/estão totalmente de acordo que não existe complementaridade entre projetos porque a liderança intermunicipal não promoveu a articulação entre atores	8,3	0	0	14,3	0	0	0	0
13.48. % de executores que concordam/estão totalmente de acordo que não existe complementaridade entre projetos porque não se conheciam os outros instrumentos	16,7	0	0	28,6	0	0	50,0	0
13.49. % de executores que concordam/estão totalmente de acordo que não existe complementaridade entre projetos porque não se conheciam os outros promotores	8,3	0	0	0	0	0	0	0
13.50. % de executores que concordam/estão totalmente de acordo que não existe complementaridade entre projetos porque os prazos de preparação das candidaturas foram demasiado curtos	25,0	0	50,0	42,9	0	0	0	0

Indicador	PDCT	PEDU	PARUS/ MUS/ PAICD	DLBC	PROVERE/ PADRE	Programa Escolhas	CLDS	Programa TEIP
13.51. % de executores que concordam/estão totalmente de acordo que não existe complementaridade entre projetos porque os Avisos de Concurso e as tipologias de operações elegíveis não o permitiram	25,0	0	50,0	42,9	0	0	0	0
13.52. % de executores que concordam/estão totalmente de acordo que não existe complementaridade entre projetos porque os momentos de lançamento dos Avisos de Concurso não o permitiram	25,0	0	50,0	42,9	0	0	0	0

ALGARVE (Estudo de Caso da Região Algarve)

Indicador	PDCT	PEDU	PARUS/ MUS/ PAICD	DLBC	PROVERE/ PADRE	Programa Escolhas	CLDS	Programa TEIP
13.53. % de executores que concordam/estão totalmente de acordo que não existe complementaridade entre projetos porque não se justificava explorar essa possibilidade	0	-	40,0	22,2	0	33,3	-	-
13.54. % de executores que concordam/estão totalmente de acordo que não existe complementaridade entre projetos porque não tiveram interesse em a estabelecer	0	-	0	11,1	0	0	-	-
13.55. % de executores que concordam/estão totalmente de acordo que não existe complementaridade entre projetos porque não sabíamos como concretizar essa possibilidade	0	-	0	11,1	0	0	-	-
13.56. % de executores que concordam/estão totalmente de acordo que não existe complementaridade entre projetos porque não houve disponibilidade de outros atores locais	0	-	0	0	0	0	-	-
13.57. % de executores que concordam/estão totalmente de acordo que não existe complementaridade entre projetos porque não houve disponibilidade da CIM/AM	0	-	0	0	0	0	-	-
13.58. % de executores que concordam/estão totalmente de acordo que não existe complementaridade entre projetos porque não houve disponibilidade das outras autarquias da CIM/AM	0	-	0	0	0	0	-	-
13.59. % de executores que concordam/estão totalmente de acordo que não existe complementaridade entre projetos	0	-	0	0	0	0	-	-

Indicador	PDCT	PEDU	PARUS/ MUS/ PAICD	DLBC	PROVERE/ PADRE	Programa Escolhas	CLDS	Programa TEIP
porque não houve disponibilidade das entidades da administração central								
13.60. % de executores que concordam/estão totalmente de acordo que não existe complementaridade entre projetos porque a liderança intermunicipal não promoveu a articulação entre atores	0	-	0	0	0	0	-	-
13.61. % de executores que concordam/estão totalmente de acordo que não existe complementaridade entre projetos porque não se conheciam os outros instrumentos	0	-	0	0	0	0	-	-
13.62. % de executores que concordam/estão totalmente de acordo que não existe complementaridade entre projetos porque não se conheciam os outros promotores	0	-	0	0	0	33,3	-	-
13.63. % de executores que concordam/estão totalmente de acordo que não existe complementaridade entre projetos porque os prazos de preparação das candidaturas foram demasiado curtos	0	-	0	22,2	0	33,3	-	-
13.64. % de executores que concordam/estão totalmente de acordo que não existe complementaridade entre projetos porque os Avisos de Concurso e as tipologias de operações elegíveis não o permitiram	0	-	40,0	44,4	14,3	33,3	-	-
13.65. % de executores que concordam/estão totalmente de acordo que não existe complementaridade entre projetos porque os momentos de lançamento dos Avisos de Concurso não o permitiram	0	-	20,0	22,2	0	33,3	-	-

Quadro 70. Avaliação da redundância de projetos entre instrumentos

ALTO MINHO (Estudo de Caso da Região Norte)

Indicador	%
14.1.% de executores que consideram haver redundância entre projetos do PDCT e outros aprovados no âmbito do PT2020	3,8
14.2.% de executores que consideram haver redundância entre projetos do PEDU e outros aprovados no âmbito do PT2020	0
14.3.% de executores que consideram haver redundância entre projetos do PARUS/MUS/PAICD e outros aprovados no âmbito do PT2020	0
14.4.% de executores que consideram haver redundância entre projetos do DLBC e outros aprovados no âmbito do PT2020	11,1
14.5.% de executores que consideram haver redundância entre projetos do PROVERE/PADRE e outros aprovados no âmbito do PT2020	87,5

14.6.% de executores que consideram haver redundância entre projetos do Programa Escolhas e outros aprovados no âmbito do PT2020	0
14.7.% de executores que consideram haver redundância entre projetos do CLDS e outros aprovados no âmbito do PT2020	66,7
14.8.% de executores que consideram haver redundância entre projetos do Programa TEIP e outros aprovados no âmbito do PT2020	0

UISEU/DÃO-LAFÕES (Estudo de Caso da Região Centro)

Indicador	%
14.9.% de executores que consideram haver redundância entre projetos do PDCT e outros aprovados no âmbito do PT2020	0
14.10. % de executores que consideram haver redundância entre projetos do PEDU e outros aprovados no âmbito do PT2020	-
14.11. % de executores que consideram haver redundância entre projetos do PARUS/MUS/PAICD e outros aprovados no âmbito do PT2020	0
14.12. % de executores que consideram haver redundância entre projetos do DLBC e outros aprovados no âmbito do PT2020	0
14.13. % de executores que consideram haver redundância entre projetos do PROVERE/PADRE e outros aprovados no âmbito do PT2020	100
14.14. % de executores que consideram haver redundância entre projetos do Programa Escolhas e outros aprovados no âmbito do PT2020	-
14.15. % de executores que consideram haver redundância entre projetos do CLDS e outros aprovados no âmbito do PT2020	0
14.16. % de executores que consideram haver redundância entre projetos do Programa TEIP e outros aprovados no âmbito do PT2020	-

AML- (Estudo de Caso da Região de Lisboa)

Indicador	%
14.17. % de executores que consideram haver redundância entre projetos do PDCT e outros aprovados no âmbito do PT2020	10,0
14.18. % de executores que consideram haver redundância entre projetos do PEDU e outros aprovados no âmbito do PT2020	18,0
14.19. % de executores que consideram haver redundância entre projetos do PARUS/MUS/PAICD e outros aprovados no âmbito do PT2020	16,7
14.20. % de executores que consideram haver redundância entre projetos do DLBC e outros aprovados no âmbito do PT2020	0
14.21. % de executores que consideram haver redundância entre projetos do PROVERE/PADRE e outros aprovados no âmbito do PT2020	-
14.22. % de executores que consideram haver redundância entre projetos do Programa Escolhas e outros aprovados no âmbito do PT2020	0
14.23. % de executores que consideram haver redundância entre projetos do CLDS e outros aprovados no âmbito do PT2020	0
14.24. % de executores que consideram haver redundância entre projetos do Programa TEIP e outros aprovados no âmbito do PT2020	14,9

BAIXO ALENTEJO - (Estudo de Caso da Região Alentejo)

Indicador	%
14.25. % de executores que consideram haver redundância entre projetos do PDCT e outros aprovados no âmbito do PT2020	8,3
14.26. % de executores que consideram haver redundância entre projetos do PEDU e outros aprovados no âmbito do PT2020	0
14.27. % de executores que consideram haver redundância entre projetos do PARUS/MUS/PAICD e outros aprovados no âmbito do PT2020	0
14.28. % de executores que consideram haver redundância entre projetos do DLBC e outros aprovados no âmbito do PT2020	0
14.29. % de executores que consideram haver redundância entre projetos do PROVERE/PADRE e outros aprovados no âmbito do PT2020	100
14.30. % de executores que consideram haver redundância entre projetos do Programa Escolhas e outros aprovados no âmbito do PT2020	0
14.31. % de executores que consideram haver redundância entre projetos do CLDS e outros aprovados no âmbito do PT2020	0
14.32. % de executores que consideram haver redundância entre projetos do Programa TEIP e outros aprovados no âmbito do PT2020	0

ALGARVE (Estudo de Caso da Região Algarve)

Indicador	%
14.33. % de executores que consideram haver redundância entre projetos do PDCT e outros aprovados no âmbito do PT2020	0
14.34. % de executores que consideram haver redundância entre projetos do PEDU e outros aprovados no âmbito do PT2020	-
14.35. % de executores que consideram haver redundância entre projetos do PARUS/MUS/PAICD e outros aprovados no âmbito do PT2020	0
14.36. % de executores que consideram haver redundância entre projetos do DLBC e outros aprovados no âmbito do PT2020	0
14.37. % de executores que consideram haver redundância entre projetos do PROVERE/PADRE e outros aprovados no âmbito do PT2020	85,7
14.38. % de executores que consideram haver redundância entre projetos do Programa Escolhas e outros aprovados no âmbito do PT2020	0
14.39. % de executores que consideram haver redundância entre projetos do CLDS e outros aprovados no âmbito do PT2020	-
14.40. % de executores que consideram haver redundância entre projetos do Programa TEIP e outros aprovados no âmbito do PT2020	-

Quadro 71. Avaliação do contributo do Instrumento para a afirmação da entidade que o lidera**ALTO MINHO (Estudo de Caso da Região Norte)**

Indicador	PDCT	PEDU	PARUS/ MUS/ PAICD	DLBC	PROVERE/ PADRE	Programa Escolhas	CLDS	Programa TEIP
15.1.% de executores que consideram elevado / muito elevado o contributo do Instrumento para a afirmação da	38,5	63,6	58,3	33,3	25,0	0	100,0	50,0

Indicador	PDCT	PEDU	PARUS/ MUS/ PAICD	DLBC	PROVERE/ PADRE	Programa Escolhas	CLDS	Programa TEIP
entidade como ator líder na respetiva área de intervenção perante as autarquias locais								
15.2.% de executores que consideram elevado / muito elevado o contributo do Instrumento para a afirmação da entidade como ator líder na respetiva área de intervenção perante outras entidades locais (empresas, IPSS, ...)	42,3	54,5	58,3	33,3	12,5	0	100,0	0
15.3.% de executores que consideram elevado / muito elevado o contributo do Instrumento para a afirmação da entidade como ator líder na respetiva área de intervenção perante as entidades da administração central	26,9	45,5	41,7	11,1	0	0	0	50,0
15.4.% de executores que consideram elevado / muito elevado o contributo do Instrumento para a afirmação da entidade como ator líder na respetiva área de intervenção em processos de tomada de decisão	34,9	72,7	75,0	22,2	12,5	0	33,3	0
15.5.% de executores que consideram elevado / muito elevado o contributo do Instrumento para a afirmação da entidade como ator chave na gestão delegada de Fundos Comunitários	46,2	54,5	58,3	33,3	25,0	0	33,3	0
15.6.% de executores que consideram elevado / muito elevado o contributo do Instrumento para a afirmação da entidade como ator chave na conceção e implementação de projetos intermunicipais	30,8	64,0	50,0	33,3	0	0	0	0
15.7.% de executores que consideram elevado / muito elevado o contributo do Instrumento para a afirmação da entidade como ator chave na exploração de sinergias intermunicipais e abordagens em rede	38,5	54,5	58,3	33,3	12,5	0	33,3	0
15.8.% de executores que consideram elevado / muito elevado o contributo do Instrumento para a afirmação da entidade como ator chave na concertação institucional multi-escala	30,8	45,5	25,0	11,1	12,5	0	33,3	0
15.9.% de executores que consideram elevado / muito elevado o contributo do Instrumento para a afirmação da entidade como ator chave para o aparecimento de parcerias informais no processo de implementação	26,9	54,5	33,3	11,1	0	0	100,0	50,0
15.10. % de executores que consideram elevado / muito elevado o contributo do Instrumento para a afirmação da entidade como ator chave na promoção de uma maior capacitação dos atores/parceiros	34,6	45,5	33,3	33,3	0	0	100,0	50,0
15.11. % de executores que consideram elevado / muito elevado o contributo do Instrumento para a afirmação da entidade como ator chave na promoção de um maior envolvimento dos	42,3	54,5	66,7	33,3	0	0	66,7	50,0

Indicador	PDCT	PEDU	PARUS/ MUS/ PAICD	DLBC	PROVERE/ PADRE	Programa Escolhas	CLDS	Programa TEIP
parceiros na fase de conceção e acompanhamento dos projetos								
15.12. % de executores que consideram elevado / muito elevado o contributo do Instrumento para a afirmação da entidade como ator chave na construção de um clima de confiança em processos integrados e de parceria	42,3	45,5	58,3	44,4	0	0	66,7	50,0

WISEU/DÃO-LAFÕES (Estudo de Caso da Região Centro)

Indicador	PDCT	PEDU	PARUS/ MUS/ PAICD	DLBC	PROVERE/ PADRE	Programa Escolhas	CLDS	Programa TEIP
15.13. % de executores que consideram elevado / muito elevado o contributo do Instrumento para a afirmação da entidade como ator líder na respetiva área de intervenção perante as autarquias locais	50,0	-	100,0	0	0	-	50,0	-
15.14. % de executores que consideram elevado / muito elevado o contributo do Instrumento para a afirmação da entidade como ator líder na respetiva área de intervenção perante outras entidades locais (empresas, IPSS, ...)	75,0	-	100,0	33,3	0	-	50,0	-
15.15. % de executores que consideram elevado / muito elevado o contributo do Instrumento para a afirmação da entidade como ator líder na respetiva área de intervenção perante as entidades da administração central	50,0	-	33,3	0	0	-	0	-
15.16. % de executores que consideram elevado / muito elevado o contributo do Instrumento para a afirmação da entidade como ator líder na respetiva área de intervenção em processos de tomada de decisão	50,0	-	66,7	0	0	-	0	-
15.17. % de executores que consideram elevado / muito elevado o contributo do Instrumento para a afirmação da entidade como ator chave na gestão delegada de Fundos Comunitários	25,0	-	33,3	0	0	-	0	-
15.18. % de executores que consideram elevado / muito elevado o contributo do Instrumento para a afirmação da entidade como ator chave na conceção e implementação de projetos intermunicipais	50,0	-	0	0	0	-	0	-
15.19. % de executores que consideram elevado / muito elevado o contributo do Instrumento para a afirmação da entidade como ator chave na exploração de sinergias intermunicipais e abordagens em rede	50,0	-	0	0	0	-	0	-
15.20. % de executores que consideram elevado / muito elevado o contributo do Instrumento para a afirmação da	25,0	-	0	0	0	-	0	-

Indicador	PDCT	PEDU	PARUS/ MUS/ PAICD	DLBC	PROVERE/ PADRE	Programa Escolhas	CLDS	Programa TEIP
entidade como ator chave na concertação institucional multi-escala								
15.21. % de executores que consideram elevado / muito elevado o contributo do Instrumento para a afirmação da entidade como ator chave para o aparecimento de parcerias informais no processo de implementação	50,0	-	0	33,3	0	-	100,0	-
15.22. % de executores que consideram elevado / muito elevado o contributo do Instrumento para a afirmação da entidade como ator chave na promoção de uma maior capacitação dos atores/parceiros	50,0	-	33,3	33,3	0	-	100,0	-
15.23. % de executores que consideram elevado / muito elevado o contributo do Instrumento para a afirmação da entidade como ator chave na promoção de um maior envolvimento dos parceiros na fase de conceção e acompanhamento dos projetos	50,0	-	33,3	33,3	0	-	100,0	-
15.24. % de executores que consideram elevado / muito elevado o contributo do Instrumento para a afirmação da entidade como ator chave na construção de um clima de confiança em processos integrados e de parceria	50,0	-	33,3	33,3	0	-	50,0	-

AML (Estudo de Caso da Região de Lisboa)

Indicador	PDCT	PEDU	PARUS/ MUS/ PAICD	DLBC	PROVERE/ PADRE	Programa Escolhas	CLDS	Programa TEIP
15.25. % de executores que consideram elevado / muito elevado o contributo do Instrumento para a afirmação da entidade como ator líder na respetiva área de intervenção perante as autarquias locais	45,0	36,4	41,7	25,0	-	55,6	62,5	42,9
15.26. % de executores que consideram elevado / muito elevado o contributo do Instrumento para a afirmação da entidade como ator líder na respetiva área de intervenção perante outras entidades locais (empresas, IPSS, ...)	40,0	36,4	50,0	25,0	-	72,2	50,0	57,1
15.27. % de executores que consideram elevado / muito elevado o contributo do Instrumento para a afirmação da entidade como ator líder na respetiva área de intervenção perante as entidades da administração central	40,0	45,5	41,7	12,5	-	38,9	25,0	71,4
15.28. % de executores que consideram elevado / muito elevado o contributo do Instrumento para a afirmação da entidade como ator líder na respetiva área de intervenção em processos de tomada de decisão	40,0	45,5	50,0	12,5	-	33,3	37,5	57,1
15.29. % de executores que consideram elevado / muito elevado o contributo do	40,0	27,3	33,3	12,5	-	27,8	25,0	28,6

Indicador	PDCT	PEDU	PARUS/ MUS/ PAICD	DLBC	PROVERE/ PADRE	Programa Escolhas	CLDS	Programa TEIP
Instrumento para a afirmação da entidade como ator chave na gestão delegada de Fundos Comunitários								
15.30. % de executores que consideram elevado / muito elevado o contributo do Instrumento para a afirmação da entidade como ator chave na conceção e implementação de projetos intermunicipais	35,0	18,2	25,0	25,0	-	11,1	12,5	0
15.31. % de executores que consideram elevado / muito elevado o contributo do Instrumento para a afirmação da entidade como ator chave na exploração de sinergias intermunicipais e abordagens em rede	40,0	18,2	25,0	25,0	-	11,1	12,5	28,6
15.32. % de executores que consideram elevado / muito elevado o contributo do Instrumento para a afirmação da entidade como ator chave na concertação institucional multi-escala	35,0	18,2	33,3	12,5	-	11,1	12,5	0
15.33. % de executores que consideram elevado / muito elevado o contributo do Instrumento para a afirmação da entidade como ator chave para o aparecimento de parcerias informais no processo de implementação	30,0	27,3	16,7	12,5	-	55,6	62,5	28,6
15.34. % de executores que consideram elevado / muito elevado o contributo do Instrumento para a afirmação da entidade como ator chave na promoção de uma maior capacitação dos atores/parceiros	35,0	27,3	16,7	25,0	-	61,1	62,5	71,4
15.35. % de executores que consideram elevado / muito elevado o contributo do Instrumento para a afirmação da entidade como ator chave na promoção de um maior envolvimento dos parceiros na fase de conceção e acompanhamento dos projetos	40,0	27,3	25,0	25,0	-	55,6	50,0	71,4
15.36. % de executores que consideram elevado / muito elevado o contributo do Instrumento para a afirmação da entidade como ator chave na construção de um clima de confiança em processos integrados e de parceria	45,0	27,3	41,7	25,0	-	66,7	75,0	57,1

BAIXO ALENTEJO (Estudo de Caso da Região Alentejo)

Indicador	PDCT	PEDU	PARUS/ MUS/ PAICD	DLBC	PROVERE/ PADRE	Programa Escolhas	CLDS	Programa TEIP
15.37. % de executores que consideram elevado / muito elevado o contributo do Instrumento para a afirmação da entidade como ator líder na respetiva área de intervenção perante as autarquias locais	41,7	25,0	50,0	28,6	0	100,0	50,0	0
15.38. % de executores que consideram elevado / muito elevado o contributo do	33,3	0	50,0	14,3	0	100,0	50,0	0

Indicador	PDCT	PEDU	PARUS/ MUS/ PAICD	DLBC	PROVERE/ PADRE	Programa Escolhas	CLDS	Programa TEIP
Instrumento para a afirmação da entidade como ator líder na respetiva área de intervenção perante outras entidades locais (empresas, IPSS, ...)								
15.39. % de executores que consideram elevado / muito elevado o contributo do Instrumento para a afirmação da entidade como ator líder na respetiva área de intervenção perante as entidades da administração central	33,3	25,0	50,0	14,3	0	50,0	50,0	0
15.40. % de executores que consideram elevado / muito elevado o contributo do Instrumento para a afirmação da entidade como ator líder na respetiva área de intervenção em processos de tomada de decisão	33,3	25,0	50,0	14,3	0	50,0	0	100,0
15.41. % de executores que consideram elevado / muito elevado o contributo do Instrumento para a afirmação da entidade como ator chave na gestão delegada de Fundos Comunitários	25,0	0	50,0	14,3	0	50,0	50,0	0
15.42. % de executores que consideram elevado / muito elevado o contributo do Instrumento para a afirmação da entidade como ator chave na conceção e implementação de projetos intermunicipais	25,0	0	50,0	14,3	0	0	0	0
15.43. % de executores que consideram elevado / muito elevado o contributo do Instrumento para a afirmação da entidade como ator chave na exploração de sinergias intermunicipais e abordagens em rede	25,0	0	50,0	14,3	0	50,0	50,0	0
15.44. % de executores que consideram elevado / muito elevado o contributo do Instrumento para a afirmação da entidade como ator chave na concertação institucional multi-escala	25,0	25,0	50,0	14,3	0	0	50,0	100,0
15.45. % de executores que consideram elevado / muito elevado o contributo do Instrumento para a afirmação da entidade como ator chave para o aparecimento de parcerias informais no processo de implementação	25,0	0	50,0	14,3	0	50,0	50,0	100,0
15.46. % de executores que consideram elevado / muito elevado o contributo do Instrumento para a afirmação da entidade como ator chave na promoção de uma maior capacitação dos atores/parceiros	16,7	0	50,0	28,6	0	0	100,0	0
15.47. % de executores que consideram elevado / muito elevado o contributo do Instrumento para a afirmação da entidade como ator chave na promoção de um maior envolvimento dos parceiros na fase de conceção e acompanhamento dos projetos	25,0	0	50,0	28,6	0	0	100,0	0
15.48. % de executores que consideram elevado / muito elevado o contributo do Instrumento para a afirmação da entidade como ator chave na	25,0	0	50,0	14,3	0	50,0	100,0	100,0

Indicador	PDCT	PEDU	PARUS/ MUS/ PAICD	DLBC	PROVERE/ PADRE	Programa Escolhas	CLDS	Programa TEIP
construção de um clima de confiança em processos integrados e de parceria								

ALGARVE (Estudo de Caso da Região Algarve)

Indicador	PDCT	PEDU	PARUS/ MUS/ PAICD	DLBC	PROVERE/ PADRE	Programa Escolhas	CLDS	Programa TEIP
15.49. % de executores que consideram elevado / muito elevado o contributo do Instrumento para a afirmação da entidade como ator líder na respetiva área de intervenção perante as autarquias locais	50,0	-	60,0	22,2	57,1	66,7	-	-
15.50. % de executores que consideram elevado / muito elevado o contributo do Instrumento para a afirmação da entidade como ator líder na respetiva área de intervenção perante outras entidades locais (empresas, IPSS, ...)	50,0	-	60,0	33,3	28,6	100,0	-	-
15.51. % de executores que consideram elevado / muito elevado o contributo do Instrumento para a afirmação da entidade como ator líder na respetiva área de intervenção perante as entidades da administração central	50,0	-	60,0	22,2	42,9	0	-	-
15.52. % de executores que consideram elevado / muito elevado o contributo do Instrumento para a afirmação da entidade como ator líder na respetiva área de intervenção em processos de tomada de decisão	50,0	-	40,0	11,1	28,6	66,7	-	-
15.53. % de executores que consideram elevado / muito elevado o contributo do Instrumento para a afirmação da entidade como ator chave na gestão delegada de Fundos Comunitários	50,0	-	20,0	22,2	42,9	33,3	-	-
15.54. % de executores que consideram elevado / muito elevado o contributo do Instrumento para a afirmação da entidade como ator chave na conceção e implementação de projetos intermunicipais	50,0	-	20,0	11,1	42,9	0	-	-
15.55. % de executores que consideram elevado / muito elevado o contributo do Instrumento para a afirmação da entidade como ator chave na exploração de sinergias intermunicipais e abordagens em rede	50,0	-	40,0	11,1	57,1	33,3	-	-
15.56. % de executores que consideram elevado / muito elevado o contributo do Instrumento para a afirmação da entidade como ator chave na concertação institucional multi-escala	50,0	-	20,0	11,1	14,3	33,3	-	-
15.57. % de executores que consideram elevado / muito elevado o contributo do Instrumento para a afirmação da entidade como ator chave para o	50,0	-	40,0	11,1	28,6	66,7	-	-

Indicador	PDCT	PEDU	PARUS/ MUS/ PAICD	DLBC	PROVERE/ PADRE	Programa Escolhas	CLDS	Programa TEIP
aparecimento de parcerias informais no processo de implementação								
15.58. % de executores que consideram elevado / muito elevado o contributo do Instrumento para a afirmação da entidade como ator chave na promoção de uma maior capacitação dos atores/parceiros	50,0	-	40,0	11,1	28,6	66,7	-	-
15.59. % de executores que consideram elevado / muito elevado o contributo do Instrumento para a afirmação da entidade como ator chave na promoção de um maior envolvimento dos parceiros na fase de conceção e acompanhamento dos projetos	50,0	-	40,0	11,1	14,3	66,7	-	-
15.60. % de executores que consideram elevado / muito elevado o contributo do Instrumento para a afirmação da entidade como ator chave na construção de um clima de confiança em processos integrados e de parceria	50,0	-	40,0	22,2	28,6	66,7	-	-

Quadro 72. Avaliação do grau de relevância de alguns constrangimentos no estabelecimento de parcerias, na fase de configuração e implementação do(s) projeto(s) enquadrado(s) no Instrumento

ALTO MINHO (Estudo de Caso da Região Norte)

Indicador	PDCT	PEDU	PARUS/ MUS/ PAICD	DLBC	PROVERE/ PADRE	Programa Escolhas	CLDS	Programa TEIP
16.1.% de executores que consideram a desconfiança entre autarquias um constrangimento relevante / muito relevante	11,5	9,1	0	11,1	0	0	33,3	0
16.2.% de executores que consideram a falta de experiência de trabalho em parceria entre as autarquias um constrangimento relevante / muito relevante	11,5	9,1	8,3	11,1	12,5	0	33,3	0
16.3.% de executores que consideram a desconfiança entre autarquias e a administração central um constrangimento relevante / muito relevante	19,2	9,1	8,3	11,1	0	0	33,3	0
16.4.% de executores que consideram a falta de experiência de trabalho em parceria entre as autarquias e a administração central um constrangimento relevante / muito relevante	15,4	9,1	8,3	11,1	12,5	0	33,3	0
16.5.% de executores que consideram a indisponibilidade da administração central em adaptar as suas intervenções ao território um constrangimento relevante / muito relevante	42,3	27,3	25,0	22,2	12,5	0	66,7	0
16.6.% de executores que consideram a falta de competência dos diversos atores em desenhar projetos em	11,5	18,2	0	11,1	12,5	0	66,7	0

Indicador	PDCT	PEDU	PARUS/ MUS/ PAICD	DLBC	PROVERE/ PADRE	Programa Escolhas	CLDS	Programa TEIP
parceria um constrangimento relevante / muito relevante								
16.7.% de executores que consideram a faltam mecanismos de governação colaborativa um constrangimento relevante / muito relevante	30,8	36,4	25,0	33,3	12,5	0	66,7	0
16.8.% de executores que consideram a desvalorização das abordagens territoriais integradas pelos vários atores um constrangimento relevante / muito relevante	30,8	9,1	16,7	33,3	12,5	0	66,7	0
16.9.								

WISEU/DÃO-LAFÕES (Estudo de Caso da Região Centro)

Indicador	PDCT	PEDU	PARUS/ MUS/ PAICD	DLBC	PROVERE/ PADRE	Programa Escolhas	CLDS	Programa TEIP
16.10. % de executores que consideram a desconfiança entre autarquias um constrangimento relevante / muito relevante	25	-	0	0	0	-	0	-
16.11. % de executores que consideram a falta de experiência de trabalho em parceria entre as autarquias um constrangimento relevante / muito relevante	25	-	0	0	0	-	0	-
16.12. % de executores que consideram a desconfiança entre autarquias e a administração central um constrangimento relevante / muito relevante	0	-	33,3	33,3	0	-	0	-
16.13. % de executores que consideram a falta de experiência de trabalho em parceria entre as autarquias e a administração central um constrangimento relevante / muito relevante	25,0	-	33,3	33,3	0	-	0	-
16.14. % de executores que consideram a indisponibilidade da administração central em adaptar as suas intervenções ao território um constrangimento relevante / muito relevante	25,0	-	66,7	33,3	0	-	0	-
16.15. % de executores que consideram a falta de competência dos diversos atores em desenhar projetos em parceria um constrangimento relevante / muito relevante	25,0	-	0	0	0	-	0	-
16.16. % de executores que consideram a faltam mecanismos de governação colaborativa um constrangimento relevante / muito relevante	25,0	-	33,3	66,7	0	-	0	-
16.17. % de executores que consideram a desvalorização das abordagens	25,0	-	33,3	33,3	0	-	0	-

Indicador	PDCT	PEDU	PARUS/ MUS/ PAICD	DLBC	PROVERE/ PADRE	Programa Escolhas	CLDS	Programa TEIP
territoriais integradas pelos vários atores um constrangimento relevante / muito relevante								

AML (Estudo de Caso da Região de Lisboa)

Indicador	PDCT	PEDU	PARUS/ MUS/ PAICD	DLBC	PROVERE/ PADRE	Programa Escolhas	CLDS	Programa TEIP
16.18. % de executores que consideram a desconfiança entre autarquias um constrangimento relevante / muito relevante	10,0	0	0	0	-	5,6	12,5	0
16.19. % de executores que consideram a falta de experiência de trabalho em parceria entre as autarquias um constrangimento relevante / muito relevante	20,0	0	0	0	-	5,6	12,5	14,3
16.20. % de executores que consideram a desconfiança entre autarquias e a administração central um constrangimento relevante / muito relevante	10,0	0	0	0	-	5,6	12,5	14,3
16.21. % de executores que consideram a falta de experiência de trabalho em parceria entre as autarquias e a administração central um constrangimento relevante / muito relevante	15,0	0	0	0	-	11,1	12,5	14,3
16.22. % de executores que consideram a indisponibilidade da administração central em adaptar as suas intervenções ao território um constrangimento relevante / muito relevante	25,0	9,1	8,3	0	-	27,8	12,5	0
16.23. % de executores que consideram a falta de competência dos diversos atores em desenhar projetos em parceria um constrangimento relevante / muito relevante	10,0	9,1	0	0	-	11,1	25,0	0
16.24. % de executores que consideram a faltam mecanismos de governação colaborativa um constrangimento relevante / muito relevante	35,0	27,3	16,7	0	-	33,3	37,5	28,6
16.25. % de executores que consideram a desvalorização das abordagens territoriais integradas pelos vários atores um constrangimento relevante / muito relevante	20,0	0	0	0	-	16,7	12,5	14,3

BAIXO ALENTEJO (Estudo de Caso da Região Alentejo)

Indicador	PDCT	PEDU	PARUS/ MUS/ PAICD	DLBC	PROVERE/ PADRE	Programa Escolhas	CLDS	Programa TEIP
16.26. % de executores que consideram a desconfiança entre autarquias um constrangimento relevante / muito relevante	8,3	0	0	14,3	0	0	0	0
16.27. % de executores que consideram a falta de experiência de trabalho em parceria entre as autarquias um constrangimento relevante / muito relevante	25,0	25,0	50,0	14,3	0	0	0	0
16.28. % de executores que consideram a desconfiança entre autarquias e a administração central um constrangimento relevante / muito relevante	8,3	0	0	14,3	0	0	0	0
16.29. % de executores que consideram a falta de experiência de trabalho em parceria entre as autarquias e a administração central um constrangimento relevante / muito relevante	25,0	25,0	50,0	28,6	0	0	50,0	0
16.30. % de executores que consideram a indisponibilidade da administração central em adaptar as suas intervenções ao território um constrangimento relevante / muito relevante	25,0	0	0	28,6	0	0	0	0
16.31. % de executores que consideram a falta de competência dos diversos atores em desenhar projetos em parceria um constrangimento relevante / muito relevante	25,0	25,0	0	14,3	0	0	0	0
16.32. % de executores que consideram a faltam mecanismos de governação colaborativa um constrangimento relevante / muito relevante	25,0	25,0	0	28,6	0	0	0	0
16.33. % de executores que consideram a desvalorização das abordagens territoriais integradas pelos vários atores um constrangimento relevante / muito relevante	33,3	25,0	0	14,3	0	0	0	0

ALGARVE (Estudo de Caso da Região Algarve)

Indicador	PDCT	PEDU	PARUS/ MUS/ PAICD	DLBC	PROVERE/ PADRE	Programa Escolhas	CLDS	Programa TEIP
16.34. % de executores que consideram a desconfiança entre autarquias um constrangimento relevante / muito relevante	0	-	0	0	0	0	-	-
16.35. % de executores que consideram a falta de experiência de trabalho em parceria entre as autarquias um constrangimento relevante / muito relevante	0	-	0	0	0	0	-	-

Indicador	PDCT	PEDU	PARUS/ MUS/ PAICD	DLBC	PROVERE/ PADRE	Programa Escolhas	CLDS	Programa TEIP
16.36. % de executores que consideram a desconfiança entre autarquias e a administração central um constrangimento relevante / muito relevante	0	-	0	0	0	0	-	-
16.37. % de executores que consideram a falta de experiência de trabalho em parceria entre as autarquias e a administração central um constrangimento relevante / muito relevante	0	-	0	0	14,3	0	-	-
16.38. % de executores que consideram a indisponibilidade da administração central em adaptar as suas intervenções ao território um constrangimento relevante / muito relevante	0	-	0	11,1	0	0	-	-
16.39. % de executores que consideram a falta de competência dos diversos atores em desenhar projetos em parceria um constrangimento relevante / muito relevante	0	-	0	0	0	0	-	-
16.40. % de executores que consideram a faltam mecanismos de governação colaborativa um constrangimento relevante / muito relevante	0	-	20,0	11,1	14,3	0	-	-
16.41. % de executores que consideram a desvalorização das abordagens territoriais integradas pelos vários atores um constrangimento relevante / muito relevante	0	-	20,0	0	0	0	-	-

Quadro 73. Avaliação da capacidade de atuação da Entidade Líder, na configuração e implementação do Instrumento

ALTO MINHO (Estudo de Caso da Região Norte)

Indicador	PDCT	PEDU	PARUS/ MUS/ PAICD	DLBC	PROVERE/ PADRE	Programa Escolhas	CLDS	Programa TEIP
17.1.% de executores que consideram elevada / muito elevada a capacidade de atuação da Entidade Líder na liderança dos processos de tomada de decisão	38,5	90,9	66,7	55,6	12,5	0	0	0
17.2.% de executores que consideram elevada / muito elevada a capacidade de atuação da Entidade Líder na criação de um clima de confiança entre as autarquias	34,6	72,7	66,7	55,6	37,5	0	33,3	0
17.3.% de executores que consideram elevada / muito elevada a capacidade de atuação da Entidade Líder na criação de projetos em parceria entre as autarquias	34,6	72,7	58,3	33,3	37,5	0	66,7	0
17.4.% de executores que consideram elevada / muito elevada a capacidade de atuação da Entidade Líder no	42,3	90,9	83,3	33,3	25,0	0	100,0	50,0

Indicador	PDCT	PEDU	PARUS/ MUS/ PAICD	DLBC	PROVERE/ PADRE	Programa Escolhas	CLDS	Programa TEiP
estabelecimento articulações com as outras entidades locais								
17.5.% de executores que consideram elevada / muito elevada a capacidade de atuação da Entidade Líder no estabelecimento de articulações com outras entidades sub-regionais e regionais	30,8	72,7	41,7	11,1	25,0	0	33,3	50,0
17.6.% de executores que consideram elevada / muito elevada a capacidade de atuação da Entidade Líder no estabelecimento de articulações com entidades da administração central	34,6	45,5	33,3	0	12,5	0	0	0
17.7.% de executores que consideram elevada / muito elevada a capacidade de atuação da Entidade Líder no estabelecimento de articulações com a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional	46,2	63,6	58,3	33,3	25,0	0	33,3	0
17.8.% de executores que consideram elevada / muito elevada a capacidade de atuação da Entidade Líder no estabelecimento de articulações com as Autoridades de Gestão de Programas Operacionais Temáticos	30,8	45,5	33,3	11,1	25,0	0	0	0

VISEU/DÃO-LAFÕES (Estudo de Caso da Região Centro)

Indicador	PDCT	PEDU	PARUS/ MUS/ PAICD	DLBC	PROVERE/ PADRE	Programa Escolhas	CLDS	Programa TEiP
17.9.% de executores que consideram elevada / muito elevada a capacidade de atuação da Entidade Líder na liderança dos processos de tomada de decisão	25,0	-	66,7	33,3	100,0	-	50,0	-
17.10. % de executores que consideram elevada / muito elevada a capacidade de atuação da Entidade Líder na criação de um clima de confiança entre as autarquias	25,0	-	66,7	33,3	100,0	-	50,0	-
17.11. % de executores que consideram elevada / muito elevada a capacidade de atuação da Entidade Líder na criação de projetos em parceria entre as autarquias	75,0	-	33,3	33,3	100,0	-	0	-
17.12. % de executores que consideram elevada / muito elevada a capacidade de atuação da Entidade Líder no estabelecimento de articulações com as outras entidades locais	75,0	-	66,7	0	100,0	-	50,0	-
17.13. % de executores que consideram elevada / muito elevada a capacidade de atuação da Entidade Líder no estabelecimento de articulações com outras entidades sub-regionais e regionais	50,0	-	66,7	0	100,0	-	50,0	-

Indicador	PDCT	PEDU	PARUS/ MUS/ PAICD	DLBC	PROVERE/ PADRE	Programa Escolhas	CLDS	Programa TEIP
17.14. % de executores que consideram elevada / muito elevada a capacidade de atuação da Entidade Líder no estabelecimento de articulações com entidades da administração central	75,0	-	33,3	0	100,0	-	0	-
17.15. % de executores que consideram elevada / muito elevada a capacidade de atuação da Entidade Líder no estabelecimento de articulações com a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional	75,0	-	66,7	0	100,0	-	0	-
17.16. % de executores que consideram elevada / muito elevada a capacidade de atuação da Entidade Líder no estabelecimento de articulações com as Autoridades de Gestão de Programas Operacionais Temáticos	50,0	-	33,3	0	100,0	-	0	-

AML (Estudo de Caso da Região de Lisboa)

Indicador	PDCT	PEDU	PARUS/ MUS/ PAICD	DLBC	PROVERE/ PADRE	Programas Escolhas	CLDS	Programa TEIP
17.17. % de executores que consideram elevada / muito elevada a capacidade de atuação da Entidade Líder na liderança dos processos de tomada de decisão	55,0	54,5	58,3	25,0	-	66,7	62,5	14,3
17.18. % de executores que consideram elevada / muito elevada a capacidade de atuação da Entidade Líder na criação de um clima de confiança entre as autarquias	50,0	36,4	41,7	12,5	-	33,3	37,5	14,3
17.19. % de executores que consideram elevada / muito elevada a capacidade de atuação da Entidade Líder na criação de projetos em parceria entre as autarquias	40,0	18,2	16,7	12,5	-	33,3	12,5	14,3
17.20. % de executores que consideram elevada / muito elevada a capacidade de atuação da Entidade Líder no estabelecimento de articulações com as outras entidades locais	35,0	54,5	50,0	25,0	-	66,7	75,0	0
17.21. % de executores que consideram elevada / muito elevada a capacidade de atuação da Entidade Líder no estabelecimento de articulações com outras entidades sub-regionais e regionais	20,0	18,2	16,7	12,5	-	22,2	12,5	0
17.22. % de executores que consideram elevada / muito elevada a capacidade de atuação da Entidade Líder no estabelecimento de articulações com entidades da administração central	25,0	18,2	16,7	0	-	22,2	25,0	14,3
17.23. % de executores que consideram elevada / muito elevada a capacidade de atuação da Entidade Líder no	50,0	36,4	50,0	0	-	11,1	25,0	14,3

Indicador	PDCT	PEDU	PARUS/ MUS/ PAICD	DLBC	PROVERE/ PADRE	Programa Escolhas	CLDS	Programa TEIP
estabelecimento de articulações com a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional								
17.24. % de executores que consideram elevada / muito elevada a capacidade de atuação da Entidade Líder no estabelecimento de articulações com as Autoridades de Gestão de Programas Operacionais Temáticos	30,0	27,3	33,3	0	-	11,1	12,5	14,3

BAIXO ALENTEJO (Estudo de Caso da Região Alentejo)

Indicador	PDCT	PEDU	PARUS/ MUS/ PAICD	DLBC	PROVERE/ PADRE	Programa Escolhas	CLDS	Programa TEIP
17.25. % de executores que consideram elevada / muito elevada a capacidade de atuação da Entidade Líder na liderança dos processos de tomada de decisão	33,3	50,0	50,0	57,1	100,0	100,0	100,0	0
17.26. % de executores que consideram elevada / muito elevada a capacidade de atuação da Entidade Líder na criação de um clima de confiança entre as autarquias	33,3	25,0	50,0	71,4	100,0	100,0	100,0	0
17.27. % de executores que consideram elevada / muito elevada a capacidade de atuação da Entidade Líder na criação de projetos em parceria entre as autarquias	33,3	0	0	42,9	100,0	100,0	50,0	0
17.28. % de executores que consideram elevada / muito elevada a capacidade de atuação da Entidade Líder no estabelecimento de articulações com as outras entidades locais	33,3	25,0	50,0	42,9	100,0	100,0	50,0	100,0
17.29. % de executores que consideram elevada / muito elevada a capacidade de atuação da Entidade Líder no estabelecimento de articulações com outras entidades sub-regionais e regionais	33,3	0	50,0	28,6	100,0	50,0	50,0	0
17.30. % de executores que consideram elevada / muito elevada a capacidade de atuação da Entidade Líder no estabelecimento de articulações com entidades da administração central	25,0	0	50,0	0	100,0	50,0	50,0	0
17.31. % de executores que consideram elevada / muito elevada a capacidade de atuação da Entidade Líder no estabelecimento de articulações com a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional	33,3	25,0	50,0	0	100,0	50,0	50,0	0
17.32. % de executores que consideram elevada / muito elevada a capacidade de atuação da Entidade Líder no estabelecimento de articulações com as Autoridades de Gestão de Programas Operacionais Temáticos	25,0	25,0	50,0	0	100,0	50,0	50,0	0

ALGARVE (Estudo de Caso da Região Algarve)

Indicador	PDCT	PEDU	PARUS/ MUS/ PAICD	DLBC	PROVERE/ PADRE	Programa Escolhas	CLDS	Programa TEIP
17.33. % de executores que consideram elevada / muito elevada a capacidade de atuação da Entidade Líder na liderança dos processos de tomada de decisão	0	-	80,0	44,4	42,9	100,0	-	-
17.34. % de executores que consideram elevada / muito elevada a capacidade de atuação da Entidade Líder na criação de um clima de confiança entre as autarquias	0	-	60,0	33,3	71,4	66,7	-	-
17.35. % de executores que consideram elevada / muito elevada a capacidade de atuação da Entidade Líder na criação de projetos em parceria entre as autarquias	0	-	20,0	22,2	71,4	0	-	-
17.36. % de executores que consideram elevada / muito elevada a capacidade de atuação da Entidade Líder no estabelecimento articulações com as outras entidades locais	0	-	80,0	33,3	57,1	100,0	-	-
17.37. % de executores que consideram elevada / muito elevada a capacidade de atuação da Entidade Líder no estabelecimento de articulações com outras entidades sub-regionais e regionais	0	-	40,0	33,3	42,9	66,7	-	-
17.38. % de executores que consideram elevada / muito elevada a capacidade de atuação da Entidade Líder no estabelecimento de articulações com entidades da administração central	0	-	40,0	22,2	28,6	33,3	-	-
17.39. % de executores que consideram elevada / muito elevada a capacidade de atuação da Entidade Líder no estabelecimento de articulações com a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional	0	-	60,0	33,3	71,4	0	-	-
17.40. % de executores que consideram elevada / muito elevada a capacidade de atuação da Entidade Líder no estabelecimento de articulações com as Autoridades de Gestão de Programas Operacionais Temáticos	0	-	0	22,2	42,9	0	-	-

Quadro 74. Avaliação das vantagens de o(s) projeto(s) estar(em) integrado(s) no Instrumento**ALTO MINHO (Estudo de Caso da Região Norte)**

Indicador	PDCT	PEDU	PARUS/ MUS/ PAICD	DLBC	PROVERE/ PADRE	Programa Escolhas	CLDS	Programa TEIP
18.1.% de executores que concordam /concordam totalmente que a integração no Instrumento facilitou a preparação do projeto (definição de objetivos, grupo-alvo, ações...)	46,2	72,7	75,0	44,4	37,5	100,0	66,7	50,0

Indicador	PDCT	PEDU	PARUS/ MUS/ PAICD	DLBC	PROVERE/ PADRE	Programa Escolhas	CLDS	Programa TEIP
18.2.% de executores que concordam /concordam totalmente que a integração no Instrumento facilitou a instrução da(s) candidatura(s)	38,5	72,7	66,7	33,3	37,5	100,0	66,7	50,0
18.3.% de executores que concordam /concordam totalmente que a integração no Instrumento facilitou a submissão da(s) candidatura(s)	38,5	72,7	50,0	22,2	25,0	100,0	33,3	50,0
18.4.% de executores que concordam /concordam totalmente que a integração no Instrumento facilitou a aprovação da(s) candidatura(s)	46,2	72,7	66,7	44,4	25,0	100,0	33,3	50,0
18.5.% de executores que concordam /concordam totalmente que a integração no Instrumento facilitou a submissão do(s) pedido(s) de pagamento	38,5	36,4	41,7	11,1	25,0	100,0	0	50,0
18.6.% de executores que concordam /concordam totalmente que a integração no Instrumento aumentou a celeridade dos reembolsos	34,6	45,5	41,7	0	25,0	0	0	0
18.7.% de executores que concordam /concordam totalmente que a integração no Instrumento facilitou a superação de problemas de financiamento	38,5	54,5	66,7	0	25,0	0	0	0
18.8.% de executores que concordam /concordam totalmente que a integração no Instrumento permitiu um melhor acompanhamento das operações	46,2	63,6	50,0	33,3	25,0	0	33,3	50,0
18.9.% de executores que concordam /concordam totalmente que a integração no Instrumento permitiu uma maior flexibilidade na aplicação dos critérios de admissibilidade	26,9	54,5	75,0	33,3	25,0	100,0	66,7	0

WISEU/DÃO-LAFÕES (Estudo de Caso da Região Centro)

Indicador	PDCT	PEDU	PARUS/ MUS/ PAICD	DLBC	PROVERE/ PADRE	Programa Escolhas	CLDS	Programa TEIP
18.10. % de executores que concordam /concordam totalmente que a integração no Instrumento facilitou a preparação do projeto (definição de objetivos, grupo-alvo, ações...)	50,0	-	66,7	33,3	100,0	-	100,0	-
18.11. % de executores que concordam /concordam totalmente que a integração no Instrumento facilitou a instrução da(s) candidatura(s)	25,0	-	66,7	33,3	0	-	100,0	-
18.12. % de executores que concordam /concordam totalmente que a integração no Instrumento facilitou a submissão da(s) candidatura(s)	25,0	-	33,3	66,7	0	-	100,0	-
18.13. % de executores que concordam /concordam totalmente que a	50,0	-	33,3	33,3	100,0	-	100,0	-

Indicador	PDCT	PEDU	PARUS/ MUS/ PAICD	DLBC	PROVERE/ PADRE	Programa Escolhas	CLDS	Programa TEIP
integração no Instrumento facilitou a aprovação da(s) candidatura(s)								
18.14. % de executores que concordam /concordam totalmente que a integração no Instrumento facilitou a submissão do(s) pedido(s) de pagamento	25,0	-	0	33,3	0	-	0	-
18.15. % de executores que concordam /concordam totalmente que a integração no Instrumento aumentou a celeridade dos reembolsos	0	-	0	0	0	-	0	-
18.16. % de executores que concordam /concordam totalmente que a integração no Instrumento facilitou a superação de problemas de financiamento	0	-	33,3	0	0	-	0	-
18.17. % de executores que concordam /concordam totalmente que a integração no Instrumento permitiu um melhor acompanhamento das operações	0	-	0	0	100,0	-	0	-
18.18. % de executores que concordam /concordam totalmente que a integração no Instrumento permitiu uma maior flexibilidade na aplicação dos critérios de admissibilidade	0	-	33,3	0	0	-	50,0	-

AML (Estudo de Caso da Região de Lisboa)

Indicador	PDCT	PEDU	PARUS/ MUS/ PAICD	DLBC	PROVERE/ PADRE	Programa Escolhas	CLDS	Programa TEIP
18.19. % de executores que concordam /concordam totalmente que a integração no Instrumento facilitou a preparação do projeto (definição de objetivos, grupo-alvo, ações...)	55,0	90,9	83,3	37,5	-	66,7	75,0	71,4
18.20. % de executores que concordam /concordam totalmente que a integração no Instrumento facilitou a instrução da(s) candidatura(s)	60,0	81,8	83,3	37,5	-	66,7	50,0	14,3
18.21. % de executores que concordam /concordam totalmente que a integração no Instrumento facilitou a submissão da(s) candidatura(s)	60,0	81,8	75,0	37,5	-	55,6	37,5	14,3
18.22. % de executores que concordam /concordam totalmente que a integração no Instrumento facilitou a aprovação da(s) candidatura(s)	70,0	100,0	91,7	25,0	-	44,4	37,5	42,9
18.23. % de executores que concordam /concordam totalmente que a integração no Instrumento facilitou a submissão do(s) pedido(s) de pagamento	45,0	63,6	58,3	12,5	-	22,2	25,0	0
18.24. % de executores que concordam /concordam totalmente que a integração no Instrumento aumentou a celeridade dos reembolsos	25,0	54,5	50,0	0	-	5,6	12,5	0

Indicador	PDCT	PEDU	PARUS/ MUS/ PAICD	DLBC	PROVERE/ PADRE	Programa Escolhas	CLDS	Programa TEIP
18.25. % de executores que concordam /concordam totalmente que a integração no Instrumento facilitou a superação de problemas de financiamento	40,0	72,7	58,3	0	-	16,7	12,5	0
18.26. % de executores que concordam /concordam totalmente que a integração no Instrumento permitiu um melhor acompanhamento das operações	65,0	100,0	83,3	12,5	-	61,1	25,0	14,3
18.27. -% de executores que concordam /concordam totalmente que a integração no Instrumento permitiu uma maior flexibilidade na aplicação dos critérios de admissibilidade	50,0	63,6	75,0	12,5	-	22,2	12,5	0

BAIXO ALENTEJO (Estudo de Caso da Região Alentejo)

Indicador	PDCT	PEDU	PARUS/ MUS/ PAICD	DLBC	PROVERE/ PADRE	Programa Escolhas	CLDS	Programa TEIP
18.28. % de executores que concordam /concordam totalmente que a integração no Instrumento facilitou a preparação do projeto (definição de objetivos, grupo-alvo, ações...)	50,0	25,0	50,0	57,1	100,0	100,0	100,0	100,0
18.29. % de executores que concordam /concordam totalmente que a integração no Instrumento facilitou a instrução da(s) candidatura(s)	50,0	25,0	50,0	57,1	100,0	100,0	100,0	0
18.30. % de executores que concordam /concordam totalmente que a integração no Instrumento facilitou a submissão da(s) candidatura(s)	58,3	25,0	50,0	57,1	100,0	100,0	0	100,0
18.31. % de executores que concordam /concordam totalmente que a integração no Instrumento facilitou a aprovação da(s) candidatura(s)	50,0	25,0	50,0	57,1	100,0	100,0	50,0	100,0
18.32. % de executores que concordam /concordam totalmente que a integração no Instrumento facilitou a submissão do(s) pedido(s) de pagamento	25,0	25,0	50,0	14,3	100,0	100,0	100,0	100,0
18.33. % de executores que concordam /concordam totalmente que a integração no Instrumento aumentou a celeridade dos reembolsos	8,3	25,0	0	0	100,0	50,0	50,0	0
18.34. % de executores que concordam /concordam totalmente que a integração no Instrumento facilitou a superação de problemas de financiamento	16,7	25,0	0	0	100,0	100,0	50,0	100,0
18.35. % de executores que concordam /concordam totalmente que a integração no Instrumento permitiu um melhor acompanhamento das operações	33,3	25,0	50,0	28,6	100,0	100,0	50,0	100,0

Indicador	PDCT	PEDU	PARUS/ MUS/ PAICD	DLBC	PROVERE/ PADRE	Programa Escolhas	CLDS	Programa TEIP
18.36. % de executores que concordam /concordam totalmente que a integração no Instrumento permitiu uma maior flexibilidade na aplicação dos critérios de admissibilidade	16,7	25,0	0	42,9	100,0	100,0	50,0	100,0

ALGARVE (Estudo de Caso da Região Algarve)

Indicador	PDCT	PEDU	PARUS/ MUS/ PAICD	DLBC	PROVERE/ PADRE	Programa Escolhas	CLDS	Programa TEIP
18.37. % de executores que concordam /concordam totalmente que a integração no Instrumento facilitou a preparação do projeto (definição de objetivos, grupo-alvo, ações...)	0	-	60,0	55,6	85,7	33,3	-	-
18.38. % de executores que concordam /concordam totalmente que a integração no Instrumento facilitou a instrução da(s) candidatura(s)	0	-	80,0	33,3	85,7	66,6	-	-
18.39. % de executores que concordam /concordam totalmente que a integração no Instrumento facilitou a submissão da(s) candidatura(s)	0	-	60,0	22,2	71,4	66,6	-	-
18.40. % de executores que concordam /concordam totalmente que a integração no Instrumento facilitou a aprovação da(s) candidatura(s)	0	-	80,0	44,4	71,4	0	-	-
18.41. % de executores que concordam /concordam totalmente que a integração no Instrumento facilitou a submissão do(s) pedido(s) de pagamento	0	-	20,0	0	42,9	33,3	-	-
18.42. % de executores que concordam /concordam totalmente que a integração no Instrumento aumentou a celeridade dos reembolsos	0	-	20,0	0	42,9	0	-	-
18.43. % de executores que concordam /concordam totalmente que a integração no Instrumento facilitou a superação de problemas de financiamento	0	-	40,0	33,3	42,9	0	-	-
18.44. % de executores que concordam /concordam totalmente que a integração no Instrumento permitiu um melhor acompanhamento das operações	0	-	20,0	44,4	42,9	66,7	-	-
18.45. % de executores que concordam /concordam totalmente que a integração no Instrumento permitiu uma maior flexibilidade na aplicação dos critérios de admissibilidade	0	-	40,0	11,1	28,6	33,3	-	-

Quadro 75. Avaliação dos Avisos de Concurso enquadrados no Instrumento**ALTO MINHO (Estudo de Caso da Região Norte)**

Indicador	PDCT	PEDU	PARUS/ MUS/ PAICD	DLBC	PROVERE/ PADRE	Programa Escolhas	CLDS	Programa TEIP
19.1.% de executores que concordam /concordam totalmente que as tipologias de projetos elegíveis eram adequadas para responder às oportunidades e necessidades do meu território	38,5	36,4	58,3	33,3	25,0	0	33,3	0
19.2.% de executores que concordam /concordam totalmente que as tipologias de projetos elegíveis eram adequadas para responder às necessidades dos grupos-alvo a que se dirigem	38,5	36,4	41,7	33,3	25,0	0	33,3	0
19.3.% de executores que concordam /concordam totalmente que as regras de acesso ao financiamento eram as adequadas	46,2	63,6	50,0	22,2	25,0	0	33,3	0
19.4.% de executores que concordam /concordam totalmente que as taxas de cofinanciamento eram as adequadas face à capacidade dos executores	50,0	63,6	66,7	33,3	25,0	0	33,3	0
19.5.% de executores que concordam /concordam totalmente que os volumes de investimento disponibilizados eram os adequados para o promover a coesão territorial no meu território	11,5	9,1	16,7	44,4	12,5	0	66,7	0
19.6.% de executores que concordam /concordam totalmente que os volumes de investimento eram os adequados para reduzir as disparidades regionais no meu território	11,5	18,2	8,3	44,4	12,5	0	33,3	0

VISEU/DÃO-LAFÕES (Estudo de Caso da Região Centro)

Indicador	PDCT	PEDU	PARUS/ MUS/ PAICD	DLBC	PROVERE/ PADRE	Programa Escolhas	CLDS	Programa TEIP
19.7.% de executores que concordam /concordam totalmente que as tipologias de projetos elegíveis eram adequadas para responder às oportunidades e necessidades do meu território	50,0	-	33,3	0	100,0	-	50,0	-
19.8.% de executores que concordam /concordam totalmente que as tipologias de projetos elegíveis eram adequadas para responder às necessidades dos grupos-alvo a que se dirigem	25,0	-	33,3	33,3	100,0	-	50,0	-
19.9.% de executores que concordam /concordam totalmente que as regras de acesso ao financiamento eram as adequadas	25,0	-	0	0	100,0	-	0	-
19.10. % de executores que concordam /concordam totalmente que as taxas de	50,0	-	33,3	33,3	100,0	-	0	-

Indicador	PDCT	PEDU	PARUS/ MUS/ PAICD	DLBC	PROVERE/ PADRE	Programa Escolhas	CLDS	Programa TEIP
cofinanciamento eram as adequadas face à capacidade dos executores								
19.11. % de executores que concordam /concordam totalmente que os volumes de investimento disponibilizados eram os adequados para o promover a coesão territorial no meu território	0	-	0	0	100,0	-	0	-
19.12. % de executores que concordam /concordam totalmente que os volumes de investimento eram os adequados para reduzir as disparidades regionais no meu território	0	-	0	0	0	-	0	-

AML (Estudo de Caso da Região de Lisboa)

Indicador	PDCT	PEDU	PARUS/ MUS/ PAICD	DLBC	PROVERE/ PADRE	Programa Escolhas	CLDS	Programa TEIP
19.13. % de executores que concordam /concordam totalmente que as tipologias de projetos elegíveis eram adequadas para responder às oportunidades e necessidades do meu território	30,0	63,6	33,3	37,5	-	83,3	50,0	42,9
19.14. % de executores que concordam /concordam totalmente que as tipologias de projetos elegíveis eram adequadas para responder às necessidades dos grupos-alvo a que se dirigem	30,0	63,6	33,3	37,5	-	83,3	50,0	71,4
19.15. % de executores que concordam /concordam totalmente que as regras de acesso ao financiamento eram as adequadas	30,0	36,4	16,7	12,5	-	55,6	37,5	14,3
19.16. % de executores que concordam /concordam totalmente que as taxas de cofinanciamento eram as adequadas face à capacidade dos executores	0	9,1	8,3	37,5	-	33,3	25,0	14,3
19.17. % de executores que concordam /concordam totalmente que os volumes de investimento disponibilizados eram os adequados para o promover a coesão territorial no meu território	5,0	18,2	16,7	12,5	-	16,7	12,5	0
19.18. % de executores que concordam /concordam totalmente que os volumes de investimento eram os adequados para reduzir as disparidades regionais no meu território	5,0	27,3	16,7	0	-	11,1	12,5	0

BAIXO ALENTEJO (Estudo de Caso da Região Alentejo)

Indicador	PDCT	PEDU	PARUS/ MUS/ PAICD	DLBC	PROVERE/ PADRE	Programa Escolhas	CLDS	Programa TEIP
19.19. % de executores que concordam /concordam totalmente que as tipologias de projetos elegíveis eram adequadas para responder às oportunidades e necessidades do meu território	25,0	50,0	0	57,1	100,0	50,0	100,0	100,0
19.20. % de executores que concordam /concordam totalmente que as tipologias de projetos elegíveis eram adequadas para responder às necessidades dos grupos-alvo a que se dirigem	25,0	50,0	0	42,9	100,0	50,0	100,0	100,0
19.21. % de executores que concordam /concordam totalmente que as regras de acesso ao financiamento eram as adequadas	41,7	50,0	0	42,9	100,0	50,0	50,0	100,0
19.22. % de executores que concordam /concordam totalmente que as taxas de cofinanciamento eram as adequadas face à capacidade dos executores	41,7	50,0	0	57,1	100,0	50,0	50,0	100,0
19.23. % de executores que concordam /concordam totalmente que os volumes de investimento disponibilizados eram os adequados para o promover a coesão territorial no meu território	25,0	0	0	28,6	0	50,0	50,0	100,0
19.24. % de executores que concordam /concordam totalmente que os volumes de investimento eram os adequados para reduzir as disparidades regionais no meu território	25,0	0	0	28,6	0	50,0	50,0	100,0

ALGARVE (Estudo de Caso da Região Algarve)

Indicador	PDCT	PEDU	PARUS/ MUS/ PAICD	DLBC	PROVERE/ PADRE	Programa Escolhas	CLDS	Programa TEIP
19.25. % de executores que concordam /concordam totalmente que as tipologias de projetos elegíveis eram adequadas para responder às oportunidades e necessidades do meu território	50,0	-	60,0	22,2	85,7	66,7	-	-
19.26. % de executores que concordam /concordam totalmente que as tipologias de projetos elegíveis eram adequadas para responder às necessidades dos grupos-alvo a que se dirigem	50,0	-	80,0	33,3	71,4	66,7	-	-
19.27. % de executores que concordam /concordam totalmente que as regras de acesso ao financiamento eram as adequadas	0	-	60,0	22,2	71,4	66,7	-	-
19.28. % de executores que concordam /concordam totalmente que as taxas de cofinanciamento eram as adequadas face à capacidade dos executores	0	-	0	33,3	28,6	100,0	-	-

Indicador	PDCT	PEDU	PARUS/ MUS/ PAICD	DLBC	PROVERE/ PADRE	Programa Escolhas	CLDS	Programa TEIP
19.29. % de executores que concordam /concordam totalmente que os volumes de investimento disponibilizados eram os adequados para o promover a coesão territorial no meu território	50,0	-	0	22,2	14,3	100,0	-	-
19.30. % de executores que concordam /concordam totalmente que os volumes de investimento eram os adequados para reduzir as disparidades regionais no meu território	50,0	-	20,0	22,2	14,3	33,3	-	-

Quadro 76. Avaliação dos impactos que o Instrumento pode vir a alcançar em diversas dimensões**ALTO MINHO (Estudo de Caso da Região Norte)**

Indicador	PDCT	PEDU	PARUS/ MUS/ PAICD	DLBC	PROVERE/ PADRE	Programa Escolhas	CLDS	Programa TEIP
20.1.% de executores que consideram que os projetos no âmbito do Instrumento têm impactos elevados / muito elevados na melhoria da acessibilidade interna e externa	23,1	72,7	66,7	44,4	12,5	0	0	50,0
20.2.% de executores que consideram que os projetos no âmbito do Instrumento têm impactos elevados / muito elevados na melhoria da eficiência no uso dos recursos	46,2	63,6	75,0	44,4	25,0	0	33,3	50,0
20.3.% de executores que consideram que os projetos no âmbito do Instrumento têm impactos elevados / muito elevados no aumento da competitividade	23,1	72,7	41,7	44,4	25,0	0	0	50,0
20.4.% de executores que consideram que os projetos no âmbito do Instrumento têm impactos elevados / muito elevados no fortalecimento do capital social	26,9	36,4	41,7	33,3	12,5	0	66,7	50,0
20.5.% de executores que consideram que os projetos no âmbito do Instrumento têm impactos elevados / muito elevados na valorização do património natural	19,2	27,3	41,7	55,6	50,0	0	66,7	0
20.6.% de executores que consideram que os projetos no âmbito do Instrumento têm impactos elevados / muito elevados na valorização do património cultural	19,2	54,5	50,0	33,3	37,5	0	100,0	0
20.7.% de executores que consideram que os projetos no âmbito do Instrumento têm impactos elevados / muito elevados no aumento da criatividade	23,1	45,5	25,0	22,2	25,0	0	100,0	50,0
20.8.% de executores que consideram que os projetos no âmbito do Instrumento têm impactos elevados / muito elevados na melhoria do acesso a serviços e equipamentos públicos	38,5	72,7	83,3	33,3	25,0	0	100,0	0
20.9.% de executores que consideram que os projetos no âmbito do Instrumento têm impactos elevados / muito elevados no aumento da qualidade de vida	38,5	81,8	75,0	44,4	25,0	0	66,7	0

Indicador	PDCT	PEDU	PARUS/ MUS/ PAICD	DLBC	PROVERE/ PADRE	Programa Escolhas	CLDS	Programa TEIP
20.10. % de executores que consideram que os projetos no âmbito do Instrumento têm impactes elevados / muito elevados no aumento da utilização do potencial económico local	23,1	72,7	66,7	33,3	25,0	0	33,3	0
20.11. % de executores que consideram que os projetos no âmbito do Instrumento têm impactes elevados / muito elevados na maior participação dos atores que transformam recursos em valor	30,8	54,5	25,0	33,3	12,5	0	100,0	0
20.12. % de executores que consideram que os projetos no âmbito do Instrumento têm impactes elevados / muito elevados no aumento da coesão territorial	30,8	63,6	58,3	44,4	12,5	0	100,0	50,0
20.13. % de executores que consideram que os projetos no âmbito do Instrumento têm impactes elevados / muito elevados na redução das disparidades regionais	23,1	36,4	33,3	44,4	12,5	0	66,7	0

VISEU/DÃO-LAFÕES (Estudo de Caso da Região Centro)

Indicador	PDCT	PEDU	PARUS/ MUS/ PAICD	DLBC	PROVERE/ PADRE	Programa Escolhas	CLDS	Programa TEIP
20.14. % de executores que consideram que os projetos no âmbito do Instrumento têm impactes elevados / muito elevados na melhoria da acessibilidade interna e externa	25,0	-	33,3	0	0	-	0	-
20.15. % de executores que consideram que os projetos no âmbito do Instrumento têm impactes elevados / muito elevados na melhoria da eficiência no uso dos recursos	25,0	-	33,3	0	0	-	0	-
20.16. % de executores que consideram que os projetos no âmbito do Instrumento têm impactes elevados / muito elevados no aumento da competitividade	50,0	-	66,7	0	100	-	0	-
20.17. % de executores que consideram que os projetos no âmbito do Instrumento têm impactes elevados / muito elevados no fortalecimento do capital social	25,0	-	66,7	33,3	0	-	0	-
20.18. % de executores que consideram que os projetos no âmbito do Instrumento têm impactes elevados / muito elevados na valorização do património natural	50,0	-	66,7	0	100	-	0	-
20.19. % de executores que consideram que os projetos no âmbito do Instrumento têm impactes elevados / muito elevados na valorização do património cultural	50,0	-	66,7	0	100	-	0	-

Indicador	PDCT	PEDU	PARUS/ MUS/ PAICD	DLBC	PROVERE/ PADRE	Programa Escolhas	CLDS	Programa TEIP
20.20. % de executores que consideram que os projetos no âmbito do Instrumento têm impactes elevados / muito elevados no aumento da criatividade	50,0	-	66,7	0	100	-	0	-
20.21. % de executores que consideram que os projetos no âmbito do Instrumento têm impactes elevados / muito elevados na melhoria do acesso a serviços e equipamentos públicos	25,0	-	100,0	0	0	-	0	-
20.22. % de executores que consideram que os projetos no âmbito do Instrumento têm impactes elevados / muito elevados no aumento da qualidade de vida	50,0	-	100,0	0	100	-	50,0	-
20.23. % de executores que consideram que os projetos no âmbito do Instrumento têm impactes elevados / muito elevados no aumento da utilização do potencial económico local	50,0	-	100,0	0	100	-	0	-
20.24. % de executores que consideram que os projetos no âmbito do Instrumento têm impactes elevados / muito elevados na maior participação dos atores que transformam recursos em valor	50,0	-	100,0	0	100	-	50,0	-
20.25. % de executores que consideram que os projetos no âmbito do Instrumento têm impactes elevados / muito elevados no aumento da coesão territorial	75,0	-	100,0	0	100	-	50,0	-
20.26. % de executores que consideram que os projetos no âmbito do Instrumento têm impactes elevados / muito elevados na redução das disparidades regionais	75,0	-	66,7	0	100	-	50,0	-

AML (Estudo de Caso da Região de Lisboa)

Indicador	PDCT	PEDU	PARUS/ MUS/ PAICD	DLBC	PROVERE/ PADRE	Programa Escolhas	CLDS	Programa TEIP
20.27. % de executores que consideram que os projetos no âmbito do Instrumento têm impactes elevados / muito elevados na melhoria da acessibilidade interna e externa	35,0	81,8	66,7	12,5	-	38,9	25,0	0
20.28. % de executores que consideram que os projetos no âmbito do Instrumento têm impactes elevados / muito elevados na melhoria da eficiência no uso dos recursos	40,0	81,8	58,3	37,5	-	38,9	37,5	42,9
20.29. % de executores que consideram que os projetos no âmbito do Instrumento têm impactes elevados / muito elevados no aumento da competitividade	25,0	27,3	16,7	50,0	-	27,8	25,0	14,3

Indicador	PDCT	PEDU	PARUS/ MUS/ PAICD	DLBC	PROVERE/ PADRE	Programa Escolhas	CLDS	Programa TEIP
20.30. % de executores que consideram que os projetos no âmbito do Instrumento têm impactes elevados / muito elevados no fortalecimento do capital social	45,0	54,5	50,0	62,5	-	66,7	50,0	28,6
20.31. % de executores que consideram que os projetos no âmbito do Instrumento têm impactes elevados / muito elevados na valorização do património natural	45,0	36,4	33,3	37,5	-	27,8	12,5	0
20.32. % de executores que consideram que os projetos no âmbito do Instrumento têm impactes elevados / muito elevados na valorização do património cultural	40,0	45,5	50,0	37,5	-	38,9	12,5	14,3
20.33. % de executores que consideram que os projetos no âmbito do Instrumento têm impactes elevados / muito elevados no aumento da criatividade	30,0	9,1	8,3	25,0	-	72,2	62,5	42,9
20.34. % de executores que consideram que os projetos no âmbito do Instrumento têm impactes elevados / muito elevados na melhoria do acesso a serviços e equipamentos públicos	55,0	81,8	66,7	37,5	-	50,0	25,0	28,6
20.35. % de executores que consideram que os projetos no âmbito do Instrumento têm impactes elevados / muito elevados no aumento da qualidade de vida	70,0	90,9	75,0	25,0	-	72,2	37,5	28,6
20.36. % de executores que consideram que os projetos no âmbito do Instrumento têm impactes elevados / muito elevados no aumento da utilização do potencial económico local	30,0	18,2	25,0	62,5	-	50,0	25,0	28,6
20.37. % de executores que consideram que os projetos no âmbito do Instrumento têm impactes elevados / muito elevados na maior participação dos atores que transformam recursos em valor	45,0	27,3	33,3	50,0	-	55,6	62,5	28,6
20.38. % de executores que consideram que os projetos no âmbito do Instrumento têm impactes elevados / muito elevados no aumento da coesão territorial	60,0	54,5	75,0	12,5	-	61,1	62,5	42,9
20.39. % de executores que consideram que os projetos no âmbito do Instrumento têm impactes elevados / muito elevados na redução das disparidades regionais	35,0	45,5	33,3	12,5	-	44,4	12,5	42,9

BAIXO ALENTEJO (Estudo de Caso da Região Alentejo)

Indicador	PDCT	PEDU	PARUS/ MUS/ PAICD	DLBC	PROVERE/ PADRE	Programa Escolhas	CLDS	Programa TEIP
20.40. % de executores que consideram que os projetos no âmbito do Instrumento têm impactes elevados / muito elevados na melhoria da acessibilidade interna e externa	41,7	25,0	50,0	14,3	0	100,0	50,0	0
20.41. % de executores que consideram que os projetos no âmbito do Instrumento têm impactes elevados / muito elevados na melhoria da eficiência no uso dos recursos	50,0	50,0	50,0	57,1	100,0	100,0	100,0	100,0
20.42. % de executores que consideram que os projetos no âmbito do Instrumento têm impactes elevados / muito elevados no aumento da competitividade	58,3	25,0	50,0	71,4	100,0	100,0	50,0	0
20.43. % de executores que consideram que os projetos no âmbito do Instrumento têm impactes elevados / muito elevados no fortalecimento do capital social	50,0	25,0	50,0	28,6	100,0	50,0	100,0	100,0
20.44. % de executores que consideram que os projetos no âmbito do Instrumento têm impactes elevados / muito elevados na valorização do património natural	50,0	25,0	50,0	28,6	100,0	50,0	100,0	0
20.45. % de executores que consideram que os projetos no âmbito do Instrumento têm impactes elevados / muito elevados na valorização do património cultural	50,0	25,0	50,0	28,6	50,0	100,0	0	50,0
20.46. % de executores que consideram que os projetos no âmbito do Instrumento têm impactes elevados / muito elevados no aumento da criatividade	58,3	25,0	50,0	57,1	50,0	100,0	0	50,0
20.47. % de executores que consideram que os projetos no âmbito do Instrumento têm impactes elevados / muito elevados na melhoria do acesso a serviços e equipamentos públicos	50,0	25,0	50,0	14,3	50,0	100,0	0	50,0
20.48. % de executores que consideram que os projetos no âmbito do Instrumento têm impactes elevados / muito elevados no aumento da qualidade de vida	50,0	50,0	50,0	57,1	50,0	100,0	0	50,0
20.49. % de executores que consideram que os projetos no âmbito do Instrumento têm impactes elevados / muito elevados no aumento da utilização do potencial económico local	58,3	25,0	50,0	42,9	50,0	100,0	0	50,0
20.50. % de executores que consideram que os projetos no âmbito do Instrumento têm impactes elevados / muito elevados na maior participação dos atores que transformam recursos em valor	41,7	25,0	50,0	42,9	50,0	100,0	0	50,0

Indicador	PDCT	PEDU	PARUS/ MUS/ PAICD	DLBC	PROVERE/ PADRE	Programa Escolhas	CLDS	Programa TEIP
20.51. % de executores que consideram que os projetos no âmbito do Instrumento têm impactes elevados / muito elevados no aumento da coesão territorial	50,0	25,0	50,0	28,6	50,0	100,0	0	50,0
20.52. % de executores que consideram que os projetos no âmbito do Instrumento têm impactes elevados / muito elevados na redução das disparidades regionais	50,0	25,0	50,0	42,9	50,0	100,0	0	50,0

ALGARVE (Estudo de Caso da Região Algarve)

Indicador	PDCT	PEDU	PARUS/ MUS/ PAICD	DLBC	PROVERE/ PADRE	Programa Escolhas	CLDS	Programa TEIP
20.53. % de executores que consideram que os projetos no âmbito do Instrumento têm impactes elevados / muito elevados na melhoria da acessibilidade interna e externa	0	-	80,0	33,3	42,9	33,3	-	-
20.54. % de executores que consideram que os projetos no âmbito do Instrumento têm impactes elevados / muito elevados na melhoria da eficiência no uso dos recursos	0	-	80,0	44,4	57,1	66,7	-	-
20.55. % de executores que consideram que os projetos no âmbito do Instrumento têm impactes elevados / muito elevados no aumento da competitividade	0	-	60,0	55,6	57,1	66,7	-	-
20.56. % de executores que consideram que os projetos no âmbito do Instrumento têm impactes elevados / muito elevados no fortalecimento do capital social	50,0	-	20,0	22,2	28,6	33,3	-	-
20.57. % de executores que consideram que os projetos no âmbito do Instrumento têm impactes elevados / muito elevados na valorização do património natural	50,0	-	40,0	33,3	71,4	33,3	-	-
20.58. % de executores que consideram que os projetos no âmbito do Instrumento têm impactes elevados / muito elevados na valorização do património cultural	50,0	-	60,0	33,3	71,4	66,7	-	-
20.59. % de executores que consideram que os projetos no âmbito do Instrumento têm impactes elevados / muito elevados no aumento da criatividade	0	-	40,0	22,2	28,6	66,7	-	-
20.60. % de executores que consideram que os projetos no âmbito do Instrumento têm impactes elevados / muito elevados na melhoria do acesso a serviços e equipamentos públicos	0	-	40,0	22,2	57,1	33,3	-	-
20.61. % de executores que consideram que os projetos no âmbito do	0	-	80,0	55,6	42,9	66,7	-	-

Indicador	PDCT	PEDU	PARUS/ MUS/ PAICD	DLBC	PROVERE/ PADRE	Programa Escolhas	CLDS	Programa TEIP
Instrumento têm impactes elevados / muito elevados no aumento da qualidade de vida								
20.62. % de executores que consideram que os projetos no âmbito do Instrumento têm impactes elevados / muito elevados no aumento da utilização do potencial económico local	0	-	80,0	77,8	71,4	33,3	-	-
20.63. % de executores que consideram que os projetos no âmbito do Instrumento têm impactes elevados / muito elevados na maior participação dos atores que transformam recursos em valor	0	-	60,0	55,6	57,1	66,7	-	-
20.64. % de executores que consideram que os projetos no âmbito do Instrumento têm impactes elevados / muito elevados no aumento da coesão territorial	0	-	60,0	55,6	57,1	33,3	-	-
20.65. % de executores que consideram que os projetos no âmbito do Instrumento têm impactes elevados / muito elevados na redução das disparidades regionais	0	-	20,0	33,3	42,9	33,3	-	-

Quadro 77. Avaliação da existência de problemas na execução dos projetos que possam impedir a concretização dos resultados esperados

ALTO MINHO (Estudo de Caso da Região Norte)

Indicador	%
21.1.% de executores que consideram que existem problemas na execução dos projetos que podem impedir a concretização dos resultados esperados do PDCT	15,4
21.2.% de executores que consideram que existem problemas na execução dos projetos que podem impedir a concretização dos resultados esperados do PEDU	9,1
21.3.% de executores que consideram que existem problemas na execução dos projetos que podem impedir a concretização dos resultados esperados do PARUS/MUS/PAICD	0
21.4.% de executores que consideram que existem problemas na execução dos projetos que podem impedir a concretização dos resultados esperados da DLBC	44,4
21.5.% de executores que consideram que existem problemas na execução dos projetos que podem impedir a concretização dos resultados esperados do PROVERE/PADRE	0
21.6.% de executores que consideram que existem problemas na execução dos projetos que podem impedir a concretização dos resultados esperados do Programa Escolhas	0
21.7.% de executores que consideram que existem problemas na execução dos projetos que podem impedir a concretização dos resultados esperados do CLDS	66,7
21.8.% de executores que consideram que existem problemas na execução dos projetos que podem impedir a concretização dos resultados esperados do Programa TEIP	0

WISEU/DÃO-LAFÕES (Estudo de Caso da Região Centro)

Indicador	%
21.9.% de executores que consideram que existem problemas na execução dos projetos que podem impedir a concretização dos resultados esperados do PDCT	25,0
21.10. % de executores que consideram que existem problemas na execução dos projetos que podem impedir a concretização dos resultados esperados do PEDU	-
21.11. % de executores que consideram que existem problemas na execução dos projetos que podem impedir a concretização dos resultados esperados do PARUS/MUS/PAICD	33,3
21.12. % de executores que consideram que existem problemas na execução dos projetos que podem impedir a concretização dos resultados esperados da DLBC	0
21.13. % de executores que consideram que existem problemas na execução dos projetos que podem impedir a concretização dos resultados esperados do PROVERE/PADRE	0
21.14. % de executores que consideram que existem problemas na execução dos projetos que podem impedir a concretização dos resultados esperados do Programa Escolhas	-
21.15. % de executores que consideram que existem problemas na execução dos projetos que podem impedir a concretização dos resultados esperados do CLDS	-
21.16. % de executores que consideram que existem problemas na execução dos projetos que podem impedir a concretização dos resultados esperados do Programa TEIP	-

AML (Estudo de Caso da Região de Lisboa)

Indicador	%
21.17. % de executores que consideram que existem problemas na execução dos projetos que podem impedir a concretização dos resultados esperados do PDCT	30,0
21.18. % de executores que consideram que existem problemas na execução dos projetos que podem impedir a concretização dos resultados esperados do PEDU	27,3
21.19. % de executores que consideram que existem problemas na execução dos projetos que podem impedir a concretização dos resultados esperados do PARUS/MUS/PAICD	25,0
21.20. % de executores que consideram que existem problemas na execução dos projetos que podem impedir a concretização dos resultados esperados da DLBC	0
21.21. % de executores que consideram que existem problemas na execução dos projetos que podem impedir a concretização dos resultados esperados do PROVERE/PADRE	-
21.22. % de executores que consideram que existem problemas na execução dos projetos que podem impedir a concretização dos resultados esperados do Programa Escolhas	50,0
21.23. % de executores que consideram que existem problemas na execução dos projetos que podem impedir a concretização dos resultados esperados do CLDS	25,0
21.24. % de executores que consideram que existem problemas na execução dos projetos que podem impedir a concretização dos resultados esperados do Programa TEIP	28,6

BAIXO ALENTEJO (Estudo de Caso da Região Alentejo)

Indicador	%
21.25. % de executores que consideram que existem problemas na execução dos projetos que podem impedir a concretização dos resultados esperados do PDCT	33,3
21.26. % de executores que consideram que existem problemas na execução dos projetos que podem impedir a concretização dos resultados esperados do PEDU	25,0
21.27. % de executores que consideram que existem problemas na execução dos projetos que podem impedir a concretização dos resultados esperados do PARUS/MUS/PAICD	0
21.28. % de executores que consideram que existem problemas na execução dos projetos que podem impedir a concretização dos resultados esperados da DLBC	14,3

Indicador	%
21.29. % de executores que consideram que existem problemas na execução dos projetos que podem impedir a concretização dos resultados esperados do PROVERE/PADRE	0
21.30. % de executores que consideram que existem problemas na execução dos projetos que podem impedir a concretização dos resultados esperados do Programa Escolhas	0
21.31. % de executores que consideram que existem problemas na execução dos projetos que podem impedir a concretização dos resultados esperados do CLDS	50,0
21.32. % de executores que consideram que existem problemas na execução dos projetos que podem impedir a concretização dos resultados esperados do Programa TEIP	0

ALGARVE (Estudo de Caso da Região Algarve)

Indicador	%
21.33. % de executores que consideram que existem problemas na execução dos projetos que podem impedir a concretização dos resultados esperados do PDCT	0
21.34. % de executores que consideram que existem problemas na execução dos projetos que podem impedir a concretização dos resultados esperados do PEDU	-
21.35. % de executores que consideram que existem problemas na execução dos projetos que podem impedir a concretização dos resultados esperados do PARUS/MUS/PAICD	0
21.36. % de executores que consideram que existem problemas na execução dos projetos que podem impedir a concretização dos resultados esperados da DLBC	11,1
21.37. % de executores que consideram que existem problemas na execução dos projetos que podem impedir a concretização dos resultados esperados do PROVERE/PADRE	0
21.38. % de executores que consideram que existem problemas na execução dos projetos que podem impedir a concretização dos resultados esperados do Programa Escolhas	33,3
21.39. % de executores que consideram que existem problemas na execução dos projetos que podem impedir a concretização dos resultados esperados do CLDS	-
21.40. % de executores que consideram que existem problemas na execução dos projetos que podem impedir a concretização dos resultados esperados do Programa TEIP	-

2. NÍVEIS DE RESPOSTA AO PROCESSO DE INQUÉRITO

2. NÍVEIS DE RESPOSTA AO PROCESSO DE INQUIRIÇÃO

Inquérito	Destinatário/Instrumento	NUTS II	Respostas	Universo	Taxa de Resposta
MR4. Inquérito Líderes de Instrumentos	PDCT (CIM)	Norte	3	8	37,5
		Centro	5	8	62,5
		Lisboa	1	1	100,0
		Alentejo	3	5	60,0
		Algarve	0	0	-
	PDCT (Municípios)	Norte	54	86	62,8
		Centro	42	100	42,0
		Lisboa	14	18	77,8
		Alentejo	35	58	60,3
		Algarve	0	0	-
	DLBC	Norte	12	21	57,1
		Centro	18	28	64,3
		Lisboa	8	19	42,1
		Alentejo	3	11	27,3
		Algarve	4	9	44,4
	PROVERE / PADRE	Norte	4	8	50,0
		Centro	4	5	80,0
		Lisboa	0	0	-
		Alentejo	3	3	100,0
		Algarve	1	1	100,0
	PEDU	Norte	21	29	72,4
		Centro	18	32	56,3
		Lisboa	16	18	88,9
		Alentejo	16	26	61,5
		Algarve	-	-	-
MR5. Beneficiários de Medidas Baixa Densidade	Beneficiários	Norte	36	-	-
		Centro	48	-	-
		Lisboa	1	-	-
		Alentejo	27	-	-
		Algarve	11	-	-
EC. MR2 Inquérito a executores de Instrumentos de política	PDCT/PEDU/PROVERE/DLBC/PARU/MUS/PAICD	Norte	66	145	45,5
		Centro	11	292	3,8
		Lisboa	51	346	14,7
		Alentejo	26	165	15,8
		Algarve	23	95	24,2
	CLDS/TEIP	Norte	5	7	71,4
		Centro	2	8	25,0

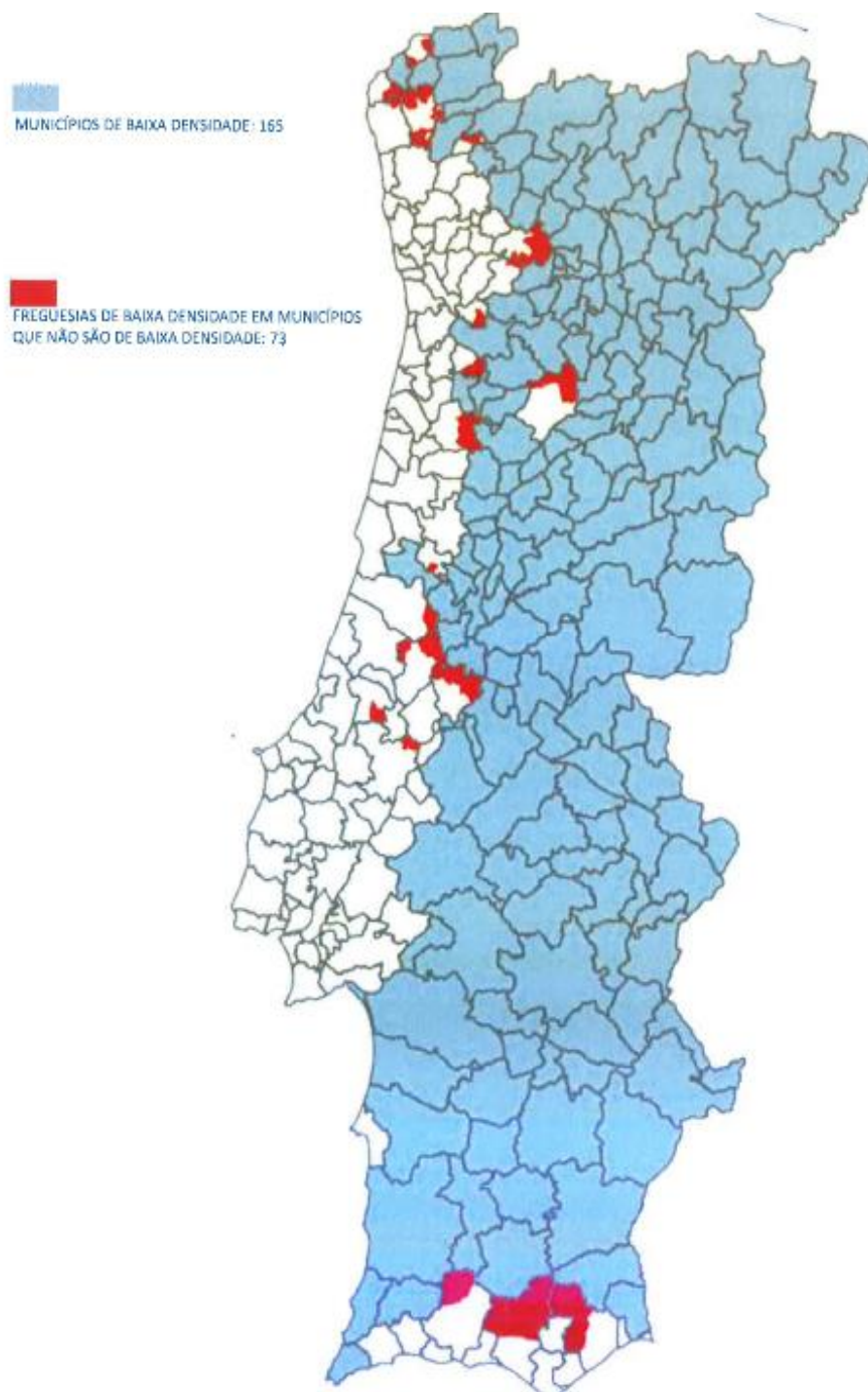
Inquérito	Destinatário/Instrumento	NUTS II	Respostas	Universo	Taxa de Resposta
		Lisboa	15	59	25,4
		Alentejo	3	8	37,5
		Algarve	0	0	-
	ESCOLHAS	Norte	0	0	-
		Centro	0	0	-
		Lisboa	18	45	40,0
		Alentejo	2	3	66,7
		Algarve	3	7	42,9

(Esta página foi deixada propositadamente em branco)

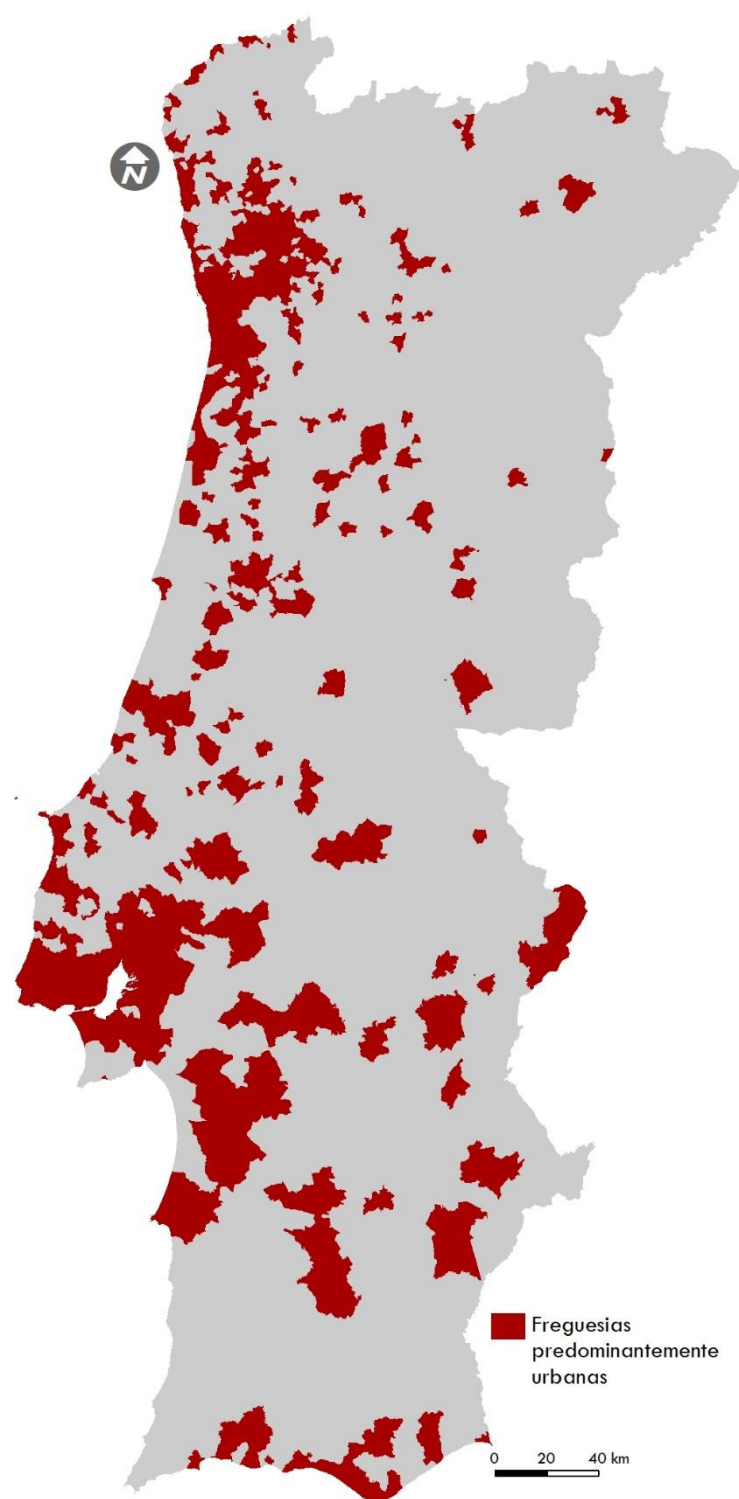
3. EXERCÍCIO DE ANÁLISE DE RESPOSTA À QUESTÃO DE AVALIAÇÃO 6

3. EXERCÍCIO DE ANÁLISE DE RESPOSTA À QUESTÃO DE AVALIAÇÃO 6

Figura 1. Territórios de Baixa Densidade (Municípios e Freguesias)

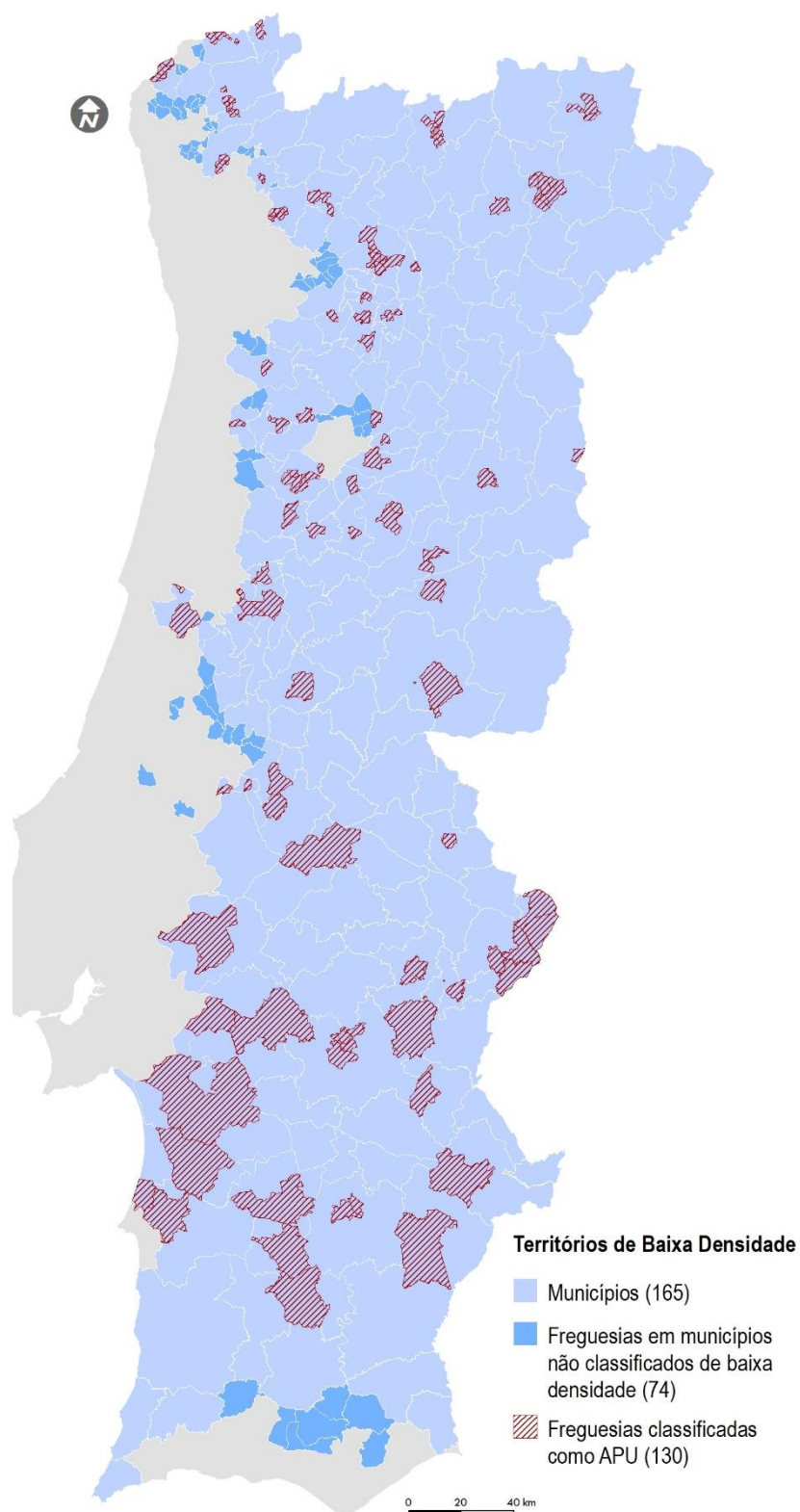


Fonte: Deliberação n. 55/2015, de 1 de julho

Figura 2. Freguesias predominantemente urbanas

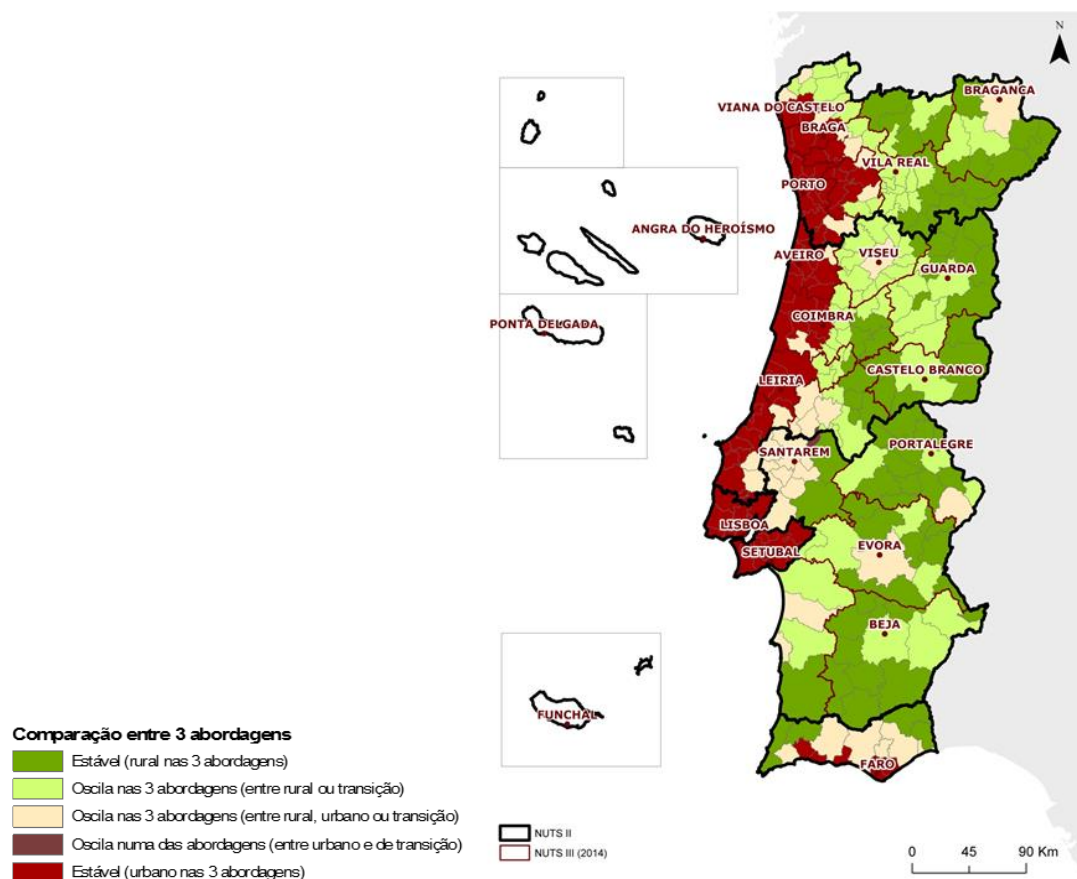
Fonte: INE (2014)

Figura 3. Freguesias Predominantemente Urbanas, em Territórios Classificados de “Baixa Densidade”



Fonte: Deliberação n. 20/2018, de 12 de setembro e INE (2014)

Figura 4. A Oscilação de Classificação do Perfil dos Territórios Portugueses Entre Diferentes Abordagens



Nota: efetua-se um exercício simplificado de comparação dos 278 municípios do Continente, entre: a classificação proposta no estudo da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local (onde 109 concelhos são classificados como rurais/baixa densidade e 76 concelhos considerados em transição); a classificação que sustentou a constituição da Secção da Baixa Densidade e do Mundo Rural da ANMP (146 municípios rurais/baixa densidade e 32 em transição); a classificação subjacente ao Programa Nacional para a Coesão Territorial (165 município rurais/baixa densidade).

Fonte: MATEUS, Augusto (Org.). O mundo rural e o desenvolvimento económico e social de Portugal: Uma Agenda para o futuro, Naturtejo, 2017.

Quadro 78. As Diferenças nas Características dos Municípios de Portugal Continental, Segundo as Oscilações nas Classificações Territoriais de Outras Abordagens (2011)

Comparativo das 3 abordagens	Superfície (km ²)	População Residente (n.º)	Emprego gerado (n.º)	Agricultura	Ind. Extrat.	Ind. Transform.	Construção	Serviços
79 Municípios consensualmente rurais	39,1%	547.377	176.668	14,5%	1,8%	9,6%	10,8%	63,2%
86 Municípios consensualmente urbanos	16,7%	7.169.802	3.061.177	1,5%	0,2%	18,0%	7,1%	73,2%
74+39 Municípios que oscilam	44,0%	2.304.771	834.752	5,6%	0,5%	14,7%	9,8%	69,3%
74 Municípios que oscilam entre rural e de transição	29,1%	1.189.883	410.643	7,3%	0,5%	14,2%	9,9%	68,1%
39 Municípios que oscilam entre rural, urbano ou transição	14,9%	1.140.559	424.109	4,1%	0,5%	15,2%	9,8%	70,5%
TOTAL Continente (278 municípios)	100%	10.047.621	4.072.597	--	--	--	--	--

Nota: os 278 municípios do Continente estão agrupados segundo a comparação de abordagens estabelecida na Figura 3.

Fonte: CEDRU/EY-AM&A, com base em INE, Censos 2011 e MATEUS, Augusto (Org.). O mundo rural e o desenvolvimento económico e social de Portugal: Uma Agenda para o futuro, Naturtejo, 2017

Quadro 79. As Diferenças nas Características dos Territórios de Baixa Densidade do PT2020, Segundo as Oscilações nas Classificações Territoriais de Outras Abordagens, por NUTS III (2011)

NUTSIII	Territórios (municípios) integrados nas NUTS III*	População Residente	Emprego gerado	Agricultura	Ind. Extrat.	Ind. Transform.	Construção	Serviços
Norte		758.259	243.013	10,0%	0,6%	12,9%	12,8%	63,7%
Alto Minho	oscila nas 3 abordagens (entre rural ou transição)	81.802	25.927	6,2%	0,5%	18,9%	13,3%	61,2%
Cávado		55.141	16.134	4,9%	0,4%	18,5%	18,2%	58,1%
	oscila nas 3 abordagens (entre rural ou transição)	7.253	1988	8,3%	0,1%	6,5%	14,2%	70,9%
	oscila nas 3 abordagens (entre rural, urbano ou transição)	47.888	14146	4,4%	0,4%	20,2%	18,7%	56,2%
Ave		109.719	34.660	3,7%	0,7%	27,2%	12,7%	55,6%
	oscila nas 3 abordagens (entre rural ou transição)	37.200	10466	7,4%	1,7%	10,7%	15,4%	64,9%
	oscila nas 3 abordagens (entre rural, urbano ou transição)	72.519	24194	2,1%	0,3%	34,4%	11,6%	51,6%
AM Porto	oscila nas 3 abordagens (entre rural, urbano ou transição)	22.359	7635	7,6%	0,5%	26,7%	15,4%	49,8%
Alto Tâmega		94.143	28.847	12,8%	1,3%	8,3%	11,7%	65,9%
	estável (rural)	46.356	13495	18,5%	2,3%	9,0%	12,6%	57,7%

NUTSIII	Territórios (municípios) integrados nas NUTS III*	População Residente	Emprego gerado	% Emprego				
				Agricultura	Ind. Extrat.	Ind. Transform.	Construção	Serviços
	oscila nas 3 abordagens (entre rural ou transição)	47.787	15352	7,7%	0,5%	7,7%	10,9%	73,1%
Tâmega e Sousa		72.411	16.160	9,6%	0,3%	9,8%	18,5%	61,8%
	oscila nas 3 abordagens (entre rural ou transição)	31.791	6952	13,9%	0,5%	5,5%	17,9%	62,2%
	oscila nas 3 abordagens (entre rural, urbano ou transição)	40.620	9208	6,3%	0,2%	13,1%	19,0%	61,4%
Douro		205.157	72.877	14,4%	0,5%	6,8%	11,2%	67,1%
	estável (rural)	58.698	19.177	21,8%	0,9%	7,4%	11,8%	58,1%
	oscila nas 3 abordagens (entre rural ou transição)	146.459	53.700	11,8%	0,3%	6,6%	10,9%	70,3%
Terras de Trás-os-Montes		117.527	40.773	10,6%	0,4%	7,5%	11,7%	69,8%
	estável (rural)	42.560	13.134	16,6%	0,6%	6,7%	14,7%	61,4%
	oscila nas 3 abordagens (entre rural ou transição)	39.626	13.525	11,1%	0,6%	7,8%	9,6%	71,0%
	oscila nas 3 abordagens (entre rural, urbano ou transição)	35.341	14.114	4,6%	0,1%	7,9%	10,8%	76,5%
Centro		771.303	258.787	5,2%	0,5%	17,8%	10,4%	66,1%
Região de Aveiro	oscila nas 3 abordagens (entre rural, urbano ou transição)	12.356	4.366	4,7%	0,2%	32,5%	13,1%	49,5%
Região de Coimbra		141.881	43.122	4,1%	0,3%	19,1%	12,3%	64,2%
	estável (rural)	20.886	6.975	4,1%	0,1%	19,3%	12,8%	63,6%
	oscila nas 3 abordagens (entre rural ou transição)	101.750	32.057	4,0%	0,2%	19,9%	12,9%	63,0%
	oscila nas 3 abordagens (entre rural, urbano ou transição)	19.245	4.090	4,4%	1,1%	12,5%	7,0%	74,9%
Região de Leiria		33.690	10.284	3,9%	0,3%	16,6%	13,4%	65,8%
	estável (rural)	3.915	1.150	6,3%	0,0%	14,3%	7,7%	71,7%
	oscila nas 3 abordagens (entre rural ou transição)	29.775	9.134	3,6%	0,4%	16,9%	14,1%	65,1%
Viseu Dão Lafões		168.359	55.811	6,7%	0,7%	23,3%	10,8%	58,5%
	estável (rural)	5.473	1.803	11,8%	1,6%	7,4%	14,5%	64,7%
	oscila nas 3 abordagens (entre rural ou transição)	162.886	54.008	6,5%	0,6%	23,8%	10,7%	58,3%
Beira Baixa		89.063	31.912	4,8%	0,1%	15,9%	8,8%	70,4%
	estável (rural)	32.954	9.459	10,3%	0,1%	14,4%	11,3%	63,8%
	oscila nas 3 abordagens (entre rural ou transição)	56.109	22.453	2,4%	0,1%	16,5%	7,8%	73,2%
Médio Tejo		89.931	30.974	4,2%	0,2%	15,4%	9,2%	71,0%
	estável (rural)	30.609	9.749	4,9%	0,0%	14,2%	13,6%	67,3%

NUTSIII	Territórios (municípios) integrados nas NUTS III*	População Residente	Emprego gerado	% Emprego				
				Agricultura	Ind. Extrat.	Ind. Transform.	Construção	Serviços
	oscila nas 3 abordagens (entre rural ou transição)	59.322	21.225	3,8%	0,3%	15,9%	7,2%	72,7%
Beiras e Serra da Estrela		236.023	82.318	5,5%	0,8%	14,5%	9,6%	69,6%
	estável (rural)	61.876	19.757	11,2%	0,9%	10,1%	12,6%	65,2%
	oscila nas 3 abordagens (entre rural ou transição)	174.147	62.561	3,6%	0,8%	15,9%	8,6%	71,0%
Alentejo		525.675	195.731	11,5%	1,4%	9,8%	7,3%	70,0%
Alentejo Litoral		83.687	29.580	15,3%	0,2%	6,9%	8,5%	69,1%
	estável (rural)	26.066	9.097	25,0%	0,1%	4,0%	8,6%	62,3%
	oscila nas 3 abordagens (entre rural ou transição)	42.795	14.860	12,2%	0,2%	9,4%	7,6%	70,6%
	oscila nas 3 abordagens (entre rural, urbano ou transição)	14.826	5.623	7,8%	0,5%	5,1%	10,7%	75,9%
Baixo Alentejo		126.692	47.311	12,5%	3,8%	6,6%	7,5%	69,6%
	estável (rural)	60.048	21.113	14,1%	8,3%	7,0%	8,9%	61,7%
	oscila nas 3 abordagens (entre rural ou transição)	66.644	26.198	11,2%	0,2%	6,2%	6,4%	76,0%
Lezíria do Tejo	estável (rural)	30.064	9.755	18,8%	0,4%	13,2%	8,2%	59,4%
Alto Alentejo		118.506	41.592	9,5%	0,4%	9,9%	6,6%	73,6%
	estável (rural)	45.320	14.264	14,0%	0,5%	8,0%	7,7%	69,9%
	oscila nas 3 abordagens (entre rural ou transição)	50.108	19.582	6,7%	0,2%	13,0%	5,8%	74,3%
	oscila nas 3 abordagens (entre rural, urbano ou transição)	23.078	7.746	8,4%	0,6%	6,0%	6,5%	78,6%
Alentejo Central		166.726	67.493	9,4%	0,9%	12,6%	7,1%	70,0%
	estável (rural)	55.701	18.772	14,4%	2,8%	13,1%	8,3%	61,4%
	oscila nas 3 abordagens (entre rural ou transição)	54.429	20.655	12,2%	0,4%	12,8%	7,7%	66,9%
	oscila nas 3 abordagens (entre rural, urbano ou transição)	56.596	28.066	4,0%	0,1%	12,1%	5,7%	78,0%
Algarve	estável (rural)	26.851	8.968	7,9%	0,5%	4,4%	10,9%	76,2%
Total dos territórios da baixa densidade no PT 2020 (165 municípios)		2.082.088	706.499	8,6%	0,8%	13,7%	10,4%	66,5%

Nota: os 165 municípios da baixa densidade estão agrupados segundo a comparação de abordagens estabelecida na Figura 3.
 Fonte: CEDRU/EY-AM&A, com base em INE, Censos 2011 e MATEUS, Agosto (Org.). O mundo rural e o desenvolvimento económico e social de Portugal: Uma Agenda para o futuro, Naturtejo, 2017.

4. VERIFICAÇÃO DOS PRESSUPOSTOS E RISCOS DA TEORIA DE MUDANÇA

4. VERIFICAÇÃO DOS PRESSUPOSTOS E RISCOS DA TEORIA DE MUDANÇA

Figura 5. Matriz-síntese de Verificação dos Pressupostos e Riscos da Teoria de Mudança

Fator Crítico da Teoria de Mudança	Pressupostos Principais	Pressupostos Complementares	Riscos
Relevância Estratégica	As políticas públicas mobilizadas pela Abordagem Territorial do Portugal 2020 são as que respondem adequadamente aos desafios de coesão territorial e convergência do país e onde a aplicação do princípio da subsidiariedade é mais adequada	A definição da Abordagem Territorial do PT2020 suporta-se nas avaliações realizadas durante o QREN	Prevalência da lógica de coesão sobre uma lógica de convergência
		A Abordagem Territorial do PT2020 foi definida em articulação com os atores territoriais	Manutenção da lógica de programação assente em destinatários, em vez da orientação para os resultados
		Os instrumentos de política integrada de base territorial mobilizam o mix de políticas pertinentes	Resistência setorial à inclusão de políticas nas abordagens territoriais
	Os instrumentos de políticas integradas de base territorial e os instrumentos de políticas territorializadas mobilizados são adequadamente flexíveis, permitindo a sua adaptação a realidades territoriais diferenciadas em termos de relevância crítica, da natureza dos recursos estratégicos e das formas de abordagem ao potencial endógeno	Instrumentos de políticas integradas de base territorial e os instrumentos de políticas territorializadas definidos para responder às realidades territoriais específicas	Reduzido conhecimento sobre a evolução recente das dinâmicas de divergência e coesão territorial
		Instrumentos de políticas integradas de base territorial podem mobilizar as políticas que melhor se ajustam às necessidades territoriais	Desadequação das prioridades de investimento e objetivos territoriais incluídos nos instrumentos de políticas integradas de base territorial
		As estratégias territoriais de referência visam valorizar os recursos endógenos a potenciar	Pressão contextual para a rápida implementação do P2020
	As escalas territoriais dos instrumentos de políticas integradas de base territorial e os instrumentos de políticas territorializadas são pertinentes e adequadas para assegurar a integração entre os instrumentos	As escalas dos instrumentos de políticas integradas de base territorial e os instrumentos de políticas territorializadas são ajustadas aos objetivos que lhes foram atribuídos	Os regulamentos europeus introduzem rigidez insuperável
		A escala territorial dos instrumentos de políticas integradas de base territorial e os instrumentos de políticas territorializadas permite explorar sinergias	Falta de massa crítica territorial às escalas de atuação desadequadas
		A liderança dos instrumentos de base territorial atribuída aos atores chave do território	A desadequação entre as escalas das políticas e a organização do Estado impede a integração
	Os atores mobilizados e as respetivas lideranças são as adequadas para o planeamento e operacionalização dos instrumentos de política integrada de base territorial	Adequada mobilização de atores para promover a integração das políticas	Debilidades institucionais limitadoras da liderança territorial
			A organização do Estado condiciona a liderança territorial
Eficiência Programática (continua)	Foi promovida a integração de escalas: nacional – regional – sub-regional – local, em resultado dos processos de vinculação entre instrumentos e de aplicação do princípio da subsidiariedade	Os instrumentos de programação criam condições para a integração de diversas escalas de ação das políticas	Fraca capacitação e experiência dos atores locais em desenvolver iniciativas que potenciem sinergias e complementaridades entre escalas
		Estratégias de Desenvolvimento Territorial (EDT) com capacidade para ancorarem os vários instrumentos de políticas integradas de base territorial, criando as bases para uma articulação entre escalas	Falta de mecanismos institucionais que promovam o alinhamento e articulação entre os atores
		Vários instrumentos de políticas integradas de base territorial estabelecem interações estratégicas entre si	Fragilidades de liderança política intermunicipal
		Existem capacidades de coordenação e planeamento, na escala territorial adotada, permitindo a integração dos instrumentos de política mobilizados	Quadro jurídico administrativo intermunicipal limitativo da lógica de uma execução supramunicipal
		Os instrumentos de programação criam condições para a integração de políticas à escala sub-regional e local	Desarticulação entre os processos de planeamento estratégico territorial e a definição dos instrumentos de operacionalização
	Foi promovida a integração das diferentes políticas setoriais à escala territorial adequada, em resultado do processo de programação, das Aves de Corcunda, dos processos de planeamento estratégico sub-regional e local e da definição das operações	Estratégias de Desenvolvimento Territorial (EDT) com capacidade para ancorarem os vários instrumentos de políticas integradas de base territorial, criando as bases para a articulação entre políticas	As políticas territorializadas obedecem apenas a lógicas nacionais não se relacionando com as políticas/instrumentos territoriais
		Instrumentos de políticas integradas de base territorial concebidos em articulação entre si	Falta de cultura de governação intersectorial
		Os atores locais integram na definição dos diversos instrumentos	Falhas de conhecimento dos executores de operações no momento da definição das candidaturas
		A definição dos instrumentos de políticas territorializadas atende aos instrumentos de políticas integradas de base territorial	
		Os instrumentos de programação criam condições para a integração de diversas escalas de ação das políticas	Prevalência de desconfinanças locais e intermunicipais
	Foi aumentada a racionalidade da provisão de Serviços de Interesse Geral, ao nível intermunicipal e municipal	Estratégias de Desenvolvimento Territorial (EDT) com capacidade para ancorarem os vários instrumentos de políticas integradas de base territorial, criando as bases para a articulação entre políticas	Falta de liderança intermunicipal no desenvolvimento de abordagens supramunicipais
		Os POCET têm condições de elegibilidade e de operacionalidade para aumentar a racionalidade na provisão de Serviços de Interesse Geral	Aviões dos instrumentos de políticas integradas de base territorial e as tipologias de operações elegíveis que não valorizaram a lógica supramunicipal
		Superação dos obstáculos tradicionais à criação de intervenções de âmbito supramunicipal e em rede	Inexistência de instrumentos de planeamento setorial à escala intermunicipal
		Os instrumentos de programação criam condições para a integração dos FEEI à escala sub-regional e local	Fraca capacitação e experiência dos atores em desenvolver iniciativas visando potenciar sinergias e complementaridades entre Fundos
		Estratégias de Desenvolvimento Territorial (EDT) com capacidade para promoverem a integração de fundos	Falta de mecanismos institucionais que promovam o alinhamento e articulação entre os atores institucionais relevantes
	Foi aumentada a racionalidade da provisão de Serviços de Interesse Geral, ao nível intermunicipal e municipal	A capacidade de organização e mobilização dos atores permite a valorização integrada e multisetorial dos recursos endógenos	Desarticulação no lançamento de Avisos
		A focalização territorial das abordagens setoriais, os critérios de alinhamento estratégico entre políticas e instrumentos e a capacidade de liderança permite gerar intervenções articuladas	Debilidades no acesso à informação-chave e no conhecimento dos atores para promoverem projetos articulados entre Fundos
		Criação de condições programáticas e de governação intersectorial no Portugal 2020 que permitam desenvolver Avisos articulados para um mesmo território	
Eficiência Programática (continuação)	Foi promovida uma maior integração entre os diversos espaços a escala urbana, municipal, intermunicipal e regional	Os instrumentos de programação criam condições para a integração de políticas entre espaços à escala urbana, municipal, intermunicipal e regional	Fraca capacitação e experiência dos atores em potenciar sinergias entre espaços
		Estratégias de Desenvolvimento Territorial (EDT) com capacidade para promoverem a integração de espaços	Falta de mecanismos institucionais que promovam o alinhamento e articulação entre os atores
		Definidos projetos em rede, intermunicipais, ou com outros espaços regionais, nacionais ou europeus	Desarticulação no lançamento de Avisos
	Foi reforçada a capacidade de liderança dos atores locais para a condução dos processos de desenvolvimento dos seus territórios	Os instrumentos de programação criam disposições para reforçar a liderança local	Desconfinanças e incapacidade dos atores municipais em explorar sinergias intermunicipais e abordagens em rede
		Os atores locais e sub-regionais assumiram a liderança do planeamento e coordenação dos instrumentos de política integrada de base territorial	Implementação das Estratégias e Instrumentos demasiado acelerada em territórios / atores sem níveis de competências/experiência adequados
		Os atores locais e sub-regionais assumiram a liderança do acompanhamento da execução dos instrumentos de política integrada de base territorial	Falta de cultura e de experiências de governação multinível para permitir a devida articulação institucional
		Os atores locais e sub-regionais revelaram capacidade de promover a concertação institucional multi-escala, multi-nível e multi-ator	Desadequação das competências delegadas nas Entidades Intermunicipais, Autoridades Urbanas e Grupos de Ação Local
		Os diversos atores reconhecem capacidade de liderança aos atores locais e sub-regionais	Críticas de multiplicação alargada de atores locais (relativos à definição de diagnósticos e montagens de estratégias)
	Foi reforçada a cooperação territorial entre cidades, municipais, sub-regionais e regionais através da concretização de parcerias formais e informais mobilizadas para o planeamento, programação e execução dos FEEI	Os instrumentos de programação facilitam a cooperação territorial endógena	Restrições impostas na fase de implementação limitam a afirmação territorial das lideranças
		Definidos projetos em rede, intermunicipais, ou com outros espaços regionais, nacionais ou europeus	Mecanismos de coordenação horizontal entre os diferentes setores da administração pública pouco desenvolvidos
		Criação de condições para o estabelecimento de parcerias e o envolvimento de parceiros	Insuficiente processo de capacitação dos atores sobre as abordagens territoriais integradas
		Possibilidade de surgirem parcerias informais no processo de implementação	Falta de capacidade e de motivação dos atores para participarem nos processos de conceção e acompanhamento
		Criação de mecanismos de governação dos instrumentos de políticas integradas de base territorial que envolvem vários atores	Desconfinança dos parceiros nas entidades líderes dos instrumentos de base territorial (credibilidade das lideranças e dos processos)
	Foi reforçada a cooperação territorial vertical entre atores de nível local e atores de âmbito regional e nacional	Os instrumentos de programação facilitam a cooperação territorial exógena	Desvalorização das abordagens territoriais integradas pelos atores-chave
		Envolvimento dos atores, endógenos e exógenos, relevantes na elaboração dos instrumentos de política integrada de base territorial	Debilidades no conhecimento dos atores relativamente às políticas / instrumentos e ao seu potencial de articulação
			Incapacidade de gerar uma cultura de parceria entre atores
			Ausência de pensamento crítico estruturado sobre a perspetiva territorial integrada
			Ausência dos atores da administração central dos processos de diagnóstico e definição das estratégias territoriais
Eficiência de Implementação (continua)	Foram simplificados os mecanismos de governação dos FEEI, em resultado da aplicação do princípio da subsidiariedade	Os instrumentos de programação atribuem competências aos atores do território que permitem simplificar mecanismos de governação	Insuficiência dos atores locais seculares em moldar as intervenções aos territórios e articular com outras intervenções de base local
		Maior facilidade na seleção e preparação das candidaturas	Falta de experiência dos atores no acompanhamento dos procedimentos burocráticos da execução de fundos
		Celeridade na submissão dos pedidos de pagamento e no reembolso	Rigidez dos mecanismos burocráticos da execução de fundos, impeditivos de flexibilidade
		Maior regularidade no acompanhamento das operações	
		Maior flexibilidade nos critérios de admissibilidade das operações face às necessidades locais	
	A territorialização das intervenções foi definida em função da configuração espacial das oportunidades e das necessidades específicas	Os instrumentos de programação criam condições para responder às necessidades territoriais específicas	Prevalência da motivação da coesão sobre a motivação da convergência na delimitação do perímetro dos instrumentos
		Delimitação funcional dos instrumentos de políticas integradas de base territorial	Prevalência de abordagens definidas por lógicas administrativas
		Resultados regionalmente distribuídos são função da diversidade de dimensões das realidades territoriais abrangidas	
		Existência uma delimitação funcional dos instrumentos de políticas integradas de base territorial	
		Os instrumentos territoriais estão suportados em diagnósticos das oportunidades e das necessidades específicas	Prevalência das lógicas administrativas e de organização do Estado no desenho das abordagens territoriais

Fator Crítico da Teoria de Mudança	Pressupostos Principais	Pressupostos Complementares	Riscos
Eficácia de Implementação (continuação)	Foi valorizado o potencial endógeno específico de cada território	Os instrumentos de programação criam condições para a valorização do potencial endógeno	Falta de massa crítica para a valorização do potencial endógeno
		Instrumentos focalizados nos ativos endógenos específicos	
		Instrumentos focalizados no alargamento da base territorial de criação de valor	
	Foi valorizado o conhecimento dos atores dos territórios, na avaliação de necessidades e na definição das formas de implementação dos FEEI	Os instrumentos de programação criam condições para valorizar o capital de experiência e conhecimento dos atores do território	Inexistência de mecanismos de capacitação dos atores locais para a condução dos processos
		A experiência e os conhecimentos técnicos e estratégicos dos atores envolvidos na implementação determinam a definição das intervenções	
		Conhecimento dos atores locais permite responder de forma focalizada à superação dos problemas locais e sub-regionais e ao aproveitamento das oportunidades específicas	
	Foram diferenciados positivamente os territórios de baixa densidade permitindo superar obstáculos no acesso aos FEEI	Os concursos específicos para as áreas de baixa densidade permitiram encontrar financiamento para intervenções que de outra forma não seriam financiadas	Os mecanismos de financiamento previstos no Portugal 2020 já respondiam adequadamente às procura
		As majorações das taxas de apoio de projetos em território de baixa densidade tornam possível que os projetos apresentados por promotores com menor robustez financeira fossem financiados	Os territórios não revelam dinâmicas capazes de aproveitar as condições criadas
		A facilitação no acesso aos FEEI permitiu diferenciar positivamente os territórios de baixa densidade e aumentar o volume de financiamento dirigido a estes territórios	A extensão territorial da Baixa Densidade não cria identidade dos atores com estas medidas tornando difícil a sua apropriação pelos atores
			Os mecanismos de discriminação definidos não são suficientes para gerar procura qualificada nos territórios de baixa densidade
Impacto	Foi maximizada a coesão territorial à escala nacional	Foi reforçada a identidade territorial, em resultado do fortalecimento do capital social, da valorização do património natural e cultural e da promoção da criatividade	Os instrumentos de programação da Abordagem Territorial do PT2020 não contribuíram para o reforço da identidade territorial, do capital social regional, do património natural e cultural e das operações que promovem a criatividade
		Foi aumentada a qualidade territorial, melhorando-se os níveis da qualidade de vida e de acesso a Serviços de Interesse Geral e ao conhecimento	Os instrumentos de programação da Abordagem Territorial do PT2020 não contribuíram para o reforço da qualidade territorial, das operações que melhoram os níveis de qualidade de vida, o acesso a Serviços de Interesse Geral e ao conhecimento
		Foi aumentada a eficiência territorial dos territórios, ao nível da melhoria da acessibilidade interna e externa, do aumento do uso eficiente dos recursos e da energia, do reforço da coesão e da competitividade, e da atividade	Os instrumentos de programação da Abordagem Territorial do PT2020 não contribuíram para o reforço da eficiência territorial, do nível de acessibilidade interna e externa, do uso eficiente dos recursos e da energia, da coesão, da competitividade e da atividade
	Foi maximizada a convergência económica à escala europeia	Foi reduzida a subutilização do potencial económico local	Os instrumentos de programação da Abordagem Territorial do PT2020 não contribuíram para a redução da subutilização do potencial económico e para a valorização do potencial económico local
		Foi reforçada a participação dos atores que transformam os recursos territoriais em valor económico	Os instrumentos de programação da Abordagem Territorial do PT2020 não contribuíram para valorizar os atores que transformam os recursos territoriais em valor económico

Verificação de pressupostos e riscos

Totalmente
 Parcialmente
 Nada



Cofinanciado por:



Título do estudo:

Avaliação da Operacionalização da Abordagem Territorial do Portugal 2020, no Contexto da Convergência e Coesão Territorial

Promotor:

Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P.,

Adjudicatário:

Consórcio CEDRU / EY – Augusto Mateus & Associados

Equipa:

Coordenação:

Sérgio Barroso (Coordenador)

Paulo Madruga (Co-coordenador)

Consultores:

Carla Figueiredo

Cristina Silva

Gonçalo Caetano

Heitor Gomes

João Telha

Jorge Moreira

Luis Carvalho

Sónia Vieira

Vânia Rosa

Steering Committee:

Augusto Mateus

Jorge Gaspar

José Manuel Simões

Mário Vale

Fase:

Fase 4. Validação e reformulação das conclusões e recomendações

Documento:

Relatório Final – Anexo II. Resultados

Designação do arquivo:

ATPT2020_V001_Relatorio_Final_Anexo II_223Nov2019.pdf